

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	10
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	 11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	22
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	49
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	51
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	56
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	60
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	60
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	61
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	62
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	64
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS .....	67
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	68
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS .....	68
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO .....	69
15. ATIVOS DE CONTRATO .....	75
16. INVESTIMENTOS .....	82
17. IMOBILIZADO .....	105
18. INTANGÍVEIS .....	107
19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	111
20. FORNECEDORES .....	114
21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES .....	115
22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	116
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	121
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	121
25. PROVISÕES .....	127
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	137
27. RECEITA .....	146
28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	150
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	153
30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	154
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	158
32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS .....	173
33. SEGUROS .....	175
34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	176
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	176
36. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	177

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019**  
**ATIVO**  
**(Em milhares de Reais)**

	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.680.397	535.757	890.804	422.647	64.356	54.330
Títulos e valores mobiliários	7	3.360.270	740.339	703.551	116.861	185.211	80.781
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	4.373.075	4.523.540	4.091.722	-	194	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	258.588	890.726	889.389	-	-	-
Ativos de contrato	15	737.110	576.184	482.144	-	-	-
Tributos compensáveis	9	1.850.057	98.804	124.183	1.341	248	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	597.610	621.302	386.668	-	-	41.274
Dividendos a receber	16	188.327	185.998	119.743	1.272.878	1.726.895	945.584
Contribuição de iluminação pública		179.401	164.971	149.098	-	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	13	88.349	96.776	90.845	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	522.579	234.766	69.643	-	-	-
Outros		362.326	425.452	522.449	9.616	15.876	13.940
		<b>14.198.089</b>	<b>9.094.615</b>	<b>8.520.239</b>	<b>1.823.343</b>	<b>1.992.780</b>	<b>1.144.742</b>
Ativos classificados como mantidos para venda	32	1.258.111	1.258.111	19.446.033	1.258.111	1.258.111	1.573.967
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>15.456.200</b>	<b>10.352.726</b>	<b>27.966.272</b>	<b>3.081.454</b>	<b>3.250.891</b>	<b>2.718.709</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Títulos e valores mobiliários	7	764.793	13.342	108.683	26.127	454	10.691
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	160.969	77.065	80.889	-	-	-
Tributos compensáveis	9	3.442.071	6.349.352	242.356	497.386	491.487	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	346.523	227.913	5.516	279.856	224.846	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10	2.452.860	2.429.789	2.146.863	690.895	680.731	809.270
Depósitos vinculados a litígios	12	1.055.797	2.540.239	2.501.512	304.676	310.065	326.345
Instrumentos financeiros derivativos	31	2.426.351	1.456.178	743.692	-	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11	11.614	115.202	245.566	11.614	115.202	245.566
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	3.798.734	3.758.680	3.812.179	-	-	-
Ativos de contrato	15	4.242.962	3.307.369	3.026.157	-	-	-
Investimentos	16	5.415.293	5.399.391	5.234.578	15.139.383	12.842.731	12.551.066
Imobilizado	17	2.407.143	2.450.125	2.661.585	1.192	1.546	2.250
Intangível	18	11.809.928	11.624.471	10.777.191	2.655	4.175	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	19	212.074	276.824	-	2.058	3.330	-
Outros		<b>79.768</b>	<b>147.058</b>	<b>784.674</b>	<b>25.187</b>	<b>38.407</b>	<b>35.756</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>38.626.880</b>	<b>40.172.998</b>	<b>32.371.441</b>	<b>16.981.029</b>	<b>14.712.974</b>	<b>13.993.142</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>54.083.080</b>	<b>50.525.724</b>	<b>60.337.713</b>	<b>20.062.483</b>	<b>17.963.865</b>	<b>16.711.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019**  
**PASSIVO**  
**(Em milhares de Reais)**

	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	20	2.358.320	2.079.891	1.801.252	2.045	2.705	9.285
Encargos regulatórios	23	445.807	456.771	514.412	4.624	4.624	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		121.865	212.220	78.759	12.626	10.235	4.813
Impostos, taxas e contribuições	21	505.739	410.967	453.362	88.768	92.640	45.014
Imposto de renda e contribuição social	10	140.058	133.868	112.063	3.634	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27	1.448.846	744.591	863.703	1.446.945	742.519	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	2.059.315	2.746.249	2.197.566	49.953	-	-
Salários e contribuições sociais		212.755	200.044	283.730	10.713	10.662	17.446
Contribuição de iluminação pública		304.869	251.809	281.362	-	-	-
Obrigações pós-emprego	24	304.551	287.538	252.688	25.062	23.747	13.774
Passivo financeiro da concessão	14	231.322	-	-	-	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	21	448.019	-	-	-	-	-
Opcões de venda SAAG	31	536.155	-	-	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	19	47.799	85.000	-	241	1.646	-
Outras obrigações		524.795	355.623	325.985	5.249	11.496	420.198
		<b>9.690.215</b>	<b>7.964.571</b>	<b>7.164.882</b>	<b>1.649.860</b>	<b>900.274</b>	<b>1.377.621</b>
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	32	-	-	16.272.239	-	-	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>9.690.215</b>	<b>7.964.571</b>	<b>23.437.121</b>	<b>1.649.860</b>	<b>900.274</b>	<b>1.377.621</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Encargos regulatórios	23	291.189	147.266	178.525	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	12.961.243	12.029.782	12.574.262	-	48.252	45.081
Impostos, taxas e contribuições	21	262.745	226.768	248.657	-	91	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.040.003	770.084	803.301	-	-	-
Provisões	25	1.892.437	1.888.064	640.671	222.385	223.427	64.204
Obrigações pós-emprego	24	6.538.496	6.421.156	4.735.656	713.718	689.761	495.677
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	21	3.569.837	4.193.329	1.123.680	-	-	-
Opcões de venda SAAG	31	-	482.841	419.148	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	19	178.704	202.747	-	1.873	1.833	-
Outras obrigações		180.863	96.611	92.005	1.981	1.972	5.189
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>26.915.517</b>	<b>26.458.648</b>	<b>20.815.905</b>	<b>939.957</b>	<b>965.336</b>	<b>610.151</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>36.605.732</b>	<b>34.423.219</b>	<b>44.253.026</b>	<b>2.589.817</b>	<b>1.865.610</b>	<b>1.987.772</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	26						
Capital social		7.593.763	7.293.763	7.293.763	7.593.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.060.605	8.750.051	6.362.022	10.060.605	8.750.051	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.431.423)	(2.406.920)	(1.326.787)	(2.431.423)	(2.406.920)	(1.326.787)
Lucros Acumulados		-	211.640	145.360	-	211.640	145.360
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>		<b>17.472.666</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.724.079</b>	<b>17.472.666</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.724.079</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR</b>	27	<b>4.682</b>	<b>4.250</b>	<b>1.360.608</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>17.477.348</b>	<b>16.102.505</b>	<b>16.084.687</b>	<b>17.472.666</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.724.079</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>54.083.080</b>	<b>50.525.724</b>	<b>60.337.713</b>	<b>20.062.483</b>	<b>17.963.865</b>	<b>16.711.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
**(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>					
RECEITA LÍQUIDA	27	25.227.625	25.486.973	319	186.467
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	28				
Energia elétrica comprada para revenda		(12.111.489)	(11.286.174)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.747.811)	(1.426.278)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.083.089)	(1.435.728)	-	-
		<u>(14.942.389)</u>	<u>(14.148.180)</u>		
OUTROS CUSTOS	28				
Pessoal e administradores		(1.011.557)	(1.001.762)	-	-
Materiais		(62.480)	(73.872)	-	-
Serviços de terceiros		(1.086.517)	(1.042.989)	-	-
Depreciação e amortização		(865.202)	(814.783)	-	-
Provisões operacionais		(168.099)	(1.213.759)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(1.581.475)	(1.199.698)	-	-
Outros		(127.033)	(103.630)	-	-
		<u>(4.902.363)</u>	<u>(5.450.493)</u>		
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(19.844.752)</b>	<b>(19.598.673)</b>		
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>5.382.873</b>	<b>5.888.300</b>	<b>319</b>	<b>186.467</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas com Vendas	28				
Despesas com Vendas		(146.705)	(237.733)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(582.457)	(641.810)	(45.220)	(72.715)
Despesas com Provisão Operacional		(108.482)	(949.614)	(54.910)	(188.461)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(749.475)	(1.047.423)	(70.328)	(66.084)
		<u>(1.587.119)</u>	<u>(2.876.580)</u>	<u>(170.458)</u>	<u>(327.260)</u>
Revisão Tarifária Periódica, líquida	15	502.108	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	16	356.698	125.351	2.980.914	2.900.691
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	31	-	72.738	-	72.738
Resultado decorrente de combinação de negócios	16	51.736	-	51.736	-
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>4.706.296</b>	<b>3.209.809</b>	<b>2.862.511</b>	<b>2.832.636</b>
Receitas Financeiras	29	2.445.405	3.206.850	(2.054)	272.753
Despesas Financeiras	29	(3.350.864)	(1.846.573)	(4.542)	(26.690)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>3.800.837</b>	<b>4.570.086</b>	<b>2.855.915</b>	<b>3.078.699</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(683.681)	(1.454.341)	(3.653)	(5.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(252.035)	(145.459)	11.848	(103.381)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>		<b>2.865.121</b>	<b>2.970.286</b>	<b>2.864.110</b>	<b>2.969.611</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	32	-	224.067	-	224.067
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.865.121</b>	<b>3.194.353</b>	<b>2.864.110</b>	<b>3.193.678</b>
<b>Total do lucro líquido do exercício atribuído a:</b>					
<b>Participação dos acionistas controladores</b>					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		2.864.110	2.969.611	2.864.110	2.969.611
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	32	-	224.067	-	224.067
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		<u>2.864.110</u>	<u>3.193.678</u>	<u>2.864.110</u>	<u>3.193.678</u>
<b>Participação dos acionistas não-controladores</b>					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		1.011	675	-	-
		<u>2.865.121</u>	<u>3.194.353</u>	<u>2.864.110</u>	<u>3.193.678</u>
<b>Lucro básico e diluído por ação preferencial</b>	26	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária</b>	26	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações em continuidade	26	1,89	1,95	1,89	1,95
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações em continuidade	26	1,89	1,95	1,89	1,95
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações descontinuadas	26	-	0,15	-	0,15
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações descontinuadas	26	-	0,15	-	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.865.121</b>	<b>3.194.353</b>	<b>2.864.110</b>	<b>3.193.678</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(10.364)	(1.599.049)	4.963	(176.235)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 10 c)	3.525	543.676	(1.687)	59.919
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(10.115)	(939.057)
Outros	(714)	48	(714)	52
	<b>(7.553)</b>	<b>(1.055.325)</b>	<b>(7.553)</b>	<b>(1.055.321)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.857.568</b>	<b>2.139.028</b>	<b>2.856.557</b>	<b>2.138.357</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuído a:</b>				
Participação dos acionistas controladores	2.856.557	2.138.357	2.856.557	2.138.357
Participação dos acionistas não-controladores	1.011	671	-	-
	<b>2.857.568</b>	<b>2.139.028</b>	<b>2.856.557</b>	<b>2.138.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total da Participação dos Controladores</b>	<b>Participação Acionistas não Controladores</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020 (reapresentado)</b>	<b>7.293.763</b>	<b>2.249.721</b>	<b>8.750.051</b>	<b>(2.406.920)</b>	<b>211.640</b>	<b>16.098.255</b>	<b>4.250</b>	<b>16.102.505</b>
Participação de não controladores (nota 26)	-	-	-	-	-	-	(579)	(579)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.864.110	2.864.110	1.011	2.865.121
Aumento de capital	300.000	-	(300.000)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(7.553)	-	(7.553)	-	(7.553)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(16.950)	16.950	-	-	-
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>								
Reservas de incentivos fiscais (nota 26)	-	-	17.829	-	(17.829)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	(1.482.146)	(1.482.146)	-	(1.482.146)
Reserva legal (nota 26)	-	-	142.314	-	(142.314)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.450.411	-	(1.450.411)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>7.593.763</b>	<b>2.249.721</b>	<b>10.060.605</b>	<b>(2.431.423)</b>	<b>-</b>	<b>17.472.666</b>	<b>4.682</b>	<b>17.477.348</b>

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total da Participação dos Controladores</b>	<b>Participação Acionistas não Controladores</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019 (reapresentado)</b>	<b>7.293.763</b>	<b>2.249.721</b>	<b>6.362.022</b>	<b>(1.326.787)</b>	<b>145.360</b>	<b>14.724.079</b>	<b>1.360.608</b>	<b>16.084.687</b>
Participação de não controladores (nota 26)	-	-	-	-	-	-	(1.356.791)	(1.356.791)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	3.193.678	3.193.678	675	3.194.353
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.055.321)	-	(1.055.321)	(4)	(1.055.325)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(24.812)	24.812	-	-	-
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>								
Reservas de Incentivos Fiscais (nota 26)	-	-	18.256	-	(18.256)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	(764.181)	(764.181)	(238)	(764.419)
Reserva de lucros a realizar (nota 26)	-	-	834.603	-	(834.603)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.535.170	-	(1.535.170)	-	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (reapresentado)</b>	<b>7.293.763</b>	<b>2.249.721</b>	<b>8.750.051</b>	<b>(2.406.920)</b>	<b>211.640</b>	<b>16.098.255</b>	<b>4.250</b>	<b>16.102.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
**(Em milhares de Reais)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		2.864.110	2.969.611	2.864.110	2.969.611
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		-	224.067	-	224.067
Lucro líquido do exercício de acionistas não controladores		1.011	675	-	-
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10	252.035	145.459	(11.848)	103.381
Depreciação e amortização	29	989.053	958.234	2.954	4.525
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível	14, 15, 17 e 18	39.039	124.047	157	573
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato e intangível	15 e 18	(12.254)	24.349	-	-
Resultado decorrente de combinação de negócios	16	(51.736)	-	(51.736)	-
Resultado de equivalência patrimonial	16	(356.698)	(125.351)	(2.980.914)	(2.900.691)
Dividendos declarados por investida classificada como mantida para venda	32	-	(72.738)	-	(72.738)
Efeitos da Revisão Tarifária Periódica da RAP		(551.852)	-	-	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	14 e 15	(800.968)	(755.469)	-	-
Juros e variações monetárias		1.202.087	1.189.777	(67.525)	(20.018)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	9	-	(2.951.789)	-	(481.069)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	27	(266.320)	-	-	-
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	22	1.742.494	225.992	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	22	15.107	37.616	222	173
Provisões operacionais e perdas estimadas	28	423.286	2.401.106	54.910	188.461
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções		(1.752.688)	(997.858)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	(454.741)	(57.988)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	490.953	464.554	50.110	46.796
Outros		57.865	(8.436)	1.531	1.845
		<b>3.829.783</b>	<b>3.795.858</b>	<b>(138.029)</b>	<b>64.916</b>
<b>Aumento (redução) de ativos</b>					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(78.420)	(665.727)	194	5.619
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	1.466.945	362.469	-	-
Tributos compensáveis		(59.383)	(11.699)	-	4.640
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(162.380)	(71.267)	45.546	16.698
Depósitos vinculados a litígios		1.537.655	10.975	14.688	33.820
Dividendos recebidos	16	386.555	282.580	1.184.016	830.525
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	14 e 15	688.104	511.451	-	-
Outros		187.886	25.258	30.371	(7.709)
		<b>3.966.962</b>	<b>444.040</b>	<b>1.274.815</b>	<b>883.593</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>					
Fornecedores		278.382	278.639	(666)	(6.580)
Impostos, taxas e contribuições		823.522	(162.318)	(53.832)	44.376
Imposto de renda e contribuição social a pagar		689.596	1.432.536	3.653	5.707
Salários e contribuições sociais		12.711	(83.686)	51	(6.784)
Encargos regulatórios		132.350	(88.900)	-	(1.047)
Adiantamento de clientes		-	(80.862)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	(366.964)	(343.253)	(19.875)	(18.974)
Outros		106.909	6.210	(16.192)	(22.017)
		<b>1.676.506</b>	<b>958.366</b>	<b>(86.861)</b>	<b>(5.319)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais em continuidade</b>		<b>9.473.251</b>	<b>5.198.264</b>	<b>1.049.925</b>	<b>943.190</b>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	22	(1.081.476)	(1.264.800)	-	-
Juros sobre múltuo com partes relacionadas pagos		-	-	-	(24.578)
Juros sobre arrendamentos pagos	19	(3.704)	(5.150)	(65)	(127)
Imposta de renda e contribuição social pagos		(240.339)	(1.767.409)	-	(102.869)
Juros instrumentos financeiros derivativos (swap) pagos		461.375	100.107	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em continuidade</b>		<b>8.609.107</b>	<b>2.261.012</b>	<b>1.049.860</b>	<b>815.616</b>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais descontinuadas</b>	32	-	(224.067)	-	(224.067)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>8.609.107</b>	<b>2.036.945</b>	<b>1.049.860</b>	<b>591.549</b>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019 (Reapresentado)
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		(3.368.351)	79.030	53.333	(64.919)
Fundos vinculados		(51.337)	78.656	(220)	-
Caixa oriundo de combinação de negócios		27.110	-	-	-
Em investimentos					
Caixa oriundo de incorporação	16	-	-	11	22.444
Aporte em investidas	16	(120.320)	(38.265)	(119.248)	(19.434)
Mútuo com partes relacionadas		(26.500)	(6.418)	(26.500)	(6.418)
Imobilizado	17	(133.045)	(70.390)	-	(45)
Intangível	18	(40.980)	(931.644)	(13)	(13)
Ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	15	(1.363.564)	(924.664)	-	-
Caixa líquido consumido em atividades de investimento das operações em continuidade		<b>(5.076.987)</b>	<b>(1.813.695)</b>	<b>(92.637)</b>	<b>(68.385)</b>
Caixa líquido consumido em atividades de investimento das operações descontinuadas	32	-	625.000	-	625.000
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(5.076.987)</b>	<b>(1.188.695)</b>	<b>(92.637)</b>	<b>556.615</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos líquidos dos custos de transação	22	825.562	4.476.722	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	26	(598.135)	(701.137)	(597.385)	(735.282)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	-	(400.000)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(2.531.026)	(4.883.218)	-	-
Arrendamentos pagos	19	(83.881)	(95.664)	(1.547)	(2.856)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(2.387.480)</b>	<b>(1.203.297)</b>	<b>(598.932)</b>	<b>(1.138.138)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.144.640</b>	<b>(355.047)</b>	<b>358.291</b>	<b>10.026</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	535.757	890.804	64.356	54.330
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	6	<b>1.680.397</b>	<b>535.757</b>	<b>422.647</b>	<b>64.356</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
**(Em milhares de reais)**

	Consolidado				Controladora			
	2020		2019 (Reapresentado)		2020		2019 (Reapresentado)	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de energia, gás e serviços	34.512.165		34.455.097		354		4.485	
Receita de construção de distribuição	1.434.823		979.308		-		-	
Receita de construção de transmissão	201.451		311.759		-		-	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	438.393		327.995		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	347.057		318.266		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	15.464		17.839		-		-	
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	-		1.427.786		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	551.852		-		-		-	
Investimento em imobilizado	69.643		25.012		-		-	
Outras receitas, líquidas	38.107		71.161		-		-	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(146.705)		(237.733)		-		-	
	<b>37.462.250</b>		<b>37.696.490</b>		<b>354</b>		<b>4.485</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(13.210.691)		(12.311.849)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.949.501)		(1.592.178)		-		-	
Serviços de terceiros	(1.924.343)		(1.671.293)		(26.130)		(36.586)	
Gás comprado para revenda	(1.375.351)		(1.823.147)		-		-	
Materiais	(861.221)		(691.683)		(190)		(3.396)	
Outros custos operacionais	(686.918)		(2.694.391)		(62.008)		(117.963)	
	<b>(20.008.025)</b>		<b>(20.784.541)</b>		<b>(88.328)</b>		<b>(157.945)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>17.454.225</b>		<b>16.911.949</b>		<b>(87.974)</b>		<b>(153.460)</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e amortização	(989.053)		(958.234)		(2.954)		(4.525)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>16.465.172</b>		<b>15.953.715</b>		<b>(90.928)</b>		<b>(157.985)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	-		<b>224.067</b>		-		<b>224.067</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	356.698		125.351		2.980.914		2.900.691	
Receitas financeiras	2.445.405		3.206.850		(2.054)		272.753	
Resultado decorrente de combinação de negócios	51.736		-		51.736		-	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>19.319.011</b>		<b>19.509.983</b>		<b>2.939.668</b>		<b>3.239.526</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.772.267</b>	9,16	<b>1.861.767</b>	9,54	<b>72.546</b>	2,47	<b>83.362</b>	2,57
Remuneração direta	1.053.035	5,45	1.218.391	6,24	17.839	0,61	32.600	1,00
Benefícios de curto prazo e pós emprego	601.581	3,11	562.075	2,88	51.266	1,74	48.138	1,49
FGTS	58.801	0,30	59.810	0,31	1.524	0,05	1.716	0,05
Programa de desligamento voluntário programado	58.850	0,30	21.491	0,11	1.917	0,07	908	0,03
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>11.289.013</b>	<b>58,45</b>	<b>12.554.954</b>	<b>64,35</b>	<b>(2.229)</b>	<b>(0,08)</b>	<b>(66.623)</b>	<b>(2,06)</b>
Federais	5.343.372	27,67	6.397.806	32,79	(3.245)	(0,11)	(68.726)	(2,12)
Estaduais	5.934.555	30,72	6.142.683	31,48	651	0,02	1.357	0,04
Municipais	11.086	0,06	14.465	0,08	365	0,01	746	0,02
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>3.392.610</b>	<b>17,56</b>	<b>1.898.909</b>	<b>9,74</b>	<b>5.241</b>	<b>0,18</b>	<b>29.109</b>	<b>0,90</b>
Juros	3.374.783	17,47	1.872.545	9,60	4.542	0,16	26.690	0,83
Aluguéis	17.827	0,09	26.364	0,14	699	0,02	2.419	0,07
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>2.865.121</b>	<b>14,83</b>	<b>3.194.353</b>	<b>16,37</b>	<b>2.864.110</b>	<b>97,43</b>	<b>3.193.678</b>	<b>98,59</b>
Juros sobre capital próprio	553.488	2,86	400.000	2,05	553.488	18,83	400.000	12,35
Dividendos	938.658	4,86	364.181	1,87	938.658	31,93	364.181	11,24
Lucros retidos	1.371.964	7,11	2.429.497	12,45	1.371.964	46,67	2.429.497	75,00
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.011	-	675	-	-	-	-	-
	<b>19.319.011</b>	<b>100,00</b>	<b>19.509.983</b>	<b>100,00</b>	<b>2.939.668</b>	<b>100,00</b>	<b>3.239.526</b>	<b>100,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE  
DEZEMBRO DE 2019**  
**(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
<b>CONTROLADAS:</b>		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (1)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 82 usinas (75 usinas hidrelétricas, 1 solar e 6 eólicas) e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.786 MW (*)
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Ger. Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 239 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física.

Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,09 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,17 MW (*) de potência instalada e 18,80 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da PCH Pai Joaquim.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Poço Fundo, localizada no município de Poço Fundo, no Estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui concessão para a exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.

Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Sim (antiga Efficientia) (2)	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (3)	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgínia.
LightGer S.A. ("LightGer")	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocone, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, Estado de Minas Gerais.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I (subsidiária integral da Neoenergia) - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Renova Energia S.A. ("Renova Energia") – Em recuperação judicial	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas e atualmente em recuperação judicial
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscriveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro/2017. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica de 1.158 MW (661 MW médios de capacidade física) e uma capacidade instalada de geração eólica de 99 MW (46 MW médios de garantia física). Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	Controladas em conjunto	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 46,26MWp, entre a Controlada Cemig Sim e a Mori Energia, sendo 49% e 51% do capital total, respectivamente.

Investimentos	Classificação	Descrição
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (4)		
<b>COLIGADAS:</b>		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
Ativas Datacenter S.A. ("Ativas")	Coligada	Investida cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações.
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. ("Administrador"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. ("MESA").
<b>COLIGADA MANTIDA PARA VENDA:</b>		
Light S.A. ("Light") (5)	Coligada	Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (1) Em 1º de outubro de 2020, a Cemig GT incorporou a sua subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção desta investida e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações.
- (2) Em 14 de abril de 2020, foi registrada na Junta Comercial a ata da AGE que alterou o estatuto social dessa controlada, mudando a sua denominação de Efficientia S.A para Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.-Cemig Sim.
- (3) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, corresponde a 49% de seu capital social, passando a ser titular da totalidade de suas ações. Para mais informações, ver item (b) desta nota explicativa.
- (4) A Cemig concluiu a aquisição, em 2020, das SPEs voltadas para geração de energia elétrica fotovoltaica. Para mais informações, ver item (d) desta nota explicativa.
- (5) Em 22 de janeiro de 2021, foi concluída a oferta pública de distribuição de ações de emissão da Light, contemplando a alienação da totalidade das ações de titularidade da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## b) Aquisição de controle da Centroeste

Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, correspondente a 49% do capital social desta investida, passando a ser titular, assim, da totalidade de suas ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da investida pela Companhia, conforme disposições contidas no Pronunciamento Contábil IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações consolidadas, é resultado do exercício do seu direito de preferência na aquisição da participação societária objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

Os efeitos da combinação de negócios nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 16 (d).

**c) Incorporação da subsidiária integral Cemig Geração Distribuída S.A.**

Em 19 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação de sua subsidiária integral Cemig Geração Distribuída S.A., pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida a partir desta data e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do art. 227 da Lei 6.404/76. O patrimônio líquido da investida na data da incorporação era de R\$11.625.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Companhia.

**d) Aquisição de participação em sociedades de propósito específico (“SPEs”) voltadas para geração de energia solar fotovoltaica**

Em 25 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim) 49% de participação em sete Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) voltadas à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 29,45MWp, no montante de R\$54.920. Essa subsidiária integral havia adquirido em 19 de agosto de 2020 e 30 de setembro de 2020, 49% de participação em duas outras SPEs da mesma natureza, nos valores de de R\$7.856 e R\$10.243, respectivamente, com potência instalada total de 11,62MWp.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

**e) Covid-19**

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, sendo que destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que previu o desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autorizou a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados.
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais.
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões.
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, prorrogado até 31 de julho de 2020, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras. Por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, de 21 de julho de 2020, o órgão regulador alterou a Resolução Aneel 878/2020, mantendo a vedação à suspensão do fornecimento de energia a partir de agosto de 2020 somente para as subclasses residenciais baixa renda, revogando as previsões para as demais classes residenciais e relacionadas ao fornecimento de serviços e atividades considerados essenciais.
- Autorização da criação da Conta-Covid, por meio do Decreto 10.350/2020, de 18 de maio de 2020, conforme detalhado no tópico seguinte.

#### Conta-Covid

Em 18 de maio de 2020, visando ao enfrentamento do estado de calamidade pública causada pela pandemia Covid-19, foi autorizada, por meio do Decreto nº 10.350/2020, a criação da Conta-Covid, destinada à cobertura dos déficits ou antecipação de receitas, relativas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia, que são a base do fluxo financeiro do setor elétrico, relacionadas a (i) à sobrecontratação de energia; (ii) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA); (iii) à neutralidade dos encargos setoriais; (iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia homologados até a mesma data; (v) à antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, conforme regulação da Aneel e cronograma definido pela distribuidora.

Em 23 de junho de 2020, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 885/2020, que estabeleceu os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid, além de regular a utilização do encargo tarifário da CDE.

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel editou o Despacho nº 181/2021, no qual definiu o encargo mensal a ser pago para amortização do empréstimo e a respectiva cobertura a ser incluída na tarifa para pagamento deste encargo. A cota anual de CDE Conta-covid será paga pelas distribuidoras, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de energia elétrica e nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição.

Os montantes equivalentes à totalidade dos valores recebido pela Cemig D da Conta-covid durante o ano de 2020 serão revertidos, devidamente atualizados pela Selic, em forma de componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 2021, assegurada a neutralidade.

A Cemig D aderiu ao mecanismo de compensação financeira da Conta-Covid, visando ao reforço de seu caixa, permitindo o cumprimento de suas obrigações financeiras mesmo diante da redução da arrecadação causada pela crise econômica. O total de recursos da Conta-Covid destinado à Cemig D, no montante de R\$1.404.175, teve o repasse inicial de R\$1.186.390 em julho de 2020, sendo o valor restante repassado até dezembro de 2020 em parcelas mensais, afetando positivamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

São aplicadas restrições às distribuidoras que aderirem à Conta-Covid, sendo elas (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020, (ii) limitação, em caso de inadimplemento intrassetorial, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legal e para contingências e, (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, procedimento e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro.

Em razão da manifestação das renúncias estabelecidas no Termo de Aceitação, anexo à Resolução Normativa nº 885/2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, realizada em 03 de julho de 2020, aprovou a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social, com a inclusão do §4º ao artigo 33, prevendo a limitação excepcional da distribuição dos dividendos obrigatórios ou do pagamento de juros sobre o capital próprio, respeitado o mínimo legal, nos casos e nos termos em que o órgão regulador, por meio de previsão normativa ou contratual, assim o exigir, para mitigar situação de desequilíbrio financeiro causado por fato de terceiro, fato do princípio, caso fortuito ou de força maior expressamente reconhecido.

### Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Em agosto, a Companhia iniciou o plano de retorno gradativo às atividades presenciais para empregados em trabalho remoto, observando as medidas que visam à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da Covid-19 nos ambientes de trabalho.

Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente, sendo retomado, mediante agendamento, a partir de 3 de agosto de 2020, nos municípios que aderiram ao Plano Minas Consciente, elaborado pelo Governo de Minas Gerais, e que estão na fase de onda verde do programa. A decisão de atender presencialmente via agendamento obedece às normas do plano e está de acordo com a retomada da economia no estado de forma responsável, em virtude da pandemia do Covid-19.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento adequado de energia e gás.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos das contas de clientes de baixa renda, cadastrados como tarifa social, que poderiam parcelar as suas faturas em até seis vezes, sem juros e multas, vigente até 1º de julho de 2020;
- Parcelamentos dos valores não arrecadados, faturados a hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento sem a incidência de multas e juros, cujas condições ficaram vigentes até 1º de julho de 2020;
- Parcelamento de débitos em até seis vezes sem juros para microempresas dos setores afetados pela crise, cujas condições ficaram vigente até 1º de julho de 2020.

- Lançamento de campanha de negociação, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores em até 12 vezes sem juros, cujas condições foram válidas até 31 de outubro de 2020.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Cemig aprovou as seguintes medidas para apoio no combate ao Covid-19 durante o período de onda roxa instituído pela Deliberação 138, de 16 de março de 2021 do Comitê Extraordinário Covid-19, no âmbito do Estado de Minas Gerais:

- suspensão dos cortes de energia elétrica para clientes cadastrados como tarifa social (baixa renda);
- parcelamento dos débitos dos consumidores classificados como tarifa social (baixa renda), nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia;
- parcelamento dos débitos de outras classes, incluindo consumidores comerciais classificados como Microempresas dos setores afetados pela crise, nas condições especificadas no programa, disponíveis no website da Companhia.
- Prioridade no fornecimento de energia elétrica das unidades de pronto atendimento, clínicas, hospitais e demais equipamentos de saúde e empresas categorizadas como serviços essenciais.
- ações de comunicação com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância de permanecer em casa, sobre o uso racional da energia elétrica nas residências, bem como sobre os cuidados com a utilização dos aparelhos eletrônicos, evitando a sobrecarga, curtos e incêndios.

As medidas supracitadas geraram um efeito estimado de postergação de caixa para o próximo exercício de até R\$151,4 milhões, considerando os valores referentes às parcelas com vencimento no ano de 2021.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento dos investimentos previsto para o ano de 2020, no valor aproximado de R\$349 milhões, e revisão orçamentária com redução nos custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), na ordem de R\$164 milhões;
- redução no pagamento de dividendos aos acionistas, bem como a postergação dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio para o final de 2020 (vide nota explicativa 26);
- negociação de contratos com seus consumidores livres;
- negociação de termos e prazos estabelecidos em seus contratos com fornecedores de gás, incluindo a Petrobrás;
- diferimento ao longo do ano dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

### Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações das empresas do Grupo Cemig, principalmente o negócio de distribuição de energia elétrica, em função da retração do mercado e das medidas de distanciamento social, com impacto nos processos de produção, com interrupção nas cadeias de suprimentos, reduzindo a demanda por mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, o que resulta em menor consumo de energia e maior risco de inadimplência.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 levaram também à redução no consumo de gás natural pelas indústrias e do setor automotivo em 3% e 28%, respectivamente, em 2020, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Por outro lado, verificou-se o aumento do consumo residencial e comercial no ano de 2020 em 20% e 14%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, naturalmente motivado pelo aumento da utilização do gás natural, mais seguro, de fornecimento contínuo.

Em 31 de dezembro de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros:

- A controlada Cemig GT avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, e as liquidações semestrais do “swap” foram suficientes para compensar a exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando um ganho líquido de R\$4 milhões no resultado no exercício findo em 2020. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que, caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia.

- Como resultado da pandemia Covid-19, as condições de mercado sofreram impactos negativos e, nestas circunstâncias, o valor justo do investimento na Light sofreu redução significativa nos primeiros trimestres de 2020. Contudo, houve recuperação do valor de mercado das ações no final de 2020, resultando na reversão do impairment reconhecido no decorrer do ano sobre seu valor de mercado menos despesas com a venda. A alienação da participação detida pela Companhia nessa investida foi concluída, por meio de oferta pública de distribuição de ações, em 22 de janeiro de 2021, conforme nota explicativa nº 32 destas demonstrações financeiras.
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, incluindo aqueles com impedimento momentâneo de suspensão do fornecimento de energia e intensificação das ações individualizadas de cobrança habitual. O retorno das atividades econômicas após o período agudo da pandemia, bem como a liberação da suspensão do fornecimento a partir de agosto de 2020 por meio da Resolução Normativa nº 891/2020, têm contribuído para o reestabelecimento do comportamento da arrecadação. Adicionalmente, as negociações para permitir a recuperação dos créditos em atraso e as medidas da Agência Reguladora para reequilíbrio econômico mitigaram os efeitos negativos da crise econômica sobre a arrecadação.
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico.
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos.
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº31 destas demonstrações financeiras.
- Foi observada uma queda de carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) em 2020, especialmente entre os meses de março a maio, com a recuperação gradativa a partir desse período. No acumulado do ano, a energia transportada e a energia vendida aos consumidores da Cemig D apresentaram um crescimento de 4,42% e uma redução de 5,31%, respectivamente, sendo que somente no 2º semestre de 2020 verificou-se um crescimento de 10,29% na energia transportada e de 94,66% na energia vendida na comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social.

- A variação acumulada no mercado de clientes cativos da Cemig D, medida a partir do início da pandemia até dezembro de 2020, apresentou uma diminuição de 8%. Ressalta-se que o efeito dos dispêndios financeiros com compra de energia pela Cemig D foram minimizados com a criação da Conta-Covid.
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica e de gás, visando preservar a liquidez da Cemig GT e Gas mig no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2019 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à reapresentação retrospectiva relativa à mudança de política contábil (nota explicativa nº 2.8).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de março de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 31 e 32, respectivamente.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 14 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 15 – Ativos de contrato;
- Nota 16 – Investimentos;
- Nota 17 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 18 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;

- Nota 19 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 21 – Valores a serem repassados a consumidores
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 25 – Provisões;
- Nota 28 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 31 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;
- Nota 32 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1)/IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1)/IAS 1 e IAS 8: Alteram a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – “Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06(R2)/IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - *Conceptual Framework for Financial Reporting*: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

## 2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017: a norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, O IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

## 2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

*Valor justo por meio do resultado* – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto que aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados, do poder concedente.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

*Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread)* - A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

*Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)* – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), até a data de exercício das opções.

*Custo amortizado* – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, contas a receber do Estado de Minas Gerais, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, adiantamento de clientes, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Divulgações adicionais de instrumentos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

b) Consumidores, Revendedores e Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários – transporte de energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Cemig D adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses, considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A RAP remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (recebíveis), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9), após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjuntos. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item (c), acima.

e) Ativos vinculados à concessão

*Atividade de distribuição de energia* – Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

*Atividade de transmissão* – Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precisar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e, a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

*Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013 – A parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.*

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive a mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel. Para mais informações, ver nota explicativa 2.8.

*Atividade de geração* – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

*Atividade de distribuição de gás* – Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um Ativo Intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens baixados e substituídos é reconhecido no resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

*Benefícios de curto prazo a empregados* – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

#### **Corrente**

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

#### **Diferido**

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

k) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Adicionalmente, as controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

I) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pelo menor preço entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

São classificados como operações descontinuadas os competentes que foram baixados ou estão classificados como mantidos para venda e representam uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações, bem como aqueles que são parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações ou representam uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 32. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

m) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Ativos e passivos são classificados no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado ou liquidado em até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivos se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos do passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

n) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Cemig reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, de acordo com a regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato e contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção, correspondentes à obrigação de performance prevista nos contratos relativas à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.

- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato, relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que o reconhecimento de eventual contraprestação variável estimada com a PV não resultaria em informação contábil relevante. Assim, para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

o) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

p) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

r) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

s) Arrendamento mercantil

A partir da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06(R2), em 1º de janeiro de 2019, a Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

## **Ativos de direito de uso**

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

## **Passivo de arrendamento**

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

## Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 2.8 Aplicação retrospectiva de política contábil e reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Em 1º de janeiro de 2018, com a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 e considerando as características dos seus contratos de concessão, a Cemig GT classificou como ativo de contrato a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura de transmissão de energia correspondente ao saldo remanescente da RBSE, reincorporado à base de remuneração (parcela econômica), e aos ativos remunerados por tarifa, uma vez que a obrigação de performance de construção e melhoria está condicionada à satisfação da obrigação de performance de operação e manutenção. Por sua vez, a parcela financeira da RBSE, que representa o montante devido desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, foi classificada como ativo financeiro, uma vez que não mais envolvia a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. A classificação dessa parcela como ativo financeiro foi fundamentada no entendimento de que a inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento embasaria a sua classificação como ativo de contrato.

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Nesse processo de revisão tarifária, considerando os resultados e critérios aplicados pelo Órgão Regulador na formulação da regulação a ser aplicada para os ativos da rede básica, entre eles, a sujeição da integralidade dos valores da RBSE a mecanismos de medição de eficiência operacional, retirando o seu caráter indenizatório, o que esclareceu certos elementos adicionais para determinação da política contábil, os quais não eram tão claros em 2018, época em que a RTP deveria ter ocorrido e em que a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, a Companhia decidiu pela aplicação retrospectiva dos seguintes pontos, em consonância com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020 e com os procedimentos também a serem adotados pelas demais empresas do setor de transmissão de energia no Brasil: (i) classificação como ativo de contrato dos ativos da RBSE, relativos à renovação da concessão amparada na Lei 12.783/14, (ii) alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão, (iii) determinação da taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

Dessa forma, a Companhia utilizou-se do método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido nestas demonstrações financeiras, nos termos dos itens 14 e 22 do CPC 23/IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo que os principais efeitos nas demonstrações financeiras reapresentadas em decorrência da mudança de política contábil são demonstrados a seguir:

Ativo	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2019				01/01/2019			
	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Reclassificação	Ajustes	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>								
Ativos financeiros e setoriais da concessão (1)	1.079.743	(189.017)	-	890.726	1.070.384	(180.995)	-	889.389
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	171.849	189.017	215.318	576.184	130.951	180.995	170.198	482.144
Outros ativos circulantes	8.885.816	-	-	8.885.816	26.594.739	-	-	26.594.739
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.137.408</b>	<b>-</b>	<b>215.318</b>	<b>10.352.726</b>	<b>27.796.074</b>	<b>-</b>	<b>170.198</b>	<b>27.966.272</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Ativos financeiros e setoriais da concessão (1)	4.850.315	(1.091.635)	-	3.758.680	4.927.498	(1.115.319)	-	3.812.179
Ativos de contrato da transmissão (1) (2)	1.024.385	1.091.635	383.354	2.499.374	998.359	1.115.319	312.842	2.426.520
Outros ativos não circulantes	33.914.944	-	-	33.914.944	26.132.742	-	-	26.132.742
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>39.789.644</b>	<b>-</b>	<b>383.354</b>	<b>40.172.998</b>	<b>32.058.599</b>	<b>-</b>	<b>312.842</b>	<b>32.371.441</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>49.927.052</b>	<b>-</b>	<b>598.672</b>	<b>50.525.724</b>	<b>59.854.673</b>	<b>-</b>	<b>483.040</b>	<b>60.337.713</b>

Passivo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Impostos, taxas e contribuições (3)	358.847	52.120	410.967	409.825	43.537	453.362
Outros passivos circulantes	7.553.604	-	7.553.604	22.983.759	-	22.983.759
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.912.451</b>	<b>52.120</b>	<b>7.964.571</b>	<b>23.393.584</b>	<b>43.537</b>	<b>23.437.121</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Impostos, taxas e contribuições (3)	883	225.885	226.768	29.396	219.261	248.657
Impostos de renda e contribuição social diferidos (4)	661.057	109.027	770.084	728.419	74.882	803.301
Outros passivos não circulantes	25.461.796	-	25.461.796	19.763.947	-	19.763.947
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.123.736</b>	<b>334.912</b>	<b>26.458.648</b>	<b>20.521.762</b>	<b>294.143</b>	<b>20.815.905</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>34.036.187</b>	<b>387.032</b>	<b>34.423.219</b>	<b>43.915.346</b>	<b>337.680</b>	<b>44.253.026</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Lucros acumulados	-	211.640	211.640	-	145.360	145.360
Outros	15.886.615	-	15.886.615	14.578.719	-	14.578.719
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES (5)</b>	<b>15.886.615</b>	<b>211.640</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.578.719</b>	<b>145.360</b>	<b>14.724.079</b>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	4.250	-	4.250	1.360.608	-	1.360.608
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.890.865</b>	<b>211.640</b>	<b>16.102.505</b>	<b>15.939.327</b>	<b>145.360</b>	<b>16.084.687</b>

- (1) Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para o ativo de contrato, haja vista a inclusão de sua contraprestação à base de remuneração regulatória, estando, assim, sujeita aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- (2) Reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (3) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos;
- (4) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados;
- (5) Efeitos da aplicação retrospectiva, realizada em lucros acumulados, conforme CPC 23/IAS 08.

Balanço Patrimonial	Controladora			Controladora		
	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.250.891</b>	-	<b>3.250.891</b>	<b>2.718.709</b>	-	<b>2.718.709</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Investimentos (1)	12.631.091	211.640	12.842.731	12.405.706	145.360	12.551.066
Outros ativos não circulantes	1.870.243	-	1.870.243	1.442.076	-	1.442.076
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.501.334</b>	<b>211.640</b>	<b>14.712.974</b>	<b>13.847.782</b>	<b>145.360</b>	<b>13.993.142</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>17.752.225</b>	<b>211.640</b>	<b>17.963.865</b>	<b>16.566.491</b>	<b>145.360</b>	<b>16.711.851</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>900.274</b>	-	<b>900.274</b>	<b>1.377.621</b>	-	<b>1.377.621</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>965.336</b>	-	<b>965.336</b>	<b>610.151</b>	-	<b>610.151</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.865.610</b>	-	<b>1.865.610</b>	<b>1.987.772</b>	-	<b>1.987.772</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Lucros acumulados (2)	-	211.640	211.640	-	145.360	145.360
Outras contas do patrimônio líquido	15.886.615	-	15.886.615	14.578.719	-	14.578.719
<b>ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</b>	<b>15.886.615</b>	<b>211.640</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.578.719</b>	<b>145.360</b>	<b>14.724.079</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.886.615</b>	<b>211.640</b>	<b>16.098.255</b>	<b>14.578.719</b>	<b>145.360</b>	<b>14.724.079</b>

(1) Refere-se ao ajuste da equivalência patrimonial da Cemig GT, em razão da aplicação retrospectiva de política contábil.

(2) Efeitos da aplicação retrospectiva, realizada em lucros acumulados, conforme CPC 23/IAS 08.

Demonstração do resultado	Consolidado			Controladora		
	2019			2019		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	01/01/2019 Reapresentado
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>						
RECEITA LÍQUIDA (1)	25.390.306	96.667	25.486.973	186.467	-	186.467
CUSTO TOTAL	(19.598.673)	-	(19.598.673)	-	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>5.791.633</b>	<b>96.667</b>	<b>5.888.300</b>	<b>186.467</b>	<b>-</b>	<b>186.467</b>
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(2.880.338)	3.758	(2.876.580)	(327.260)	-	(327.260)
Resultado de equivalência patrimonial	125.351	-	125.351	2.834.411	66.280	2.900.691
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	72.738	-	72.738	72.738	-	72.738
Resultado financeiro	1.360.277	-	1.360.277	246.063	-	246.063
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>4.469.661</b>	<b>-</b>	<b>4.570.086</b>	<b>3.012.419</b>	<b>66.280</b>	<b>3.078.699</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.454.341)	-	(1.454.341)	(5.707)	-	(5.707)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (3)	(111.314)	(34.145)	(145.459)	(103.381)	-	(103.381)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>	<b>2.904.006</b>	<b>66.280</b>	<b>2.970.286</b>	<b>2.903.331</b>	<b>66.280</b>	<b>2.969.611</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>						
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	224.067	-	224.067	224.067	-	224.067
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.128.073</b>	<b>66.280</b>	<b>3.194.353</b>	<b>3.127.398</b>	<b>66.280</b>	<b>3.193.678</b>
Total do lucro líquido do período atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores						
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	2.903.331	66.280	2.970.286	2.903.331	66.280	2.969.611
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	224.067	-	224.067	224.067	-	224.067
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	<b>3.127.398</b>	<b>66.280</b>	<b>3.194.353</b>	<b>3.127.398</b>	<b>66.280</b>	<b>3.193.678</b>
Participação dos acionistas não-controladores						
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	675	-	675	-	-	-
	<b>3.128.073</b>	<b>66.280</b>	<b>3.194.353</b>	<b>3.127.398</b>	<b>66.280</b>	<b>3.193.678</b>
Lucro básico e diluído por ação preferencial (4)	2,06	0,04	2,10	2,06	0,04	2,10
Lucro básico e diluído por ação ordinária (4)	2,06	0,04	2,10	2,06	0,04	2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações em continuidade (4)	1,91	0,04	1,95	1,91	0,04	1,95
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações em continuidade (4)	1,91	0,04	1,95	1,91	0,04	1,95
Lucro básico e diluído por ação preferencial oriundo das operações descontinuadas (4)	0,15	-	0,15	0,15	-	0,15
Lucro básico e diluído por ação ordinária oriundo das operações descontinuadas (4)	0,15	-	0,15	0,15	-	0,15

(1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.

(2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.

- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre os ajustes realizados.  
 (4) O lucro básico e diluído por ação, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também foi ajustado retrospectivamente para refletir o aumento de capital ocorrido em 2020, vide nota explicativa 26.

Demonstração do fluxo de caixa - Consolidado	2019 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade (1)	2.903.331	66.280	2.969.611
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	224.067	-	224.067
Lucro líquido do exercício de acionistas não controladores	675	-	675
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Impostos de renda e contribuição social diferidos (2)	111.314	34.145	145.459
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível (3)	127.835	(3.788)	124.047
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão (4)	(505.507)	(249.962)	(755.469)
PIS/Pasep e Cofins diferidos sobre receitas de transmissão (6)	-	15.206	15.206
Outros	1.072.262	-	1.072.262
<b>TOTAL</b>	<b>3.933.977</b>	<b>(138.119)</b>	<b>3.795.858</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>			
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato (5)	373.332	138.119	511.451
Outros	(67.411)	-	(67.411)
<b>TOTAL</b>	<b>305.921</b>	<b>138.119</b>	<b>444.040</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Caixa gerado pelas atividades operacionais em continuidade	958.366	-	958.366
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais em continuidade</b>	<b>5.198.264</b>	<b>-</b>	<b>5.198.264</b>

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no lucro líquido de 2019.  
 (2) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados.  
 (3) Outros ajustes imateriais referentes a provisões para perdas e transferências.  
 (4) Ajuste da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;  
 (5) Ajuste sobre os recebimentos vinculados ao ativo de contrato, tendo em vista a realocação da contraprestação à obrigação de performance de construção.  
 (6) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos, incluindo o deferimento destes tributos.

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora		
	2019 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade (1)	2.903.331	66.280	2.969.611
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	224.067	-	224.067
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Resultado de equivalência patrimonial (2)	(2.834.411)	(66.280)	(2.900.691)
Outros	(228.071)	-	(228.071)
<b>TOTAL</b>	<b>64.916</b>	<b>-</b>	<b>64.916</b>

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no lucro líquido de 2019.  
 (2) Ajuste da equivalência patrimonial da Cemig GT, em razão da aplicação retrospectiva de política contábil.

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	2019 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)	2019 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.128.073</b>	<b>66.280</b>	<b>3.194.353</b>	<b>3.127.398</b>	<b>66.280</b>	<b>3.193.678</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>						
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes	(1.055.325)	-	(1.055.325)	(1.055.321)	-	(1.055.321)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.072.748</b>	<b>66.280</b>	<b>2.139.028</b>	<b>2.072.077</b>	<b>66.280</b>	<b>2.138.357</b>
Total do resultado abrangente atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	2.072.077	66.280	2.138.357	2.072.077	66.280	2.138.357
Participação dos acionistas não-controladores	671	-	671	-	-	-
Total do resultado abrangente atribuído a:	<b>2.072.748</b>	<b>66.280</b>	<b>2.139.028</b>	<b>2.072.077</b>	<b>66.280</b>	<b>2.138.357</b>

Demonstração do valor adicionado	Consolidado			Controladora		
	2019 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)	2019 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	2019 (Reapresentado)
RECEITAS (1)	37.584.617	111.873	37.696.490	4.485	-	4.485
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (2)	(20.788.299)	3.758	(20.784.541)	(157.945)	-	(157.945)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>16.796.318</b>	<b>115.631</b>	<b>16.911.949</b>	<b>(153.460)</b>	-	<b>(153.460)</b>
RETENÇÕES	(958.234)	-	(958.234)	(4.525)	-	(4.525)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>15.838.084</b>	<b>115.631</b>	<b>15.953.715</b>	<b>(157.985)</b>	-	<b>(157.985)</b>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	224.067	-	224.067	224.067	-	224.067
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.332.201	-	3.332.201	3.107.164	66.280	3.173.444
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>19.394.352</b>	<b>115.631</b>	<b>19.509.983</b>	<b>3.173.246</b>	<b>66.280</b>	<b>3.239.526</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
Empregados	1.861.767	-	1.861.767	83.362	-	83.362
Impostos, taxas e contribuições (3)	12.505.603	49.351	12.554.954	(66.623)	-	(66.623)
Remuneração de capitais de terceiros	1.898.909	-	1.898.909	29.109	-	29.109
Remuneração de capitais próprios	3.128.073	66.280	3.194.353	3.127.398	66.280	3.193.678
	<b>19.394.352</b>	<b>115.631</b>	<b>19.509.983</b>	<b>3.173.246</b>	<b>66.280</b>	<b>3.239.526</b>

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.  
 (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.  
 (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre as receitas reconhecidas e ajustes no resultado (PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL).

Os ajustes foram realizados para proporcionar informações mais úteis e confiáveis aos usuários das demonstrações financeiras, relacionadas a:

- Alocação de margem de lucratividade à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, com base na abordagem do custo esperado mais margem;
- Uniformização do parâmetro para definição da taxa implícita utilizada no cálculo do componente financeiro do contrato;
- Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para ativo de contrato, haja vista a inclusão da contraprestação associada a esses ativos à base de remuneração regulatória, sujeitando-os aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- Efeitos tributários correntes e diferidos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos.

Foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes sobre os ajustes realizados.

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Todos os efeitos da reapresentação impactaram somente o segmento de transmissão, apresentados na nota explicativa nº 5.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	31/12/2020			31/12/2019		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga) (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Sim (antiga Efficientia)(2)	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cetroeste (3)	Consolidação	100,00	-	Equivalência patrimonial	51,00	-

- (1) Em 19 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.
- (2) Em 14 de abril de 2020, foi registrada na Junta Comercial a ata da AGE que alterou o estatuto social dessa controlada, mudando a sua denominação de Efficientia S.A para Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.-Cemig Sim.
- (3) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a participação societária detida pela Eletrobrás na Centroeste, passando a ser titular de todo o seu capital social. Para mais informações, consultar as notas explicativas nºs 1 e 16.

#### a) Controladas, controladas em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a direção de suas atividades pertinentes, além de direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**b) Consórcio**

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*operações em conjunto*”, de acordo com os requerimentos do CPC19/IFRS 11.

**c) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

		Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
<b>GERAÇÃO DE ENERGIA</b>				
<b>Usinas Hidrelétricas</b>				
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025	
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025	
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026	
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024	
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032	
Machado Mineiro (1)			07/2025	
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030	
Salto Paraopeba (1)			10/2030	
Salto do Passo Velho (1)			10/2030	
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032	
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035	
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033	
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024	
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025	
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025	
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046	
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046	
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046	
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046	
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046	
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046	
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046	
<b>Usinas Termelétricas</b>				
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024	
<b>Usinas Eólicas</b>				
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032	
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031	
<b>TRANSMISSÃO DE ENERGIA</b>				
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043	
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030	
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035	
<b>DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (7)</b>				
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045	
<b>DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (7)</b>				
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053	

- (1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não控rola a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- (2) Em 17 de julho de 2020, a Cemig GT protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, qualquer decisão efetiva somente ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel das condições para a prorrogação, que deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- (3) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- (4) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (6) Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Cemig GT pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Cemig GT.
- (7) Referem-se a contratos de concessão que estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47.

## Concessões de Geração

No negócio Geração, a Companhia aufera receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

## Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-parte da potência da usina.

## Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2020	Valor presente em 2020	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	38.114	18.478	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	9.319	4.984	01/2004 a 12/2032	IGPM

Os contratos das PCHs Luiz Dias, Salto Morais e Xicão, com potência instalada de 1.620 kW, 2.394 kW e 1.808 kW, respectivamente, foram extintos pela Aneel a pedido da Cemig GT, por meio de resoluções autorizativas de 13 de outubro de 2020, sem reversão de bens, para posterior obtenção de registro de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, nos termos da legislação e regulamentação. A Cemig GT continua operando essas Usinas, cujo registro será realizado em conformidade à regulamentação. A concessão da Usina de Salto Morais foi encerrada em julho de 2020, de acordo com o contrato firmado com o Órgão Regulador, mas continuou sendo operada pela Cemig GT, considerando que sua potência é inferior a 5MW e não é necessária a outorga de concessão ou autorização neste caso.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, incluindo as usinas mencionadas no parágrafo anterior, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2020, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2020	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.198	2.618	2.463
Queimado (Consórcio)	82,50	631	712	732

(\*) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato.

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

### Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

#### Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECi e FECi) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;

- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR<sup>1</sup> (-) juros da dívida<sup>2</sup>  $\geq 0$ ;
- LAJIDA<sup>3</sup>  $\geq 0$  (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR]  $\geq 0$  (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida<sup>4</sup> / [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (80\% \text{ da Selic})$  (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$  (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O indicador de continuidade global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC, apesar de ter sido atendido em 2020, não foi atendido por três vezes nos últimos 5 anos e, dessa forma, a Cemig D terá a sua distribuição de dividendos no ano de 2021 limitada a 25% do lucro líquido de 2020, ajustada pela Reserva Legal constituída.

### **Concessões para Distribuição de Gás**

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela concessionária.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas. A Primeira Revisão Tarifária Periódica, referente ao ciclo 2018-2022, foi concluída em novembro de 2019. Essas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou, com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, o qual representa a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, mediante pagamento do bônus de outorga no valor de R\$852 milhões, corrigido desde a sua data base de 1º de janeiro de 2019 até a data do seu pagamento pela taxa DI (Depósitos Interfinanceiros, extra grupo) e assegura à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

De acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.

## 5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

As informações por segmento referentes aos exercícios 2020 e 2019 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

Descrição	Informações por Segmento em 31 de Dezembro de 2020						
	Geração e Comercialização	Transmissão	Distribuição	Gás	Outras	Eliminações	Total
ATIVOS DO SEGMENTO	16.150.385	5.869.618	26.399.131	2.615.215	3.711.560	(662.829)	54.083.080
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	3.926.613	1.467.445	-	-	21.235	-	5.415.293
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	-	-	1.258.111	-	-	-	1.258.111
ADIÇÕES AO SEGMENTO	238.133	246.226	1.384.334	50.489	13	-	1.919.195
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>							
RECEITA LÍQUIDA	6.536.917	743.125	16.511.662	1.664.468	104.003	(332.550)	25.227.625
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>							
Energia elétrica comprada para revenda	(4.026.190)	-	(8.160.921)	-	-	75.622	(12.111.489)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(199.246)	(224)	(1.799.091)	-	-	250.750	(1.747.811)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.083.089)	-	-	(1.083.089)
<b>Total</b>	<b>(4.225.436)</b>	<b>(224)</b>	<b>(9.960.012)</b>	<b>(1.083.089)</b>	<b>-</b>	<b>326.372</b>	<b>(14.942.389)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Pessoal	(192.109)	(114.238)	(885.930)	(59.429)	(24.370)	-	(1.276.076)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(23.453)	(12.343)	(92.295)	-	(13.756)	-	(141.847)
Obrigações pós-emprego	(52.964)	(40.918)	(296.844)	-	(47.519)	-	(438.245)
Materiais	(12.920)	(3.872)	(60.841)	(1.239)	(225)	20	(79.077)
Serviços de terceiros	(113.416)	(45.939)	(1.055.390)	(25.061)	(31.140)	6.158	(1.264.788)
Depreciação e amortização	(206.839)	(4.670)	(668.414)	(106.110)	(3.020)	-	(989.053)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(121.809)	(10.372)	(272.276)	(1.280)	(17.549)	-	(423.286)
Custos de construção de infraestrutura	-	(146.652)	(1.384.334)	(50.489)	-	-	(1.581.475)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(68.077)	11.915	(212.427)	(11.720)	(15.326)	-	(295.635)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(791.587)</b>	<b>(367.089)</b>	<b>(4.928.751)</b>	<b>(255.328)</b>	<b>(152.905)</b>	<b>6.178</b>	<b>(6.489.482)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(5.017.023)</b>	<b>(367.313)</b>	<b>(14.888.763)</b>	<b>(1.338.417)</b>	<b>(152.905)</b>	<b>332.550</b>	<b>(21.431.871)</b>
Valor justo de combinações de negócios	-	51.736	-	-	-	-	51.736
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	502.108	-	-	-	-	502.108
Resultado de equivalência patrimonial	(129.452)	494.025	-	-	(7.875)	-	356.698
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>1.390.442</b>	<b>1.423.681</b>	<b>1.622.899</b>	<b>326.051</b>	<b>(56.777)</b>	<b>-</b>	<b>4.706.296</b>
Receitas financeiras	1.711.242	174.927	513.685	43.857	1.694	-	2.445.405
Despesas financeiras	(2.509.027)	(274.326)	(504.717)	(58.181)	(4.613)	-	(3.350.864)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>592.657</b>	<b>1.324.282</b>	<b>1.631.867</b>	<b>311.727</b>	<b>(59.696)</b>	<b>-</b>	<b>3.800.837</b>
Imposto de renda e contribuição social	(206.093)	(209.061)	(430.313)	(85.426)	(4.823)	-	(935.716)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>386.564</b>	<b>1.115.221</b>	<b>1.201.554</b>	<b>226.301</b>	<b>(64.519)</b>	<b>-</b>	<b>2.865.121</b>
Participação dos acionistas controladores	386.564	1.115.221	1.201.554	225.290	(64.519)	-	2.864.110
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	1.011	-	-	1.011
	<b>386.564</b>	<b>1.115.221</b>	<b>1.201.554</b>	<b>226.301</b>	<b>(64.519)</b>	<b>-</b>	<b>2.865.121</b>

Descrição	Informações por segmento em 31 de dezembro de 2019						Total (reapresentado)
	Geração e comercialização	Transmissão (reapresentado)	Distribuição	Gás	Outras	Eliminações	
ATIVOS DO SEGMENTO	14.748.832	4.711.530	25.616.174	2.688.670	3.887.602	(1.127.084)	50.525.724
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.133.104	1.237.177	-	-	29.110	-	5.399.391
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	-	-	1.258.111	-	-	-	1.258.111
ADIÇÕES AO SEGMENTO	101.616	220.390	936.332	934.143	9.155	-	2.201.636
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	6.882.174	810.598	15.918.741	1.858.211	323.934	(306.685)	25.486.973
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	-	(7.516.878)	-	(6)	71.972	(11.286.174)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	-	(1.458.939)	-	-	222.562	(1.426.278)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.435.728)	-	-	(1.435.728)
Total	(4.031.163)	-	(8.975.817)	(1.435.728)	(6)	294.534	(14.148.180)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(207.422)	(114.837)	(869.289)	(45.913)	(34.057)	-	(1.271.518)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(35.818)	(26.908)	(182.856)	-	(17.426)	-	(263.008)
Obrigações pós-emprego	(49.627)	(38.138)	(276.663)	-	(44.036)	-	(408.464)
Materiais	(16.927)	(6.059)	(62.632)	(2.092)	(3.455)	27	(91.138)
Serviços de terceiros	(125.390)	(44.922)	(1.015.880)	(19.788)	(39.667)	7.097	(1.238.550)
Depreciação e amortização	(209.967)	(5.563)	(652.208)	(85.920)	(4.576)	-	(958.234)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(975.363)	(134.843)	(1.100.647)	(1.793)	(188.460)	-	(2.401.106)
Custos de construção de infraestrutura	-	(220.390)	(936.332)	(42.976)	-	-	(1.199.698)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(174.888)	(16.358)	(298.633)	(10.128)	(377)	5.027	(495.357)
Total do custo de operação	(1.795.402)	(608.018)	(5.395.140)	(208.610)	(332.054)	12.151	(8.327.073)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.826.565)	(608.018)	(14.370.957)	(1.644.338)	(332.060)	306.685	(22.475.253)
Resultado de equivalência patrimonial	(88.279)	214.564	-	-	(934)	-	125.351
Dividendos declarados por investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	-	-	72.738	-	-	-	72.738
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	967.330	417.144	1.620.522	213.873	(9.060)	-	3.209.809
Receitas financeiras	1.282.018	97.905	1.534.795	21.103	271.029	-	3.206.850
Despesas financeiras	(1.034.529)	(114.784)	(632.406)	(45.865)	(18.989)	-	(1.846.573)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.214.819	400.265	2.522.911	189.111	242.980	-	4.570.086
Imposto de renda e contribuição social	(550.798)	(70.187)	(805.807)	(47.507)	(125.501)	-	(1.599.800)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade	664.021	330.078	1.717.104	141.604	117.479	-	2.970.286
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas	-	-	224.067	-	-	-	224.067
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	664.021	330.078	1.941.171	141.604	117.479	-	3.194.353
Participação dos acionistas controladores	664.021	330.078	1.941.171	140.929	117.479	-	3.193.678
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	675	-	-	675
	<b>664.021</b>	<b>330.078</b>	<b>1.941.171</b>	<b>141.604</b>	<b>117.479</b>	<b>-</b>	<b>3.194.353</b>

Conforme mencionado na nota explicativa 2.8, os efeitos da reapresentação dos saldos correspondente em 31 de dezembro de 2019 e do exercício findo naquela data se referem integralmente ao segmento de transmissão.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme segue:

2020	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.337.485	-	19.173.606	-	-	(79.010)	26.432.081
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	3.045.719	-	-	(24.105)	3.021.614
CVA e outros componentes financeiros	-	-	454.741	-	-	-	454.741
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	-	-	266.320	-	-	-	266.320
Receita de operação e manutenção da transmissão	-	505.896	-	-	-	(226.633)	279.263
Receita de construção da transmissão	-	201.451	-	-	-	-	201.451
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	-	438.393	-	-	-	-	438.393
Receita de construção de distribuição	-	-	1.384.334	50.489	-	-	1.434.823
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	15.464	-	-	-	15.464
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	347.057	-	-	-	-	-	347.057
Transações com energia na CCEE	153.762	-	-	-	-	-	153.762
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes	-	-	234.347	-	-	-	234.347
Fornecimento de gás	-	-	-	2.011.104	-	(20)	2.011.084
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(50.532)	-	-	-	(50.532)
Outras receitas operacionais	4.412	33.609	1.561.644	567	112.036	(2.782)	1.709.486
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.305.799)	(436.224)	(9.573.981)	(397.692)	(8.033)	-	(11.721.729)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.536.917</b>	<b>743.125</b>	<b>16.511.662</b>	<b>1.664.468</b>	<b>104.003</b>	<b>(332.550)</b>	<b>25.227.625</b>

2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL (reapresentado)
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO (reapresentado)	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.037.448	-	19.966.951	-	-	(76.840)	26.927.559
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	-	-	2.746.532	-	-	(24.088)	2.722.444
CVA e outros componentes financeiros	-	-	57.988	-	-	-	57.988
Receita de operação e manutenção da transmissão	-	550.289	-	-	-	(198.452)	351.837
Receita de construção da transmissão	-	311.759	-	-	-	-	311.759
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	-	327.995	-	-	-	-	327.995
Receita de construção de distribuição	-	-	936.332	42.976	-	-	979.308
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	17.839	-	-	-	17.839
Receita de atualização financeira de bonificação pela outorga	318.266	-	-	-	-	-	318.266
Transações com energia na CCEE	438.555	-	(6.561)	-	-	-	431.994
Fornecimento de gás	-	-	-	2.298.141	-	(27)	2.298.114
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(57.897)	-	-	-	(57.897)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins	413.616	-	830.343	-	183.827	-	1.427.786
Outras receitas operacionais	81.995	27.786	1.468.224	60	152.272	(7.278)	1.723.059
Impostos e encargos incidentes sobre a receita	(1.407.706)	(407.231)	(10.041.010)	(482.966)	(12.165)	-	(12.351.078)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>6.882.174</b>	<b>810.598</b>	<b>15.918.741</b>	<b>1.858.211</b>	<b>323.934</b>	<b>(306.685)</b>	<b>25.486.973</b>

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Contas bancárias	93.060	209.405	4.577	4.437
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.415.964	289.924	412.136	50.854
Overnight (2)	171.373	36.428	5.934	9.065
	1.587.337	326.352	418.070	59.919
	<b>1.680.397</b>	<b>535.757</b>	<b>422.647</b>	<b>64.356</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 50% a 108% em 31 de dezembro de 2020 (80% a 106% em 31 de dezembro de 2019) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% em 31 de dezembro de 2020 (4,39% em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	545.366	-	18.884	-
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	2.073.551	645.119	71.799	160.531
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	730.806	94.184	25.305	23.437
Debêntures (4)	-	103	-	780
Outros	10.547	933	873	463
	<b>3.360.270</b>	<b>740.339</b>	<b>116.861</b>	<b>185.211</b>
<b>Não circulante</b>				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	729.767	11.481	25.269	-
Debêntures (4)	24.789	1.825	858	454
Outros	10.237	36	-	-
	<b>764.793</b>	<b>13.342</b>	<b>26.127</b>	<b>454</b>
	<b>4.125.063</b>	<b>753.681</b>	<b>142.988</b>	<b>185.665</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 106,00% a 110,00% em 31 de dezembro de 2020 conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,95% a 113% em 31 de dezembro 2019).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 109% do CDI em 31 de dezembro 2020 (108,25% a 113% em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 30 e 31 destas demonstrações financeiras.

## 8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	2020	2019
Fornecimento de energia faturado	1.517.975	636.727	386.755	583.098	3.124.555	3.130.206
Fornecimento de energia não faturado	1.144.906	-	-	-	1.144.906	1.203.823
Suprimento a outras concessionárias	18.434	26.086	734	4.832	50.086	47.296
Suprimento a outras concessionárias não faturado	260.521	-	-	-	260.521	203.386
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	20.794	189.477	-	-	210.271	385.558
Concessionários – transporte de energia faturado	44.770	13.581	17.616	85.373	161.340	186.910
Concessionários – transporte de energia não faturado	294.734	-	-	-	294.734	253.151
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(278.228)	(12.140)	(15.101)	(406.900)	(712.369)	(809.725)
	<b>3.023.906</b>	<b>853.731</b>	<b>390.004</b>	<b>266.403</b>	<b>4.534.044</b>	<b>4.600.605</b>
<b>Ativo Circulante</b>					<b>4.373.075</b>	<b>4.523.540</b>
<b>Ativo não Circulante</b>					<b>160.969</b>	<b>77.065</b>

	CONTROLADORA					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	2020	2019
Fornecimento faturado	-	-	-	22.284	22.284	22.478
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(22.284)	(22.284)	(22.284)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194</b>
<b>Ativo Circulante</b>						<b>194</b>

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	2020	2019
Residencial	110.149	131.011
Industrial	187.927	197.229
Comércio, serviços e outras	189.769	161.141
Rural	30.355	31.919
Poder público	82.715	200.530
Iluminação pública	2.434	2.045
Serviço público	34.803	31.063
Encargos de uso de rede – TUSD	<b>74.217</b>	<b>54.787</b>
	<b>712.369</b>	<b>809.725</b>

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, estimadas em R\$240 milhões, que ainda estão em processo de análise pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. As compensações serão iniciadas após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida. Em razão do andamento dessa negociação, a Cemig D reverteu, no exercício, perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa referentes à dívidas do Estado de Minas Gerais no montante de R\$210 milhões.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

Consolidado	2020	2019
<b>Saldos iniciais</b>	<b>809.725</b>	<b>751.168</b>
Constituições líquidas (nota 28 d)	146.705	237.733
Baixas	(244.061)	(179.176)
<b>Saldos finais</b>	<b>712.369</b>	<b>809.725</b>

## 9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar	97.272	65.139	-	-
PIS/Pasep (a) (b)	310.927	2.937	219	24
Cofins (a) (b)	1.425.796	7.359	1.018	120
Outros	16.062	23.369	104	104
	<b>1.850.057</b>	<b>98.804</b>	<b>1.341</b>	<b>248</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar (b)	257.160	276.851	-	-
PIS/Pasep (a)	588.257	1.102.460	108.878	106.946
Cofins (a)	2.594.428	4.967.814	386.713	382.745
Outros	2.226	2.227	1.795	1.796
	<b>3.442.071</b>	<b>6.349.352</b>	<b>497.386</b>	<b>491.487</b>
	<b>5.292.128</b>	<b>6.448.156</b>	<b>498.727</b>	<b>491.735</b>

### a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, a compensação foi priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Cemig D e GT em 2019 e as controladas iniciaram a compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.724.766 no ativo circulante e R\$3.180.014 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos pela Cemig D deve ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras. A Cemig D aguarda a conclusão da Aneel quanto aos critérios e mecanismos de resarcimentos desses valores aos consumidores.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$1.965.116. Deste montante, R\$1.427.786 foram reconhecidos em receitas operacionais, R\$1.549.663, como receitas financeiras (líquidas de PIS/Pasep e Cofins), além de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$1.012.333.

Esses créditos tributários e a parcela a ser devolvida aos consumidores são atualizados pela Selic até a sua compensação/restituição, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 31 de dezembro de 2020, de R\$41.694 e R\$5.380, respectivamente, conforme nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

Até 31 de dezembro de 2020, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.274.636.

#### **b) Demais tributos compensáveis**

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

### **10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

#### **a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda	697.923	607.719	245.996	191.838
Contribuição social	246.210	241.496	33.860	33.008
	<b>944.133</b>	<b>849.215</b>	<b>279.856</b>	<b>224.846</b>
Circulante	597.610	621.302	-	-
Não circulante	346.523	227.913	279.856	224.846

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

### b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	108.262	98.712
Contribuição social	31.796	35.156
	<b>140.058</b>	<b>133.868</b>

### c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>				
Prejuízo fiscal/base negativa	400.758	116.266	114.666	116.266
Provisões para contingências	537.661	544.015	66.362	67.454
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	639.739	660.204	382.904	382.904
Provisão PUT SAAG	182.293	164.166	-	-
Obrigações pós-emprego	2.167.566	2.089.695	243.280	233.090
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	256.130	283.023	7.578	8.532
Outros	138.599	170.247	4.055	3.655
<b>Total</b>	<b>4.322.746</b>	<b>4.027.616</b>	<b>818.845</b>	<b>811.901</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>				
Custo de captação	(11.179)	(15.985)	-	-
Custo atribuído na adoção das IFRS	(224.610)	(231.833)	-	-
Valor justo de participações societárias	(486.335)	(502.503)	(126.934)	(130.282)
Encargos financeiros capitalizados	(168.909)	(166.478)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(242.424)	(246.669)	-	-
Atualização ativo de contrato	(768.126)	(623.828)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(1.002.636)	(574.921)	-	-
Outros	(5.670)	(5.694)	(1.016)	(888)
<b>Total</b>	<b>(2.909.889)</b>	<b>(2.367.911)</b>	<b>(127.950)</b>	<b>(131.170)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.412.857</b>	<b>1.659.705</b>	<b>690.895</b>	<b>680.731</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.452.860</b>	<b>2.429.789</b>	<b>690.895</b>	<b>680.731</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>(1.040.003)</b>	<b>(770.084)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (reapresentado)	2020	2019
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>1.659.705</b>	<b>1.343.562</b>	<b>680.731</b>	<b>809.270</b>
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	3.525	543.676	(1.687)	59.919
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	(252.035)	(145.459)	11.848	(103.381)
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações descontinuadas (nota 32)	-	(85.077)	-	(85.077)
Outros	1.662	3.003	3	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.412.857</b>	<b>1.659.705</b>	<b>690.895</b>	<b>680.731</b>

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2020, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2021	681.157	123.043
2022	707.759	122.173
2023	623.832	121.328
2024	562.965	120.530
2025	563.091	120.656
2026 a 2028	743.110	159.412
2029 a 2030	440.832	51.703
	<b>4.322.746</b>	<b>818.845</b>

#### d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na demonstração de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (reapresentado)	2020	2019
<b>Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.800.837</b>	<b>4.570.086</b>	<b>2.855.915</b>	<b>3.012.419</b>
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.292.285)	(1.553.829)	(971.011)	(1.024.222)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	92.898	8.445	807.067	749.714
Contribuições e doações indedutíveis	(9.534)	(12.675)	-	-
Incentivo fiscal	38.636	65.605	55	91
Diferença entre lucro presumido e lucro real	96.503	88.505	-	-
Multas indedutíveis	(25.189)	(135.492)	(749)	(8.585)
PECLD com partes relacionadas	(12.703)	(233.931)	(12.703)	
Juros sobre o capital próprio	188.186	136.000	188.186	136.000
Outros	(12.228)	37.572	(2.650)	37.914
<b>Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva</b>	<b>(935.716)</b>	<b>(1.599.800)</b>	<b>8.195</b>	<b>(109.088)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(683.681)</b>	<b>(1.454.341)</b>	<b>(3.653)</b>	<b>(5.707)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>(252.035)</b>	<b>(145.459)</b>	<b>11.848</b>	<b>(103.381)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24.62%</b>	<b>35,03%</b>	<b>0,29%</b>	<b>3,62%</b>

## 11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção de R\$130.244 em 2020 (R\$147.798 em 2019), correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais, reduzindo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2020 é de R\$11.614 (R\$115.202 em 31 de dezembro de 2019) reconhecidos no ativo não circulante, em função dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018.

Considerando a existência das garantias mencionadas acima, as quais a Administração da Companhia pretende continuar executando no caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos, não são esperadas perdas na realização desses recebíveis.

## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhista	277.980	354.859	29.859	41.597
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda sobre JCP	29.045	28.612	290	281
PIS/Pasep e Cofins (1)	66.452	1.447.839	-	-
ITCD	54.497	53.045	53.547	52.606
IPTU	84.248	79.055	60.872	58.705
FINSOCIAL	40.349	39.718	40.349	39.718
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	285.836	282.071	13.727	13.546
IRRF sobre lucro inflacionário	8.652	8.574	8.652	8.574
CSLL (3)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo fixo	-	38.740	-	-
Outros (4)	97.508	93.144	67.050	65.887
	<b>684.649</b>	<b>2.088.860</b>	<b>244.487</b>	<b>239.317</b>
<b>Outros</b>				
Regulatório	51.605	43.180	19.690	19.760
Responsabilidade civil	9.105	10.515	3.469	3.703
Relações de consumo	7.595	6.874	1.214	1.466
Bloqueio judicial	12.881	12.180	2.583	2.868
Outros	11.982	23.771	3.374	1.354
	<b>93.168</b>	<b>96.520</b>	<b>30.330</b>	<b>29.151</b>
	<b>1.055.797</b>	<b>2.540.239</b>	<b>304.676</b>	<b>310.065</b>

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

### Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento dos depósitos judiciais referentes à ações que questionavam a incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, movidas pela Cemig D e Cemig GT, no montante atualizado total de R\$1.382.571, sendo R\$1.186.402 e R\$196.169, respectivamente. No terceiro trimestre de 2020, foi levantado o depósito judicial realizado pela controlada Sá Carvalho, no montante de R\$5.856. O levantamento do depósito judicial das demais controladas será requerido no âmbito dos processos que discutem a matéria, à medida do trânsito em julgado das ações por elas movidas.

## 13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 31 de dezembro de 2020, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$1.056.810 (R\$1.096.826 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$88.349, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$82.616 (R\$93.673 em dezembro de 2019) pela Cemig D e R\$5.733 (R\$3.103 em dezembro de 2019) pela Cemig GT.

## 14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura			
Concessões de distribuição de energia (14.1)		530.058	459.711
Concessão de distribuição de gás (14.1)		29.183	23.663
Indenizações a receber – geração (14.2)		816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (14.3)		2.549.198	2.468.216
		<b>3.924.641</b>	<b>3.767.792</b>
Ativos financeiros setoriais			
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.4)		132.681	881.614
<b>Total</b>		<b>4.057.322</b>	<b>4.649.406</b>
<b>Ativo circulante</b>		<b>258.588</b>	<b>890.726</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>3.798.734</b>	<b>3.758.680</b>

Consolidado		31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros da concessão			
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.5)		231.322	-
<b>Total</b>		<b>231.322</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>231.322</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição de energia	Gás	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2019 – reapresentado	-	3.225.132	395.743	-	3.620.875
Transferências do ativo de contrato	-	-	48.168	-	48.168
Transferências do ativo intangível	-	-	(1.142)	23.663	22.521
Atualização financeira	-	318.266	17.839	-	336.105
Baixas	-	-	(897)	-	(897)
Recebimentos	-	(258.980)	-	-	(258.980)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado</b>	<b>-</b>	<b>3.284.418</b>	<b>459.711</b>	<b>23.663</b>	<b>3.767.792</b>
Adições	-	-	-	53	53
Transferências do ativo de contrato	-	-	60.333	-	60.333
Transferências para o ativo intangível	-	-	(5.325)	21	(5.304)
Atualização financeira	-	347.057	15.465	5.446	367.968
Baixas	-	-	(126)	-	(126)
Recebimentos	-	(266.075)	-	-	(266.075)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>3.365.400</b>	<b>530.058</b>	<b>29.183</b>	<b>3.924.641</b>

### 14.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

## 14.2 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
<b>Lote D</b>				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joásal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
<b>Outras</b>				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		<b>3.601,70</b>	<b>203.545</b>	<b>816.202</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo, a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

### 14.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	187.746	(142.961)	1.447.210
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	59.183	(45.085)	454.256
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	24.829	(19.168)	170.460
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	18.499	(14.270)	127.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	25.794	(20.078)	167.206
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	19.295	(15.245)	113.807
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	11.711	(9.268)	68.445
<b>Total</b>		<b>2.468.216</b>	<b>347.057</b>	<b>(266.075)</b>	<b>2.549.198</b>

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	171.675	(139.150)	1.402.425
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	54.131	(43.883)	440.158
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	22.855	(18.657)	164.799
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	17.022	(13.889)	123.585
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	23.815	(19.542)	161.490
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	17.899	(14.839)	109.757
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	10.869	(9.020)	66.002
<b>Total</b>		<b>2.408.930</b>	<b>318.266</b>	<b>(258.980)</b>	<b>2.468.216</b>

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

### Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

#### 14.4 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou resarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são remuneradas pela taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2020			2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Ativo</b>	<b>83.984</b>	<b>1.561.906</b>	<b>1.645.890</b>	<b>1.286.413</b>	<b>2.144.280</b>	<b>3.430.693</b>
Ativo circulante	83.984	834.093	918.077	1.286.413	1.269.049	2.555.462
Ativo não circulante	-	727.813	727.813	-	875.231	875.231
<b>Passivo</b>	<b>(246.242)</b>	<b>(1.498.289)</b>	<b>(1.744.531)</b>	<b>(882.425)</b>	<b>(1.666.654)</b>	<b>(2.549.079)</b>
Passivo circulante	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)
Passivo não circulante	-	(595.132)	(595.132)	-	(633.778)	(633.778)
<b>Total circulante líquido</b>	<b>(162.258)</b>	<b>(69.064)</b>	<b>(231.322)</b>	<b>403.988</b>	<b>236.173</b>	<b>640.161</b>
<b>Total não circulante líquido</b>	<b>-</b>	<b>132.681</b>	<b>132.681</b>	<b>-</b>	<b>241.453</b>	<b>241.453</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(162.258)</b>	<b>63.617</b>	<b>(98.641)</b>	<b>403.988</b>	<b>477.626</b>	<b>881.614</b>

Componentes Financeiros	2020			2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
<b>Itens da “Parcela A”</b>						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	879	-	879	118.775	29.398	148.173
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	847	217.778	218.625	(18.157)	113.801	95.644
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	103	17.618	17.721	8.691	16.069	24.760
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(138)	5.857	5.719	10.542	(5.859)	4.683
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(1.465)	38.549	37.084	(161.253)	(135.703)	(296.956)
Energia elétrica comprada para revenda	4.078	448.720	452.798	661.108	631.920	1.293.028
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia (1)	(55.828)	165.793	109.965	(83.718)	215.508	131.790
Neutralidade da parcela A	(2.706)	109.965	107.259	(29.697)	(11.915)	(41.612)
Outros itens financeiros	(86.248)	(898.843)	(985.091)	(70.219)	(206.481)	(276.700)
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	(102.976)	(102.976)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(21.780)	(41.820)	(63.600)	(32.084)	(66.136)	(98.220)
<b>TOTAL</b>	<b>(162.258)</b>	<b>63.617</b>	<b>(98.641)</b>	<b>403.988</b>	<b>477.626</b>	<b>881.614</b>

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$222.833 em 31 de dezembro de 2020, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se pendente de análise por parte da Aneel até a data da emissão dessas demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	1.080.693
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	723.680
Realização	(665.692)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(362.469)
Atualização Selic (nota 30)	105.402
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>881.614</b>
Constituição líquida de ativos financeiros	611.212
Realização	(156.471)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(62.771)
Recebimento de recursos da Conta-Covid (1)	(1.404.174)
Atualização Selic (nota 29)	31.949
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(98.641)</b>

(1) O valor recebido via Conta-Covid será revertido em componente financeiro negativo nos processos tarifários de 2021 ou 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

#### Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2020, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$62.771 (R\$362.469 em 2019) e foram reconhecidos como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

#### Reajuste tarifário da Cemig D

Em 25 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, que teria vigência de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 4,27%. Este resultado representava a variação de custos da parcela B, de 0,84%, e os repasses diretos dentro da tarifa, de 3,43%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (i) aumento de 5,30% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 6,71% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 5,47%, e (iii) retirada de 8,58% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

Apesar da vigência desse ajuste compreender o período de 28 de maio de 2020 a 27 de maio de 2021, a sua aplicação foi suspensa até 30 de junho de 2020, sendo mantidas, durante o período da referida suspensão, as tarifas anteriores. Adicionalmente, foi reconhecido o direito da Cemig D ao valor total de R\$51.201, mensurado com base no mercado realizado, referente a não arrecadação da receita tarifária adicional no período. Considerando que foi recebido o montante de R\$63.147 de recursos da Conta-Covid em 31 de julho de 2020, que compôs o limite total estabelecido para a Cemig D de captação de recursos da Conta-Covid, conforme Resolução Normativa nº 885/2020, a Companhia reconheceu a obrigação líquida no valor de R\$11.924, atualizado pela Selic até 31 de dezembro de 2020. Para mais informações sobre a Conta-Covid, consultar nota explicativa nº 1. (e).

Contudo, foram interpostos recursos administrativos perante a Aneel contestando a homologação do reajuste tarifário anual de 4,27% da Cemig D e requerida a sua anulação, com a consequente devolução dos valores correspondentes aos depósitos judiciais levantados pela Cemig D, por força da decisão judicial transitada em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, mediante a criação de componente financeiro negativo no cálculo do reajuste tarifário anual da Cemig D.

Foi concedido pela Agência o direito de manifestação à Cemig D que, com base nas avaliações internas e de seus assessores legais e considerando o cenário de absoluta excepcionalidade causado pela pandemia da Covid-19, houve por bem submeter à Aneel, em 5 de agosto de 2020, proposta de antecipação da devolução para os consumidores da área de concessão da Cemig D da quantia de R\$714.339, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

Em 18 de agosto de 2020, a Diretoria da Aneel decidiu acatar parcialmente o recurso interposto, e, por meio da Resolução Homologatória 2.757/2020, reduziu a zero o efeito médio do reajuste tarifário de 2020 da Cemig D, a partir da incorporação do componente financeiro negativo de R\$714.339.

A decisão da Cemig D representa uma antecipação dos efeitos e tratamentos regulatórios das decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, que serão regulados de maneira isonômica para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica por meio de normativo da Aneel, sendo que foi aberta consulta pública pela Agência no período de 11 de fevereiro a 29 de março de 2021, sem prejuízo da discussão de mérito, que será realizada no bojo de tal procedimento e preservado o direito de ampla discussão do assunto naquele foro. A parcela dos créditos que a Cemig D se propõe restituir a seus consumidores já se encontra registrada como um passivo, conforme nota explicativa nº 21, do qual já foram efetivamente repassados R\$266.320 aos consumidores até 31 de dezembro de 2020.

## 15. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	1.141.599	740.044
Gás – ativos de infraestrutura em construção	94.115	67.951
Transmissão – Rede Básica – Lei 12.783/13	1.895.854	1.927.817
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.848.504	1.147.741
	<b>4.980.072</b>	<b>3.883.553</b>
<b>Circulante</b>	<b>737.110</b>	<b>576.184</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.242.962</b>	<b>3.307.369</b>

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019 – reapresentado</b>	<b>2.908.664</b>	<b>518.162</b>	<b>81.475</b>	<b>3.508.301</b>
Adições	311.759	902.421	42.976	1.257.156
Atualização financeira	327.995	-	-	327.995
Recebimentos	(472.860)	-	-	(472.860)
Baixa	-	-	(1.138)	(1.138)
Transferências para o ativo financeiro	-	(48.168)	-	(48.168)
Transferências para o ativo intangível	-	(629.706)	(55.362)	(685.068)
Perda por redução ao valor recuperável	-	(2.665)	-	(2.665)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado</b>	<b>3.075.558</b>	<b>740.044</b>	<b>67.951</b>	<b>3.883.553</b>
Adições	201.451	1.346.410	50.489	1.598.350
Atualização financeira	438.393	-	-	438.393
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	551.852	-	-	551.852
Recebimentos	(623.480)	-	-	(623.480)
Baixa	(7.348)	-	(1.503)	(8.851)
Transferências para o ativo financeiro	-	(60.333)	-	(60.333)
Transferências para o ativo intangível	-	(882.951)	(22.822)	(905.773)
Ativo de contrato proveniente de combinação de negócios	107.932	-	-	107.932
Perda por redução ao valor recuperável (1)	-	(1.571)	-	(1.571)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.744.358</b>	<b>1.141.599</b>	<b>94.115</b>	<b>4.980.072</b>

(1) Refere a constituição de provisões para perdas no montante de R\$ 10.623 registradas em ativos em curso (obras canceladas), liquida de reversão de provisões registradas em exercícios anteriores no montante de R\$ 9.052

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está contemplado o valor de R\$34.442 a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 29 destas demonstrações financeiras.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato, que possuem vida útil definida.

### *Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás*

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

### *Atividade de Transmissão*

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97 e nº 079/00, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019 (reapresentado)
<b>Circulante</b>		
Contrato de Concessão – 004/05	18.680	-
Contrato de Concessão - 079/00	28.600	21.021
Contrato de Concessão - 006/97	-	-
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	533.430	433.936
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	156.400	121.227
	<b>737.110</b>	<b>576.184</b>
<b>Não circulante</b>		
Contrato de Concessão – 004/05	90.977	-
Contrato de Concessão - 079/00	132.589	94.754
Contrato de Concessão - 006/97	-	-
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.362.424	1.493.882
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.421.259	910.738
	<b>3.007.249</b>	<b>2.499.374</b>
	<b>3.744.359</b>	<b>3.075.558</b>

#### a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

A definição dos critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização, se deu por meio da Resolução Normativa Aneel nº 589, de 10 de dezembro de 2013.

A forma e o prazo de pagamento da indenização foram estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria MME nº 120, de 20 de abril de 2016, que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despacho, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória a partir do processo tarifário de 2017.

A Resolução Normativa Aneel nº 762/2017 definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida, em função da Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

Com a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, em 1º de janeiro de 2018, devido às características do contrato de concessão, a Companhia classificou como ativo de contrato a contraprestação a ser recebida pela construção da infraestrutura de transmissão de energia correspondente ao saldo remanescente da RBSE, reincorporado à base de remuneração (parcela econômica) e aos ativos remunerados por tarifa, uma vez que a obrigação de performance de construção e melhoria está condicionada à satisfação da obrigação de performance de operação e manutenção.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2.8, a Companhia reclassificou para o ativo de contrato os valores registrados como ativo financeiro por ocasião da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, referentes à parcela financeira da RBSE, que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões de transmissão até a sua incorporação à tarifa, a ser recebida no prazo de 8 anos, representando exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. Os valores reclassificados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2019 correspondem a R\$ 1.280.652 e R\$ 1.296.314, respectivamente.

A classificação da totalidade dos ativos da RBSE como ativo de contrato está fundamentada na sua inclusão na Base de Remuneração Regulatória – BRR das concessionárias de transmissão. Embora este novo regramento relativo aos ativos RBSE definisse que os valores a serem recebidos estavam subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se inclusive a mecanismos de controle de eficiência, o regramento específico da Revisão Tarifária das transmissoras não era claro quanto ao tratamento que seria dispensado ao componente financeiro, em especial, ao reflexo das baixas neste componente. Na RTP ocorrida em 2020 é que se confirmou o impacto das baixas do período neste componente. Nesse novo contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

### *Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados à suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente à remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018.

A Aneel, neste momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que requer a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016.

O Parecer concluiu que a remuneração ou juros pelo capital não recebido no período de janeiro de 2013 a junho de 2017 – remuneração do custo de capital – deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio tratada nos arts. 1º, §3º, da Portaria MME 120/2016 e 4º, §3º, da REN 762/2017, até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

A Companhia entende que o tratamento dispensado a esse componente, que inclui a atualização pelo IPCA somado ao custo médio ponderado de capital regulatório do período de junho de 2017 a junho de 2020, reflete adequadamente as regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, aguarda o posicionamento final da Aneel e não espera quaisquer perdas relativas a esta parcela.

## b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O contrato não prevê a revisão da receita ofertada, somente as receitas estabelecidas provisoriamente advindas das autorizações de reforços e melhorias serão revisadas, assim a Resolução Homologatória nº 2.825, de 15 de dezembro de 2020, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica licitados que tinham previsão de Revisão Tarifária para Julho 2019. Maiores informações no decorrer desta nota explicativa.

A revisão determinou o reposicionamento com efeito retroativo à data de sua entrada em operação comercial, desta forma, a receita teve um reposicionamento de 57,5%. Adicionalmente foi calculado uma Parcela de Ajuste, no valor aproximado de R\$24 milhões, referente a retroatividade do reposicionamento, desde a data de entrada em operação comercial.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 01 de julho de 2024. O índice de atualização do contrato é o Índice é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

*Premissas consideradas na estimativa da contraprestação esperada pela prestação de serviços de construção relacionadas a reforços e melhorias na infraestrutura.*

- a) A margem é alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, considerando o custo incorrido mais margem;
- b) As RAPs futuras são calculadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando o custo do capital mais a remuneração prevista pela regulamentação;
- c) A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente das RAPs futuras representa a taxa implícita relacionada ao componente financeiro do contrato, correspondendo a melhor estimativa do valor à vista que seria recebido pela construção da infraestrutura;
- d) As contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins são incluídas no cálculo das receitas dos contratos, sendo reconhecido o diferimento destes tributos;
- e) A margem de construção estimada para os projetos em serviço e em curso são obtidas a partir da taxa de rentabilidade esperada pela Administração para a atividade de transmissão no período de início dos investimentos, sendo esta considerada individualmente, por ato regulatório (contrato de concessão ou resolução autorizativa).

### *Revisões tarifárias periódicas da RAP*

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP do contrato 006/1997, por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Neste processo a RAP do ciclo 2018-2019 foi reposicionada em 9,13% frente a RAP provisória deste mesmo período. Embora finalizada apenas em 2020, a revisão teve efeitos retroativos a julho de 2018.

A RTP compreendeu o reposicionamento das receitas da RBSE e RBNI, conforme abaixo:

- RBSE: Incremento de 13,15% nas receitas dessa natureza em função de: i) variação positiva do WACC depois dos impostos de 6,64% para 7,71%; (ii) incorporação dos valores referentes à remuneração do Custo Anual do Ativos (CAA) da RBSE não incorporado à receita do período de janeiro de 2013 a junho 2017 (Ke); (iii) movimentação da base de ativos, considerando as baixas e os ativos totalmente depreciados. Em razão desses efeitos, os componentes econômico e financeiro da PRT 120/2016 da RBSE aumentaram em 7% e 38%, respectivamente, sendo que, para este último, houve a inclusão da remuneração do Ke (custo de capital próprio). A RAP da RBSE é composta ainda pelo O&M que sofreu uma redução de 3%.
- RBNI: Redução de 10% em relação à RAP da autorização, em função de: (i) alteração da base de remuneração devido à diferença do banco de preço da autorização e aquele considerado na revisão; (ii) efeito do perfil decrescente da RAP sobre o recálculo da receita para o novo ciclo. Uma vez que o reposicionamento tem efeito retroativo a julho 2018, foi estabelecida uma Parcela de Ajuste (PA) referente a diferença entre o valor reposicionado e o valor provisório das RAPs vigentes no período de 2018-2020. Esta parcela de ajuste sofrerá atualização monetária pelo IPCA a cada reajuste e vigorará nos ciclos 2020-2023. Apesar da redução da RAP em relação à autorização, a revisão gerou aumento no valor presente do ativo de contrato devido, principalmente, à diferença positiva entre o preço da transação calculado com base no VNR (Valor Novo de Reposição) considerado na revisão e o preço de transação estimado a partir dos custos incorridos.

Em 15 de dezembro de 2020, a Aneel homologou, o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica Licitados. Foram submetidas à revisão periódica as receitas de reforços e melhorias ativas com data de entrada em operação comercial até 31 de janeiro de 2019, com efeito retroativo à data de sua entrada em operação comercial. Os reforços e melhorias sujeitos à revisão tiveram um reposicionamento de 57,5%, somada à parcela de ajuste referente a retroatividade do reposicionamento da RAP desde a data de entrada em operação comercial. Esses valores comporão a RAP de Itajubá a partir do reajuste do ciclo 2021/2022.

Como resultado da RTP do contrato 006/1997, foi reconhecida a receita de R\$528.598 no resultado da Companhia, sendo R\$321.453 para os ativos de RBNI e R\$207.145 para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória. A RTP do contrato 079/2020 resultou no reconhecimento da receita de R\$23.254 no resultado da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As receitas resultantes das revisões tarifárias periódicas representam, principalmente, a variação da taxa de remuneração regulatória para a atividade de transmissão e a remensuração ao Valor Novo de Reposição – VNR da base de remuneração regulatória - BRR. O valor total de receita reconhecida no resultado do exercício em relação à revisão tarifária dos contratos anteriormente mencionados, líquidos de tributos incidentes é de R\$502.108.

## 16. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.921.159	5.429.332
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	53.215	53.728	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	131.391	131.076	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	35.552	30.730	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	195.235	180.043	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	631.227	671.166	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	965.255	1.027.860	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	209.374	166.617	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	157.476	384.809	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	130.794	127.976	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	159.029	157.499	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.166.240	1.191.550	-	-
Cemig Distribuição (4)	Controlada	-	-	6.021.630	4.708.208
TAESA	Controlada em conjunto	1.467.445	1.213.193	1.467.445	1.213.193
Ativas Data Center	Coligada	16.799	16.114	16.799	16.114
Gasmig	Controlada	-	-	1.495.599	1.410.950
Cemig Geração Distribuída (2)	Controlada	-	-	-	10.798
LEPSA	Controlada	-	-	-	-
RME	Controlada	-	-	-	-
Cemig Sim (antiga Efficientia) (1)	Controlada	-	-	94.098	17.156
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	10.467	10.050	-	-
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	11.416	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	9.212	-	-	-
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.144	-	-	-
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	15.059	-	-	-
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	16.899	-	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.182	-	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	3.989	-	-	-
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.075	-	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.382	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada	-	23.984	118.217	23.984
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	4.436	12.996	4.436	12.996
<b>Total do Investimento</b>		<b>5.415.293</b>	<b>5.399.391</b>	<b>15.139.383</b>	<b>12.842.731</b>
Itaocara – Passivo a descoberto (3)	Controlada em conjunto	(29.615)	(21.810)	-	-
<b>Total</b>		<b>5.385.678</b>	<b>5.377.581</b>	<b>15.139.383</b>	<b>12.842.731</b>

- (1) Em 14 de abril de 2020, foi registrada na Junta Comercial a ata da AGE que alterou o estatuto social dessa controlada, mudando a sua denominação de Efficientia S.A para Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.-Cemig Sim.
- (2) Em 19 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.
- (3) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$29.615 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).
- (4) Em 23 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Cemig D deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no valor de R\$86.667, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Light, classificada como ativo mantido para venda, Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a controlada Cemig GT reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2020 alcançou o montante de R\$29.615 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia considerou que o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.(e)) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Entretanto, considerando que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, a Administração da Companhia e de suas controladas, realizou a análise de *impairment* dos seus investimentos que apresentaram algum indicativo de desvalorização e concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

#### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas indiretas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$53.858 (R\$60.072 em 31 de dezembro de 2019) e R\$73.983 (R\$66.606 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, são considerados no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras. A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA					
Investidas	31/12/2018	Amortização	31/12/2019	Amortização	31/12/2020
Lightger	83.990	(2.501)	81.489	(2.500)	78.989
TAESA	179.424	(9.321)	170.103	(9.320)	160.783
Gasmig	442.016	(15.256)	426.760	(15.257)	411.503
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>705.430</b>	<b>(27.078)</b>	<b>678.352</b>	<b>(27.077)</b>	<b>651.275</b>

  

CONSOLIDADO					
Investidas	31/12/2018	Amortização	31/12/2019	Amortização	31/12/2020
Cemig Geração e Transmissão					
Retiro Baixo	31.966	(1.390)	30.576	(1.389)	29.187
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	18.000	(737)	17.263	(737)	16.526
Lightger	83.990	(2.501)	81.489	(2.500)	78.989
Aliança Geração	377.534	(25.309)	352.225	(25.310)	326.915
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	52.575	(1.972)	50.603	(1.971)	48.632
TAESA	179.424	(9.321)	170.103	(9.320)	160.783
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>743.489</b>	<b>(41.230)</b>	<b>702.259</b>	<b>(41.227)</b>	<b>661.032</b>

**b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:**

CONTROLADORA								
Investidas	31/12/2019 (reapresentado)	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Aportes/Aquisição	Outros	31/12/2020
Cemig Geração e Transmissão	5.429.332	1.053.034	343	(561.550)	-	-	-	5.921.159
Cemig Distribuição	4.708.208	1.201.553	(10.458)	122.327	-	-	-	6.021.630
Ativas Data Center	16.114	685	-	-	-	-	-	16.799
Gasmig	1.410.950	219.436	-	(134.073)	-	-	(714)	1.495.599
Cemig Geração Distribuída	10.798	827	-	-	-	-	(11.625)	-
Cemig Sim (antiga Efficientia)	17.156	2.699	-	(230)	-	74.473	-	94.098
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	23.984	17.215	-	(19.493)	37.469	44.775	14.267	118.217
Axxiom Soluções Tecnológicas	12.996	(8.560)	-	-	-	-	-	4.436
Taesa	1.213.193	494.025	-	(239.773)	-	-	-	1.467.445
	<b>12.842.731</b>	<b>2.980.914</b>	<b>(10.115)</b>	<b>(832.792)</b>	<b>37.469</b>	<b>119.248</b>	<b>1.928</b>	<b>15.139.383</b>

Investidas	CONTROLADORA						
	31/12/2018 (reapresentado)	Equivalência patrimonial (Resultado) (reapresentado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	Outros	31/12/2019 (reapresentado)
Cemig Geração e Transmissão	5.209.487	898.858	(220.974)	(458.039)	-	-	5.429.332
Cemig Distribuição	4.642.358	1.644.366	(718.083)	(860.433)	-	-	4.708.208
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Gasmig	1.439.005	141.296	-	(168.486)	-	(865)	1.410.950
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.336)	-	(944)	10.337	-	10.798
LEPSA (1)	5.099	9	-	-	-	(5.108)	-
RME (1)	47.155	6.652	-	-	-	(53.807)	-
Cemig Sim (antiga Efficientia)	17.532	1.080	-	(1.456)	-	-	17.156
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Axxiom Soluções Tecnológicas	8.301	(4.402)	-	-	9.097	-	12.996
Taesá	1.143.189	210.269	-	(141.182)	-	917	1.213.193
	<b><u>12.551.066</u></b>	<b><u>2.900.691</u></b>	<b><u>(939.057)</u></b>	<b><u>(1.630.540)</u></b>	<b><u>19.434</u></b>	<b><u>(58.863)</u></b>	<b><u>12.842.731</u></b>

(1) A movimentação incluída na coluna de “Outros” decorre da incorporação das subsidiárias integrais RME e LEPSA em abril/2019.

CONSOLIDADO								
Investidas	31/12/2019	Equivalência patrimonial (Resultado) (3)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	Outros	Remensuração da participação anterior em controlada adquirida	Baixas	31/12/2020
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	23.984	-	-	44.775	14.267	37.469	(120.495)	-
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	(9.713)	-	-	-	-	53.215
Guanhães Energia (1)	131.076	315	-	-	-	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	(6.463)	-	-	-	-	35.552
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	-	-	-	209.374
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	-	-	-	157.476
Lightger (1)	127.976	9.731	(6.913)	-	-	-	-	130.794
Baguari Energia	157.499	22.810	(21.280)	-	-	-	-	159.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	-	149	-	-	-	965.255
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	671.166	(40.377)	-	438	-	-	-	631.227
Ativas Data Center	16.114	685	-	-	-	-	-	16.799
Taes	1.213.193	494.025	(239.773)	-	-	-	-	1.467.445
Aliança Geração	1.191.550	89.120	(114.430)	-	-	-	-	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	-	-	-	195.235
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	10.050	1.042	(625)	-	-	-	-	10.467
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	606	-	8.606	-	-	-	9.212
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	1.173	-	10.243	-	-	-	11.416
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	(62)	-	6.467	(261)	-	-	6.144
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	2.578	-	12.481	-	-	-	15.059
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	2.684	-	14.215	-	-	-	16.899
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	777	-	5.405	-	-	-	6.182
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	67	-	4.567	(645)	-	-	3.989
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	83	-	6.051	(59)	-	-	6.075
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	648	-	5.734	-	-	-	6.382
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	12.996	(8.560)	-	-	-	-	-	4.436
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.399.391</b>	<b>365.692</b>	<b>(399.197)</b>	<b>119.131</b>	<b>13.302</b>	<b>37.469</b>	<b>(120.495)</b>	<b>5.415.293</b>
Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(21.810)	(8.994)	-	1.189	-	-	-	(29.615)
<b>Total</b>	<b>5.377.581</b>	<b>356.698</b>	<b>(399.197)</b>	<b>120.320</b>	<b>13.302</b>	<b>37.469</b>	<b>(120.495)</b>	<b>5.385.678</b>

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 33 destas demonstrações financeiras.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$21.810 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.
- (3) Inclui o valor de R\$7 milhões referentes a compra vantajosa na aquisição das controladas em conjunto UFV Corinto, UFV Manga, UFV Lagoa Grande, UFV Lontra, UFV Mato Verde e UFV Porteirinha II.

Investidas	CONSOLIDADO						31/12/2019
	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	Outros	Remensuração da participação remanescente após perda de controle	
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.294	-	-	-	-	23.984
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	10.473	(5.958)	-	-	-	53.728
Guanhães Energia (1)	-	(184)	-	-	-	131.260	131.076
Hidrelétrica Pipoca	30.629	4.475	(4.374)	-	-	-	30.730
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(103.473)	-	-	-	-	166.617
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(85.213)	-	-	-	-	384.809
Lightger (1)	-	6	-	-	-	127.970	127.976
Baguari Energia	162.224	22.401	(27.126)	-	-	-	157.499
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	15.098	-	127	-	-	1.027.860
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	6.458	-	953	-	-	671.166
Ativas Data Center	16.509	(395)	-	-	-	-	16.114
Taesa	1.143.189	210.270	(141.183)	-	917	-	1.213.193
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1) (2)	-	(49.710)	-	23.088	21.810	4.812	-
Aliança Geração	1.216.860	77.723	(103.033)	-	-	-	1.191.550
Retiro Baixo	170.720	12.659	(3.336)	-	-	-	180.043
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	1.008	-	-	-	-	10.050
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	-	(539)	-	9.097	-	4.438	12.996
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.234.578</b>	<b>125.351</b>	<b>(285.010)</b>	<b>33.265</b>	<b>22.727</b>	<b>268.480</b>	<b>5.399.391</b>
Itaocara – Provisão para perdas (2)	-	-	-	-	(21.810)	-	(21.810)
<b>Total</b>	<b>5.234.578</b>	<b>125.351</b>	<b>(285.010)</b>	<b>33.265</b>	<b>917</b>	<b>268.480</b>	<b>5.377.581</b>

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 32 destas demonstrações financeiras.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$21.810 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>119.743</b>	<b>945.584</b>
Proposta de dividendos feita pelas investidas	285.010	1.630.540
Proposta de dividendos de investida classificada como mantida para venda	72.738	72.738
IRRF sobre juros sobre o capital próprio recebido	(8.913)	(95.885)
Recebimentos	(282.580)	(830.525)
Ajuste incorporação RME e LUCE	-	4.443
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>185.998</b>	<b>1.726.895</b>
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas (reversão)	399.197	832.792
Dividendos eliminados a partir da combinação de negócios	(1.217)	(947)
Ajuste dividendos declarados por investida classificada como ativo mantido para venda	(1.531)	(1.531)
Recebimentos	(386.555)	(1.184.016)
IRRF sobre JCP recebidos	(7.565)	(100.315)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>188.327</b>	<b>1.272.878</b>

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	2020			2019		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido (Reapresentado)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.000.000	5.842.171	100,00	2.600.000	5.347.841
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	2.259.093	15,51	10.619.786	3.704.760
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	108.602	49,00	35.000	109.649
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	268.144	49,00	548.626	267.503
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	72.554	49,00	41.360	62.715
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	229.189	69,39	186.573	226.984
Central Elólica Praias de Parajuru	70.560.000	100,00	70.560	107.204	100,00	71.835	89.188
Central Elólica Volta do Rio	117.230.000	100,00	117.230	171.453	100,00	138.867	57.901
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	105.724	49,00	79.232	94.871
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.188.963	49,00	1.208.071	1.266.453
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.295.644	74,50	1.322.598	1.379.678
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	324.810	49,90	225.350	299.532
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.960.776	(1.130.428)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	71.708.500	49,00	71.709	(60.438)	49,00	69.283	(44.510)
Cemig Baguari	356.000	100,00	356	55	100,00	306	19
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.452.217	100,00	1.291.423	1.407.996
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	455.480	100,00	405.268	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	179.745	100,00	151.309	183.617
Cemig Geração Camarões S.A.	113.499.102	100,00	113.499	143.704	100,00	113.499	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	174.006	100,00	148.147	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.128	100,00	100.569	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	83.870	100,00	60.595	72.648
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.019	100,00	46.944	127.994
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	115.486	100,00	36.833	123.929
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	55.461	100,00	39.258	57.397
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	89.898	100,00	45.952	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.801	100,00	1.402	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	56.838	100,00	486	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3)	-	-	-	-	100,00	1.000	3.359
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	30.315	100,00	1.000	31.027
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	6.021.630	100,00	5.371.998	4.708.208
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.025.904	21,68	3.042.035	4.926.923
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	85.711	19,60	182.063	82.212
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.079.410	99,57	665.429	988.441
Cemig Geração Distribuída (4)	-	-	-	-	100,00	174	10.798
Cemig Sim (antiga Efficientia)(5)	24.431.845	100,00	24.432	94.098	100,00	15.122	17.156
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (6)	28.000.000	100,00	28.000	118.217	51,00	28.000	47.026
Axxiom Soluções Tecnológicas	65.165.000	49,00	65.165	9.054	49,00	58.365	26.522
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.509.900	49,00	18.510	21.362	-	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.000.000	49,00	18.000	18.798	-	-	-
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	21.660.575	49,00	21.661	22.128	-	-	-
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	13.197.187	49,00	13.197	12.514	-	-	-
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.471.844	49,00	25.472	25.997	-	-	-
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	29.010.219	49,00	29.010	27.334	-	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.030.391	49,00	11.030	11.135	-	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.320.875	49,00	9.321	9.306	-	-	-
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	12.348.392	49,00	12.348	12.236	-	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.702.733	49,00	11.703	11.750	-	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Cemig GT reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, a investida não havia concluído suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020, motivo pelo qual suas demonstrações financeiras não estão sendo divulgadas.
- (3) Em 1º de outubro de 2020, a Cemig GT incorporou a sua subsidiária integral Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção desta investida e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações.
- (4) Em 19 de outubro de 2020, a Companhia incorporou a Cemig Geração Distribuída pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção desta investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.
- (5) Em 14 de abril de 2020, foi registrada na Junta Comercial a ata da AGE que alterou o estatuto social dessa controlada, mudando a sua denominação para Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A.-Cemig Sim.
- (6) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, correspondente a 49% do seu capital social.

**Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes investidas:**

Consolidado	31/12/2020 e 31/12/2019 (1)	
	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Amazônia	74,50%	5,76%
LightGer	49,00%	11,52%
Guanhães	49,00%	11,52%
Axxion	49,00%	11,52%
UHE Itaocara	49,00%	11,52%

(1) Com a venda da participação societária na Light, em 22/01/2021, a Companhia não mais detém as participações indiretas demonstradas no quadro acima.

**Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:**

2020	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Ativas Data Center	Taes	Axxiom Soluções Tecnológicas	Lightger
<b>Ativo</b>					
Circulante	2.649	38.677	2.360.161	19.881	103.508
Caixa e equivalentes de caixa	2.465	12.037	896.031	2.937	80.173
Não circulante	10.429	104.053	11.745.258	20.705	128.937
<b>Total do ativo</b>	<b>13.078</b>	<b>142.730</b>	<b>14.105.419</b>	<b>40.586</b>	<b>232.445</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	73.516	39.204	841.643	24.785	72.086
Empréstimos e financiamentos	-	26.517	121.355	7.210	8.579
Não circulante	-	17.815	7.237.872	6.747	54.635
Empréstimos e financiamentos	-	15.935	922.669	1.422	54.613
Patrimônio líquido	(60.438)	85.711	6.025.904	9.054	105.724
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>13.078</b>	<b>142.730</b>	<b>14.105.419</b>	<b>40.586</b>	<b>232.445</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	-	94.376	3.561.286	40.966	51.938
Custos operacionais	(12.990)	(77.923)	(1.047.979)	(38.472)	(9.077)
Depreciação e amortização	(44)	(15.145)	(7.200)	(1.786)	(10.584)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>(12.990)</b>	<b>16.453</b>	<b>2.513.307</b>	<b>2.494</b>	<b>42.861</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(7.618)	(152.544)	(4.889)	(1.297)
Receitas financeiras	71	154	38.813	130	2.029
Despesas financeiras	(5.437)	(3.216)	(514.336)	(945)	(16.201)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(18.356)</b>	<b>5.773</b>	<b>1.885.240</b>	<b>(3.210)</b>	<b>27.392</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	833.942	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.276)	(456.255)	(35)	(2.430)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(18.356)</b>	<b>3.497</b>	<b>2.262.927</b>	<b>(3.245)</b>	<b>24.962</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	(18.356)	3.497	2.262.927	(3.245)	24.962
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(18.356)</b>	<b>3.497</b>	<b>2.262.927</b>	<b>(3.245)</b>	<b>24.962</b>

2020	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	29.758	21.114	86.830	597	13.299
Caixa e equivalentes de caixa	26.073	8.466	74.234	572	5.939
Não circulante	80.499	88.642	331.496	1.188.588	404.588
<b>Total do ativo</b>	<b>110.257</b>	<b>109.756</b>	<b>418.326</b>	<b>1.189.185</b>	<b>417.887</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	1.655	16.817	29.623	222	26.664
Empréstimos e financiamentos	-	6.555	13.700	-	11.606
Não circulante	-	20.385	63.893	-	123.079
Empréstimos e financiamentos	-	19.975	54.764	-	105.515
Patrimônio líquido	108.602	72.554	324.810	1.188.963	268.144
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>110.257</b>	<b>109.756</b>	<b>418.326</b>	<b>1.189.185</b>	<b>417.887</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	33.739	33.550	73.240	-	49.008
Custos operacionais	(14.547)	(6.296)	(29.230)	-	(36.173)
Depreciação e amortização	(2.786)	(3.194)	(10.526)	-	(17.085)
<b>Lucro bruto</b>	<b>19.192</b>	<b>27.254</b>	<b>44.010</b>	-	<b>12.835</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(1.472)	(3.839)	(976)	-
Receitas financeiras	1.022	303	1.853	28	333
Despesas financeiras	(6)	(1.519)	(5.839)	(2)	(10.207)
<b>Resultado operacional</b>	<b>20.208</b>	<b>24.566</b>	<b>36.185</b>	<b>(950)</b>	<b>2.961</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(77.435)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.432)	(1.535)	(3.034)	-	(1.567)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>18.776</b>	<b>23.031</b>	<b>33.151</b>	<b>(78.385)</b>	<b>1.394</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	18.776	23.031	33.151	(78.385)	1.394
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>18.776</b>	<b>23.031</b>	<b>33.151</b>	<b>(78.385)</b>	<b>1.394</b>
2020	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Aliança Geração	UFV Janaúba
<b>Ativo</b>					
Circulante	116	945.143	63.452	805.696	2.672
Caixa e equivalentes de caixa	101	262.620	10.425	385.220	2.535
Não circulante	1.296.085	21.369.986	208.577	2.460.761	19.246
<b>Total do ativo</b>	<b>1.296.201</b>	<b>22.315.129</b>	<b>272.029</b>	<b>3.266.457</b>	<b>21.918</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	557	1.149.935	22.259	503.049	134
Empréstimos e financiamentos	-	107.579	-	19.328	-
Não circulante	-	18.906.101	20.581	905.503	422
Empréstimos e financiamentos	-	4.902.313	-	261.024	-
Patrimônio líquido	1.295.644	2.259.093	229.189	1.857.905	21.362
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.296.201</b>	<b>22.315.129</b>	<b>272.029</b>	<b>3.266.457</b>	<b>21.918</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	-	3.200.238	73.595	1.042.130	-
Custos operacionais	(173)	(2.719.799)	(30.192)	(580.208)	3.256
Depreciação e amortização	-	(868.594)	(11.026)	(153.517)	(815)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>(173)</b>	<b>480.439</b>	<b>43.403</b>	<b>461.922</b>	<b>3.256</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(82.383)	5.154	(46.537)	-
Receitas financeiras	1	258.775	2.168	28.160	44
Despesas financeiras	(2)	(2.112.254)	(952)	(62.522)	(37)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(174)</b>	<b>(1.455.423)</b>	<b>49.773</b>	<b>381.023</b>	<b>3.263</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(84.060)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	9.756	(16.899)	(126.735)	(478)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(84.234)</b>	<b>(1.445.667)</b>	<b>32.874</b>	<b>254.288</b>	<b>2.785</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	(84.234)	(1.445.667)	32.874	254.288	2.785
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(84.234)</b>	<b>(1.445.667)</b>	<b>32.874</b>	<b>254.288</b>	<b>2.785</b>

2020	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
<b>Ativo</b>					
Circulante	2.307	1.548	425	1.653	525
Caixa e equivalentes de caixa	1.263	498	3	640	-
Não circulante	17.713	22.522	12.904	24.577	28.646
<b>Total do ativo</b>	<b>20.020</b>	<b>24.070</b>	<b>13.329</b>	<b>26.230</b>	<b>29.171</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	301	143	815	233	605
Não circulante	921	1.799	-	-	1.232
Patrimônio líquido	18.798	22.128	12.514	25.997	27.334
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>20.020</b>	<b>24.070</b>	<b>13.329</b>	<b>26.230</b>	<b>29.171</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	3.324	3.306	-	1.847	-
Custos operacionais	-	-	(384)	(449)	(525)
Depreciação e amortização	(722)	(911)	(129)	(497)	(313)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>3.324</b>	<b>3.306</b>	<b>(384)</b>	<b>1.398</b>	<b>(525)</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.481)	(1.681)	(234)	(657)	(644)
Receitas financeiras	20	-	-	1	2
Despesas financeiras	(97)	(158)	(7)	(8)	(114)
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.766</b>	<b>1.467</b>	<b>(625)</b>	<b>734</b>	<b>(1.281)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(301)	(298)	-	(132)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.465</b>	<b>1.169</b>	<b>(625)</b>	<b>602</b>	<b>(1.281)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	1.465	1.169	(625)	602	(1.281)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.465</b>	<b>1.169</b>	<b>(625)</b>	<b>602</b>	<b>(1.281)</b>

2020	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II
<b>Ativo</b>				
Circulante	768	468	885	543
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	1	16
Não circulante	10.842	9.033	11.777	11.606
<b>Total do ativo</b>	<b>11.610</b>	<b>9.501</b>	<b>12.662</b>	<b>12.149</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	475	195	426	399
Patrimônio líquido	11.135	9.306	12.236	11.750
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>11.610</b>	<b>9.501</b>	<b>12.662</b>	<b>12.149</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
Receita líquida de vendas	419	633	479	284
Custos operacionais	(1)	(206)	(299)	(1)
Depreciação e amortização	(109)	(184)	(118)	(76)
<b>Lucro bruto</b>	<b>418</b>	<b>427</b>	<b>180</b>	<b>283</b>
Despesas gerais e administrativas	(262)	(323)	(210)	(780)
Despesas financeiras	(6)	(7)	(10)	(9)
<b>Resultado operacional</b>	<b>150</b>	<b>97</b>	<b>(40)</b>	<b>(506)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(47)	-	600
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>149</b>	<b>50</b>	<b>(40)</b>	<b>94</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Resultado líquido do exercício	149	50	(40)	94
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>149</b>	<b>50</b>	<b>(40)</b>	<b>94</b>

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

2019	Centroeste	Ativas Data Center	Taes	Axiom Soluções Tecnológicas	Lightger
<b>Ativo</b>					
Circulante	28.817	32.979	2.736.401	33.915	86.758
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	8.167	155.057	6.509	69.419
Não circulante	35.177	106.668	7.419.245	25.780	124.500
<b>Total do ativo</b>	<b>63.994</b>	<b>139.647</b>	<b>10.155.646</b>	<b>59.695</b>	<b>211.258</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	6.484	24.387	925.980	28.321	53.373
Empréstimos e financiamentos	3.095	12.631	7.941	7.987	8.619
Não circulante	10.483	33.048	4.302.871	4.852	63.014
Empréstimos e financiamentos	7.532	30.721	409.664	120	63.014
Patrimônio líquido	47.027	82.212	4.926.795	26.522	94.871
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>63.994</b>	<b>139.647</b>	<b>10.155.646</b>	<b>59.695</b>	<b>211.258</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	17.023	83.190	1.232.079	53.405	49.979
Custos operacionais	(5.328)	(74.794)	(239.504)	(54.773)	(27.227)
Depreciação e amortização	(1.427)	(18.470)	(4.379)	(2.338)	(10.584)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>11.695</b>	<b>8.396</b>	<b>992.575</b>	<b>(1.368)</b>	<b>22.752</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.798)	(7.451)	(126.364)	(10.829)	(1.531)
Receitas financeiras	1.885	72	81.258	186	3.982
Despesas financeiras	(2.241)	(2.855)	(335.162)	(1.581)	(7.411)
<b>Resultado operacional</b>	<b>9.541</b>	<b>(1.838)</b>	<b>612.307</b>	<b>(13.592)</b>	<b>17.792</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	488.816	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.122)	(273)	(99.264)	4.606	(2.942)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>8.419</b>	<b>(2.111)</b>	<b>1.001.859</b>	<b>(8.986)</b>	<b>14.850</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	8.419	(2.111)	1.001.859	(8.986)	14.850
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>8.419</b>	<b>(2.111)</b>	<b>1.001.859</b>	<b>(8.986)</b>	<b>14.850</b>

2019	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	34.631	10.542	68.182	1.155	1.195
Caixa e equivalentes de caixa	30.341	2.395	55.676	1.113	422
Não circulante	82.183	89.940	342.954	1.266.023	267.384
<b>Total do ativo</b>	<b>116.814</b>	<b>100.482</b>	<b>411.136</b>	<b>1.267.178</b>	<b>268.579</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	7.165	11.196	33.939	725	1.062
Empréstimos e financiamentos	-	6.581	13.703	-	484
Não circulante	-	26.571	77.665	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	26.454	68.468	-	-
Patrimônio líquido	109.649	62.715	299.532	1.266.453	267.503
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>116.814</b>	<b>100.482</b>	<b>411.136</b>	<b>1.267.178</b>	<b>268.579</b>
<b>Demonstração do resultado</b>					
Receita líquida de vendas	37.844	30.260	70.341	-	-
Custos operacionais	(16.832)	(14.575)	(30.119)	-	(1.502)
Depreciação e amortização	(2.773)	(3.143)	(8.841)	-	(10)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>21.012</b>	<b>15.685</b>	<b>40.222</b>	<b>-</b>	<b>(1.502)</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(66)	(3.582)	(1.717)	-
Receitas financeiras	1.483	395	2.989	57	360
Despesas financeiras	(13)	(3.629)	(8.174)	(3)	(42)
<b>Resultado operacional</b>	<b>22.482</b>	<b>12.385</b>	<b>31.455</b>	<b>(1.663)</b>	<b>(1.184)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	18.867	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.775)	(928)	(3.301)	-	(10)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>20.707</b>	<b>11.457</b>	<b>28.154</b>	<b>17.204</b>	<b>(1.194)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Resultado líquido do exercício	20.707	11.457	28.154	17.204	(1.194)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>20.707</b>	<b>11.457</b>	<b>28.154</b>	<b>17.204</b>	<b>(1.194)</b>

2019	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Aliança Geração
<b>Ativo</b>				
Circulante	81	749.937	59.577	826.868
Caixa e equivalentes de caixa	67	77.538	8.827	700.451
Não circulante	1.380.150	21.679.635	187.511	2.194.151
<b>Total do ativo</b>	<b>1.380.231</b>	<b>22.429.572</b>	<b>247.088</b>	<b>3.021.019</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	553	1.176.997	15.571	591.190
Empréstimos e financiamentos	-	73.428	-	152.305
Não circulante	-	17.547.815	4.533	571.924
Empréstimos e financiamentos	-	10.924.960	-	68.518
Patrimônio líquido (negativo)	1.379.678	3.704.760	226.984	1.857.905
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.380.231</b>	<b>22.429.572</b>	<b>247.088</b>	<b>3.021.019</b>
<b>Demonstração do resultado</b>				
Receita líquida de vendas	-	3.197.523	68.433	1.015.746
Custos operacionais	(199)	(2.508.203)	(23.132)	(629.653)
Depreciação e amortização	-	-	(8.868)	(122.102)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>(199)</b>	<b>689.320</b>	<b>45.301</b>	<b>386.093</b>
Despesas gerais e administrativas	(16)	(98.771)	-	(29.607)
Receitas financeiras	1	131.422	4.232	34.172
Despesas financeiras	(1)	(1.683.378)	(669)	(68.912)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(215)</b>	<b>(961.407)</b>	<b>48.864</b>	<b>321.746</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.481	-	-	16.264
Imposto de renda e contribuição social	-	9.574	(16.581)	(109.048)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>20.266</b>	<b>(951.833)</b>	<b>32.283</b>	<b>228.962</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Resultado líquido do exercício	20.266	(951.833)	32.283	228.962
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>20.266</b>	<b>(951.833)</b>	<b>32.283</b>	<b>228.962</b>

### Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.445.667 (R\$951.833 em 31 de dezembro de 2019) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$204.792 (R\$427.060 em 31 de dezembro de 2019). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

### Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678 milhões, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2020, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678 milhões.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo resarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Cemig GT instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo também é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

### **Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)**

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) nos últimos anos.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a controlada Cemig GT provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

#### Recuperação judicial - Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

Em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000 e subsequentemente, a Companhia firmou contratos de mútuo com Dívida na Posse (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos, realizados de acordo com normas específicas dos processos de recuperação judicial, foram necessários para custear as despesas de manutenção das atividades da Renova, e foram autorizados pela Segunda Falência do Estado de São Paulo e pelo Juízo da Recuperação Judicial, sendo garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, e também têm prioridade de recebimento em processo de recuperação judicial.

Em 02 de maio de 2020, o Tribunal de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo proferiu decisão determinando que o empréstimo DIP, no valor total de R\$36,5 milhões, com garantia patrimonial, já constituído e registrado, fosse subscrito como aumento de capital na Renova. A Companhia interpôs Embargos de Declaração e, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu dar provimento ao recurso. Com isso, as cláusulas do plano de recuperação que tratam dos contratos de empréstimos firmados pela Cemig são mantidas por enquanto.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 8 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Prisma Capital Ltda. para aquisição dos direitos e ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, na condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de preferência na aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação na Assembleia Geral de Credores, que ocorreu em 18 de dezembro de 2020. Os recursos obtidos serão destinados ao cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III-Fase A.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC), com homologação pelo judiciário. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$350 milhões na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte “DIP” e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, espera-se que a Renova tenha os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais até a presente data não haviam sido concluídas: (i) os investimentos na Brasil PCH, ESPRA, Fase B e Mina de Ouro serão apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos serão atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020 a 100% do CDI; (iii) os passivos com controladores serão atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iii) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano serão estornados.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de R\$58.386, 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano. A Renova e o referido Fundo assinarão os instrumentos definitivos da aquisição nos termos do Edital da UPI Fase B, de forma a dar início ao cumprimento de condições precedentes usuais a transações dessa natureza.

Adicionalmente, em 1º de março de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou o aumento do capital social desta investida com o valor de até R\$1.420.786, sendo admitida homologação parcial, superior ou igual a R\$332.416, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos Planos. O aumento de capital e respectivos valores estão sujeitos à homologação pelo Conselho de Administração da Renova, após encerrados os prazos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras pelos titulares de direitos de subscrição. A Cemig GT não faz parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhará o referido aumento de capital, passando a participação da Cemig GT na Renova para 29,81% do capital votante e 15,15% do capital total, considerando que nenhum outro acionista acompanhe o aumento de capital. Essa redução da participação acionária na Renova não impactará no atual controle compartilhado da Renova.

Em 02 de março de 2021, foi assinado o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeito à implementação das condições suspensivas usuais de mercado.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da recuperação judicial, a Renova recebeu R\$362.465 provenientes do empréstimo na modalidade “debtor-in-possession” (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (“Quadra Capital”) e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

#### **Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2020, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$160.351 (R\$3.309.499 em 31 de dezembro de 2019) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A NESA aderiu ao programa do BNDES de apoio à manutenção da capacidade produtiva, emprego e renda, diante do cenário da crise causada pela pandemia Covid-19, obtendo a suspensão do pagamento da Parcela Direta – FINEM de junho a novembro de 2020, e da Parcela Indireta de julho a dezembro de 2020, tendo como contrapartida a não distribuição de dividendos em 2020 acima de 25%. A adesão da investida a esse programa contribuiu significativamente para redução do seu capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 21 de setembro de 2015, a NESÁ obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESÁ, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.407.000 (R\$1.962.000 em 31 de dezembro de 2019).

#### d) Combinação de negócios - Centroeste

Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Centroeste, correspondente a 49% do capital social desta investida, passando a ser titular, assim, da totalidade de suas ações. A aquisição, que resultou na obtenção do controle da investida pela Companhia, é resultado do exercício do direito de preferência na aquisição da participação societária objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018, homologado em 15 de janeiro de 2019.

A Centroeste atua na construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.

A contraprestação transferida pela aquisição do controle da investida, integralmente em caixa, corresponde a R\$44.775, resultante do preço constante do Edital do Leilão, corrigido pela variação acumulada da taxa Selic ocorrida até a data da conclusão da operação, descontados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos ou declarados em favor da Eletrobras no período.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do IFRS 3/CPC 15.

#### *Participação adquirida – cálculo do valor justo*

O valor justo dos ativos líquidos adquiridos e a remensuração da participação anterior, cujos impactos foram reconhecidos em 2020, estão apresentados a seguir:

	Centroeste
Valor justo na data da transação	120.495
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	51%
<b>Valor da participação original da Companhia avaliada pelo valor justo na data da aquisição</b>	<b>61.453</b>
Valor contábil original	(23.984)
<b>Remensuração da participação anterior de controlada adquirida</b>	<b>37.469</b>

O cálculo do valor justo da participação adquirida em relação ao valor pago é como segue:

		Centroeste
Valor total da contraprestação paga por 49% de participação na Centroeste		44.775
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 51%		61.453
Compra vantajosa		14.267
<b>Total</b>		<b>120.495</b>

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da transação encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de Aquisição
<b>Circulante</b>	<b>28.867</b>	<b>Circulante</b>	<b>6.479</b>
Caixa e equivalentes de caixa	27.110	Empréstimos e financiamentos	3.095
Outros ativos circulantes	1.757	Dividendos e juros sobre capital próprios	2.388
<b>Não circulante</b>	<b>108.590</b>	Outros passivos circulantes	996
Ativo de contrato	107.932	<b>Não circulante</b>	<b>10.483</b>
Depósitos judiciais	389	Empréstimos e financiamentos	7.352
Outros ativos não circulantes	269	Provisões	3.131
		<b>Total dos ativos líquidos ao valor justo</b>	<b>120.495</b>

### *Efeitos no resultado de 2020*

Considerando os ajustes de avaliação acima mencionados, segue abaixo o efeito total no resultado de 2020 decorrente da aquisição de 49% da Centroeste:

		Centroeste
Ganho pela remensuração da participação anterior de 51% na controlada adquirida		37.469
Compra vantajosa – valor apurado na aquisição da participação adicional de 49%		14.267
<b>Total</b>		<b>51.736</b>

Os efeitos acima serão apresentados no segmento operacional de transmissão.

### **e) Aquisição de participação em sociedades de propósito específico (“SPEs”) voltadas para geração de energia solar fotovoltaica**

Em 25 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), 49% de participação em sete Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) voltadas à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 29,45MWp, pelo montante de R\$54.920. Em 19 de agosto de 2020 e 30 de setembro de 2020, essa subsidiária integral também adquiriu 49% de participação em duas outras SPEs da mesma natureza, nos valores de R\$7.856 e R\$10.243, respectivamente, com potência instalada total de 11,62MWp.

As aquisições foram concluídas por meio do exercício da opção de compra, pela Cemig SIM, de 49% das ações das Sociedades de Propósito Específico-SPE de propriedade da Mori Energia Holding S.A, conforme estabelecido em Memorando de Entendimentos celebrado em junho de 2019. As condições estabelecidas nos Acordos firmados entre Cemig Sim e Mori Energia para disciplinar a composição da administração e a governança dos Empreendimentos levam a sua qualificação como controlados em conjunto.

O valor justo dos ativos e passivos das investidas na data da transação e outras informações relacionadas encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Empreendimento	Potência DC (MW)	Potência DC (MWp)	Data da aquisição	Valor justo dos ativos líquidos da adquirida – participação Cemig Sim (49%)	Preço de aquisição	Compra vantajosa
Corinto	5	5,28	19/08/2020	9.031	8.606	425
Manga	5	6,34	30/09/2020	11.160	10.243	917
Bonfinópolis	2,5	3,45	25/11/2020	6.206	6.467	(261)
Lagoa Grande	5	7,33	25/11/2020	14.736	12.481	2.255
Lontra	5	6,38	25/11/2020	17.123	14.215	2.908
Mato Verde	2,5	3,23	25/11/2020	5.974	5.405	569
Mirabela	2	2,59	25/11/2020	3.922	4.567	(645)
Porteirinha	2,5	3,23	25/11/2020	5.992	6.051	(59)
Porteirinha II	2,5	3,23	25/11/2020	6.299	5.734	565
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>41,06</b>	--	<b>80.443</b>	<b>73.769</b>	<b>6.674</b>

O excedente da participação da Cemig Sim no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas sobre o custo do investimento (ganho por compra vantajosa) foi incluído como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da investida no período da aquisição, sendo reconhecidos os passivos fiscais diferidos correspondentes.

## f) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

*Investidas controladas em conjunto:*

*Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

*Madeira Energia S.A (“MESA”)*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

#### *Renova Energia S.A. (“Renova”)*

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do resarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de dezembro de 2020 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

#### *Outras investigações*

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

*Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligh, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 25 destas demonstrações financeiras). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais foram prorrogados em fevereiro de 2021 por um período adicional de seis meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Em 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cujo processo de investigação está sendo conduzido por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com apoio de assessoria especializada.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

## 17. IMOBILIZADO

Consolidado	2020			2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	246.857	(22.624)	224.233	247.535	(19.178)	228.357
Reservatórios, barragens e adutoras	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100.469	(835.848)	264.621	1.091.660	(818.141)	273.519
Máquinas e equipamentos	2.646.844	(1.929.584)	717.260	2.597.685	(1.869.186)	728.499
Veículos	20.602	(18.756)	1.846	20.616	(17.687)	2.929
Móveis e utensílios	13.813	(10.991)	2.822	14.073	(10.939)	3.134
	<b>7.328.174</b>	<b>(5.097.681)</b>	<b>2.230.493</b>	<b>7.251.353</b>	<b>(4.934.790)</b>	<b>2.316.563</b>
<b>Em curso</b>						
Ativos em curso	176.650	-	176.650	133.562	-	133.562
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>7.504.824</b>	<b>(5.097.681)</b>	<b>2.407.143</b>	<b>7.384.915</b>	<b>(4.934.790)</b>	<b>2.450.125</b>

Controladora	2020			2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(22)	33	55	(21)	34
Máquinas e equipamentos	5.220	(4.645)	575	5.298	(4.379)	919
Móveis e utensílios	748	(706)	42	749	(698)	51
	<b>6.105</b>	<b>(5.373)</b>	<b>732</b>	<b>6.184</b>	<b>(5.098)</b>	<b>1.086</b>
<b>Em curso</b>						
Ativos em curso	460	-	460	460	-	460
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>6.565</b>	<b>(5.373)</b>	<b>1.192</b>	<b>6.644</b>	<b>(5.098)</b>	<b>1.546</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (3)	Depreciação	Combinação de negócios	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>							
Terrenos (1)	228.357	340	(660)	(3.804)	-	-	224.233
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	(51)	(80.233)	-	19.870	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.519	-	(319)	(18.013)	-	9.434	264.621
Máquinas e equipamentos	728.499	20.204	(2.091)	(78.932)	-	49.580	717.260
Veículos	2.929	-	-	(1.083)	-	-	1.846
Móveis e utensílios	3.135	16	(5)	(345)	-	22	2.823
	<b>2.316.564</b>	<b>20.560</b>	<b>(3.126)</b>	<b>(182.410)</b>	-	<b>78.906</b>	<b>2.230.494</b>
<b>Em curso</b>	<b>133.561</b>	<b>112.485</b>	<b>10.814</b>	<b>-</b>	<b>198</b>	<b>(80.409)</b>	<b>176.649</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.450.125</b>	<b>133.045</b>	<b>7.688</b>	<b>(182.410)</b>	<b>198</b>	<b>(1.503)</b>	<b>2.407.143</b>

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Foram transferidos saldos do imobilizado para o ativo intangível no montante total de R\$1.503.

(3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 31/12/2019
<b>Em serviço</b>						
Terrenos (1)	215.049	-	(153)	(3.478)	16.939	228.357
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	(4.756)	(80.045)	14.431	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	(5.762)	(18.672)	(15.846)	273.519
Máquinas e equipamentos	854.296	43	(80.501)	(78.720)	33.381	728.499
Veículos	4.525	-	-	(1.538)	(58)	2.929
Móveis e utensílios	3.667	-	(303)	(314)	85	3.135
	<b>2.541.831</b>	<b>43</b>	<b>(91.475)</b>	<b>(182.767)</b>	<b>48.932</b>	<b>2.316.564</b>
<b>Em curso</b>						
	<b>119.754</b>	<b>70.347</b>	<b>(11.337)</b>	<b>-</b>	<b>(45.203)</b>	<b>133.561</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.661.585</b>	<b>70.390</b>	<b>(102.812)</b>	<b>(182.767)</b>	<b>3.729</b>	<b>2.450.125</b>

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.  
(2) Foram transferidos saldos para o imobilizado provenientes do ativo intangível, no montante total de R\$3.735. Adicionalmente, o montante de R\$6 foi transferido do imobilizado para o ativo de contrato.

-Controladora	Saldo em 31/12/2019	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>			
Terrenos	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	35	(2)	33
Máquinas e equipamentos	919	(344)	575
Móveis e utensílios	50	(8)	42
	<b>1.086</b>	<b>(354)</b>	<b>732</b>
<b>Em curso</b>			
	460	-	460
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.546</b>	<b>(354)</b>	<b>1.192</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	111	-	(75)	-	(1)	35
Máquinas e equipamentos	1.213	44	-	25	(363)	919
Móveis e utensílios	360	-	(301)	-	(9)	50
	<b>1.766</b>	<b>44</b>	<b>(376)</b>	<b>25</b>	<b>(373)</b>	<b>1.086</b>
<b>Em curso</b>						
	484	1	-	(25)	-	460
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.250</b>	<b>45</b>	<b>(376)</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>1.546</b>

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	2	Software	20
Edificação - Casa de Força	2	Veículos	14,29
Edificação – Outras	3,33	Equipamento Geral de Informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina Hidráulica	2,5	Edificação - Outras	3,33
Condutor Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,14%, que segregadas por atividade representa:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Administração
2,96%	4,94%	6,19%

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

### Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2020	31/12/2019
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,50	3,93	218.111 (117.271)	217.210 (109.012)
Depreciação acumulada			<b>100.840</b>	<b>108.198</b>
<b>Total em operação</b>				
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50	-	1.580	980
<b>Total em construção</b>			<b>1.580</b>	<b>980</b>

## 18. INTANGÍVEIS

A composição do saldo dos intangíveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

Consolidado	2020			2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em serviço</b>						
Com vida útil definida						
Serviço	13.217	(4.045)	9.172	11.749	(3.292)	8.457
Concessão onerosa	19.169	(13.288)	5.881	19.169	(12.609)	6.560
Ativos de concessão (1)	20.781.598	(9.107.068)	11.674.530	20.039.489	(8.522.488)	11.517.001
Outros	78.015	(70.286)	7.729	77.159	(66.507)	10.652
	<b>20.891.999</b>	<b>(9.194.687)</b>	<b>11.697.312</b>	<b>20.147.566</b>	<b>(8.604.896)</b>	<b>11.542.670</b>
<b>Em curso</b>	<b>112.616</b>	-	<b>112.616</b>	<b>81.801</b>	-	<b>81.801</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>21.004.615</b>	<b>(9.194.687)</b>	<b>11.809.928</b>	<b>20.229.367</b>	<b>(8.604.896)</b>	<b>11.624.471</b>

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$127.841, bem como de concessão de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$411.503, são considerados nas demonstrações financeiras da Cemig GT e da Companhia, respectivamente, como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	2020			2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em serviço</b>						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(10.968)	2.596	13.564	(9.593)	3.971
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	9	(9)	-	231	(73)	158
	<b>13.581</b>	<b>(10.985)</b>	<b>2.596</b>	<b>13.803</b>	<b>(9.674)</b>	<b>4.129</b>
<b>Em curso</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>46</b>	<b>-</b>	<b>46</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>13.640</b>	<b>(10.985)</b>	<b>2.655</b>	<b>13.849</b>	<b>(9.674)</b>	<b>4.175</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (1)	Amortização	Transferência (2)	Saldo em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>						
Com vida útil definida						
Servidão	8.457	-	-	(753)	1.468	9.172
Concessão onerosa	6.560	-	-	(679)	-	5.881
Ativos de concessão	11.517.001	-	(23.768)	(737.992)	919.289	11.674.530
Outros	10.652	-	(157)	(4.754)	1.988	7.729
	<b>11.542.670</b>	<b>-</b>	<b>(23.925)</b>	<b>(744.178)</b>	<b>922.745</b>	<b>11.697.312</b>
<b>Em curso</b>	<b>81.801</b>	<b>40.980</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.165)</b>	<b>112.616</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>11.624.471</b>	<b>40.980</b>	<b>(23.925)</b>	<b>(744.178)</b>	<b>912.580</b>	<b>11.809.928</b>

- (1) Inclui saldo referente a reversão de perda no valor recuperável de R\$13.825, reconhecida em "outras receitas" como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.
- (2) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato, ativo financeiro e imobilizado conforme segue: (1) R\$905.773, transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) R\$1.503 transferidos do ativo imobilizado para o intangível e (3) (R\$5.304 transferidos do ativo financeiro para o ativo intangível.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa (1)	Amortização	Transferência (2)	Saldo em 31/12/2019
<b>Em serviço</b>						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(628)	-	8.457
Concessão onerosa	7.239	-	-	(679)	-	6.560
Ativos de concessão	10.679.488	891.167	(40.681)	(698.274)	685.301	11.517.001
Outros	18.797	6.450	(197)	(4.719)	(9.679)	10.652
	<b>10.714.609</b>	<b>897.617</b>	<b>(40.878)</b>	<b>(704.300)</b>	<b>675.622</b>	<b>11.542.670</b>
<b>Em curso</b>	<b>62.582</b>	<b>36.029</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.810)</b>	<b>81.801</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>10.777.191</b>	<b>933.646</b>	<b>(40.878)</b>	<b>(704.300)</b>	<b>658.812</b>	<b>11.624.471</b>

- (1) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, reconhecido no resultado em "outras despesas". O teste de impairment do ativo intangível, referente à autorização de geração de energia eólica concedida a Volta do Rio, reconhecido em 2018 no âmbito da combinação de negócios, decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos de geração eólica da controlada. O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, trazidos a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).
- (2) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato, ativo financeiro e imobilizado conforme segue: (1) R\$685.068, transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) (R\$3.735) transferidos do ativo intangível para o imobilizado e (3) (R\$22.521) transferidos do ativo intangível para o ativo financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>					
Com vida útil definida					
Direito de uso de softwares	3.971	-	-	(1.375)	2.596
Outros	158	-	(157)	(1)	-
	<b>4.129</b>	<b>-</b>	<b>(157)</b>	<b>(1.376)</b>	<b>2.596</b>
<b>Em curso</b>	<b>46</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>4.175</b>	<b>13</b>	<b>(157)</b>	<b>(1.376)</b>	<b>2.655</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2019
<b>Em serviço</b>					
Com vida útil definida			(197)	(1.766)	3.971
Direito de uso de softwares	5.934	-	-	-	
Outros	158	-	-	-	158
	<b>6.092</b>	<b>-</b>	<b>(197)</b>	<b>(1.766)</b>	<b>4.129</b>
<b>Em curso</b>	<b>33</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46</b>
<b>Intangível líquido</b>	<b>6.125</b>	<b>13</b>	<b>(197)</b>	<b>(1.766)</b>	<b>4.175</b>

### Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídos os encargos financeiros capitalizados, no montante de R\$1.107 (constituição de R\$2.002 em 2019), conforme nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração, encontram-se apresentadas a seguir:

<b>Distribuição de energia</b>	(%)	<b>Administração</b>	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

<b>Distribuição de gás</b>	(%)	<b>Administração</b>	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00

A taxa média de amortização da Companhia é de 4,05%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
9,06%	8,88%	3,48%	3,90%	15,74%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$411.503 (R\$426.760 em 31 de dezembro de 2019), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº16, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09. Esses direitos de autorização de geração éolica e distribuição de gás são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Em 2019, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, registrada em “outras despesas” decorrente do não atingimento da performance operacional esperada para os ativos da controlada.

Em 31 de dezembro de 2020, diante da conclusão da reforma dos 19 aerogeradores da controlada e a plena retomada da sua capacidade de geração de energia, a Companhia realizou o teste de impairment de seus ativos operacionais e foi constatado que será reestabelecido o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da controlada. Assim, a Companhia reverteu parcela da perda reconhecida, resultando na reversão líquida de R\$13.825 em 31 de dezembro de 2020, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

#### **Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)**

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre – ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020. A Administração da Companhia aguarda a homologação e publicação dos valores de extensão da outorga de suas concessões pela Aneel para, posteriormente, submetê-los à aprovação dos órgãos de governança da Companhia. Desta forma, nenhum impacto decorrente deste assunto foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos dados informados pela CCEE à Aneel as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão:

Usina	Garantia Física (MW médios)	Estimativa de Extensão da Concessão (meses)
Emboração	500	23
Nova Ponte	270	25
Sá Carvalho	56	22
Rosal	29	46
Outras (1)	399	-

(1) Inclui 11 usinas, sendo 7 da Cemig GT, 1 da Cemig PCH e 3 da Horizontes, cujo prazo médio de extensão varia entre 1 e 84 meses.

Os efeitos contábeis decorrentes da repactuação do risco hidrológico consistem no reconhecimento de um ativo intangível, relacionado ao direito de outorga em função da compensação por custos incorridos em exercícios anteriores, com base no valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício, na rubrica de compensação de custos de energia elétrica, e ocorrerão a partir da aprovação pelos órgãos de governança da Companhia da proposta de repactuação do risco hidrológico, esperada para ocorrer ao final do primeiro semestre de 2021.

Com a aprovação da Lei 14.120/2021, foi reconhecido o direito ao resarcimento das usinas do Lote D, permitindo à CCEE efetuar novo cálculo incluindo essas usinas, indicando o direito a extensão de suas concessões ao máximo permitido (7 anos). A oficialização destes valores ainda está pendente de regulamentação a ser expedida pela Aneel.

## 19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência na taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Baixa (contratos encerrados)	(12.969)	-	-	(12.969)
Adições	27.652	3.459	-	31.111
Amortização	(36.657)	(38.765)	(308)	(75.730)
Remensuração	(10.463)	2.425	-	(8.038)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>206.045</b>	<b>70.676</b>	<b>103</b>	<b>276.824</b>
Baixa (contratos encerrados)	(8.662)	-	-	(8.662)
Amortização (1)	(24.665)	(39.624)	(103)	(64.392)
Adições	6.193	-	-	6.193
Remensuração (2)	6.587	(4.476)	-	2.111
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>185.498</b>	<b>26.576</b>	<b>-</b>	<b>212.074</b>

- (2) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$1.929 em 2020 (R\$4.563 em 2019).  
 (3) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Baixa	(12.969)
Amortização	(2.603)
Remensuração	(942)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.330</b>
Adições	109
Baixa	(39)
Amortização (1)	(1.347)
Remensuração (2)	5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.058</b>

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$123 em 2020 (R\$217 em 2019).  
 (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	342.450	19.844
Adição	31.111	-
Baixa	(12.969)	(12.969)
Juros incorridos	36.007	529
Arrendamentos pagos	(95.664)	(2.856)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.150)	(127)
Remensuração	(8.038)	(942)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>287.747</b>	<b>3.479</b>
Adições	6.193	109
Baixa (contratos encerrados)	(10.795)	(183)
Juros incorridos (1)	28.832	316
Arrendamentos pagos	(83.881)	(1.547)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.704)	(65)
Remensuração (2)	2.111	5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>226.503</b>	<b>2.114</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>47.799</b>	<b>241</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>178.704</b>	<b>1.873</b>

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.833 e R\$25 em 2020 (R\$2.173 e R\$44 em 2019), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.  
 (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	643.857	226.504	7.154	2.115
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	55.022	17.515	662	208

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2021	56.139	286
2022	27.359	286
2023	26.264	286
2024	26.226	286
2025	26.171	286
2026 a 2045	481.697	5.723
Valores não descontados	643.856	7.153
Juros embutidos	(417.353)	(5.039)
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>226.503</b>	<b>2.114</b>

## 20. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2020	2019
Energia de curto prazo - CCEE	490.285	401.482
Encargos de uso da rede elétrica	192.287	144.975
Energia elétrica comprada para revenda	807.708	763.652
Itaipu binacional	325.277	242.766
Gás comprado para revenda	126.850	143.358
Materiais e serviços	415.913	383.658
	<b>2.358.320</b>	<b>2.079.891</b>

## 21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS	112.068	111.608	-	-
Cofins (2)	183.995	177.403	37.853	45.364
PIS/Pasep (2)	41.116	38.595	9.266	9.827
INSS	28.715	24.819	1.585	1.684
Outros (1)	139.845	58.542	40.064	35.765
	<b>505.739</b>	<b>410.967</b>	<b>88.768</b>	<b>92.640</b>
Não circulante				
Cofins (3)	215.878	186.350	-	79
PIS/Pasep (3)	46.867	40.418	-	12
	<b>262.745</b>	<b>226.768</b>	-	<b>91</b>
	<b>768.484</b>	<b>637.735</b>	<b>88.768</b>	<b>92.731</b>
<b>Valores a serem restituídos a consumidores</b>				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	448.019	-	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	3.569.837	4.193.329	-	-
	<b>4.017.856</b>	<b>4.193.329</b>	-	-

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio, cujo recolhimento ocorreu no primeiro decêndio de 2020, em conformidade à legislação tributária.
- (2) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.8 e 15.
- (3) Referem-se ao diferimento desses tributos incidentes sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.8 e 15.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Conforme nota explicativa nº 9 (a), a Companhia reconheceu, em 2019, o seu direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic, em função do trânsito em julgado da ação ordinária movida, com decisão favorável à Companhia.

A Cemig D possui um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

Os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, a vigorar de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação. Maiores informações estão detalhadas na nota explicativa nº 14.5 destas demonstrações financeiras.

## 22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2020			2019
				Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$\$	2.023	9.702	11.725	18.051
Eurobonds (2)	2024	9,25%	U\$\$	58.909	7.795.050	7.853.959	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(15.664)	(15.664)	(18.656)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(25.314)	(25.314)	(30.040)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>60.932</b>	<b>7.763.774</b>	<b>7.824.706</b>	<b>6.061.097</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	17.204	-	17.204	60.516
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	14.086	-	14.086	117.710
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	3.414	5.644	9.058	20.268
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	-	-	-	5.582
Consórcio Pipoca (2)	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	50.008	-	50.008	48.529
Nota Promissória - 1ª Emissão - Série Única (8)	2020	107,00% do CDI	R\$	-	-	-	875.247
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				-	-	-	(3.031)
(-) Custos de Transação				(55)	-	(55)	(277)
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>84.657</b>	<b>5.644</b>	<b>90.301</b>	<b>1.124.729</b>
<b>Total de empréstimos e financiamento</b>				<b>145.589</b>	<b>7.769.418</b>	<b>7.915.007</b>	<b>7.185.826</b>
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	394.672	366.848	761.520	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	-	-	-	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (11)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.839	-	288.839	578.067
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	587.956	-	587.956	1.108.945
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	43.603	991.644	1.035.247	990.893
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	541.927	1.350.000	1.891.927	2.164.083
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.783	1.585.141	1.587.924	1.519.042
Debêntures - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	9.920	9.709	19.629	30.323
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.732	4.357	9.089	13.072
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	11.548	10.259	21.807	34.431
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.525	5.178	10.703	15.564
Debêntures - 4ª emissão - 7ª série (8)	2020	TJLP + 1,82%	R\$	-	-	-	450
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.024	40.000	60.024	80.018
Debêntures - 8ª emissão - Série única (8)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	14.043	876.397	890.440	-
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(18.300)	(18.300)	(21.606)
(-) Custos de Transação				(11.846)	(29.408)	(41.254)	(28.358)
<b>Total de debêntures</b>				<b>1.913.726</b>	<b>5.191.825</b>	<b>7.105.551</b>	<b>7.590.205</b>
<b>Total geral consolidado</b>				<b>2.059.315</b>	<b>12.961.243</b>	<b>15.020.558</b>	<b>14.776.031</b>

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				2020			2019
				Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	50.008	-	50.008	48.529
(-) Custos de transação				(55)	-	(55)	(277)
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>49.953</b>	<b>-</b>	<b>49.953</b>	<b>48.252</b>

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$233.931, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$222.206. As taxas de juros variam entre 2% a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Elétrica Praias de Parajuru.
- (6) Central Elétrica Volta do Rio.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.

- (8) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.
- (10) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (11) Em 02 de fevereiro de 2021, a Cemig GT realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a venda da sua participação acionária na Light. Para mais informações sobre a venda da participação na Light, ver nota explicativa nº32.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

### **Captações de recursos - Gasmig**

Em 10 de setembro de 2020, a Gasmig concluiu a sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$850.000, em série única, com prazo de 11 anos e atualização monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 5,27% ao ano, base 252 dias úteis. A totalidade dos recursos líquidos captados foi destinada à realização, pela Gasmig, na referida data, do resgate antecipado obrigatório total da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, com valor total de R\$850.000, na data de emissão.

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures - 8ª Emissão – Série única	Setembro de 2020	2031	IPCA+5,27%	850.000
(-) Custos de transação				(24.438)
<b>Total de captações</b>				<b>825.562</b>

### **Garantias**

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, é garantido da seguinte forma:

	<b>31/12/2020</b>
Nota promissória, aval e fiança	10.197.166
Aval e Recebíveis	3.453.754
Recebíveis	112.656
Ações	329.911
Sem garantia	927.071
<b>TOTAL</b>	<b>15.020.558</b>

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
<b>Moedas</b>							
Dólar Norte-Americano	60.932	-	-	7.804.752	-	-	7.865.684
<b>Total por moedas</b>	<b>60.932</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.804.752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.865.684</b>
<b>Indexadores</b>							
IPCA (1)	1.043.057	614.759	247.911	340.706	1.138.430	1.478.224	4.863.087
UFIR/RGR (2)	3.414	3.265	2.379	-	-	-	9.058
CDI (3)	911.055	569.535	560.000	270.000	-	-	2.310.590
URTJ/TJLP (4)	52.758	19.968	-	-	-	-	72.726
<b>Total por indexadores</b>	<b>2.010.284</b>	<b>1.207.527</b>	<b>810.290</b>	<b>610.706</b>	<b>1.138.430</b>	<b>1.478.224</b>	<b>7.255.461</b>
(-) Custos de transação	(11.901)	(791)	(772)	(18.415)	(5.302)	(19.792)	(56.973)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	(25.314)	-	-	(25.314)
(-) Deságio	-	-	-	-	(9.150)	(9.150)	(18.300)
<b>Total geral</b>	<b>2.059.315</b>	<b>1.206.736</b>	<b>809.518</b>	<b>8.371.729</b>	<b>1.123.978</b>	<b>1.449.282</b>	<b>15.020.558</b>

Controladora	2021	Total
<b>Indexadores</b>		
CDI (3)	50.008	50.008
<b>Total por indexadores</b>	<b>50.008</b>	<b>50.008</b>
(-) Custos de transação	(55)	(55)
<b>Total geral</b>	<b>49.953</b>	<b>49.953</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2020	Variação % Acumulada em 2019	Indexador	Variação % Acumulada em 2020	Variação % Acumulada em 2019
Dólar Norte-Americano	28,93	4,02	IPCA	4,52	4,31
			CDI	2,77	5,97
			TJLP	(18,31)	(20,20)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>14.771.828</b>	<b>45.081</b>
Empréstimos obtidos	4.510.000	-
Custos de transação	(10.183)	-
Deságio na emissão de títulos	(23.095)	-
Variação monetária	141.782	-
Variação cambial	225.992	-
Encargos financeiros provisionados	1.249.632	2.998
Amortização do custo de transação	37.616	173
Encargos financeiros pagos	(1.264.800)	-
Amortização de financiamentos	(4.883.218)	-
<b>Subtotal</b>	<b>14.755.554</b>	<b>48.252</b>
FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	20.477	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>14.776.031</b>	<b>48.252</b>
Empréstimos oriundos de Combinação de Negócios (1)	10.447	-
<b>Saldo inicial para fins de consolidação</b>	<b>14.786.478</b>	<b>48.252</b>
Empréstimos obtidos	850.000	-
Custos de transação	(24.438)	-
Variação monetária	186.610	-
Variação cambial	1.742.494	-
Encargos financeiros provisionados	1.211.104	1.479
Amortização do custo de transação	15.107	222
Encargos financeiros pagos (2)	(1.211.772)	-
Amortização de principal	(2.531.026)	-
Reclassificação para Outros Credores (3)	(7.030)	-
<b>Subtotal</b>	<b>15.017.527</b>	<b>49.953</b>
FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	3.031	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.020.558</b>	<b>49.953</b>

- (1) Empréstimos provenientes da combinação de negócios resultante da aquisição de controle da Companhia Centroeste de Minas, integralmente liquidado em agosto de 2020.
- (2) O valor do IRRF sobre a remessa de juros ao exterior, no montante de R\$130.296, foi compensado com créditos de PIS/Pasep e Cofins.
- (3) Reclassificação de Grandes Consumidores na Cemig D (CMM e Serra da Fortaleza).

### Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.211.104	1.249.632
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 15 e 18)	(33.335)	(22.735)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>1.177.769</b>	<b>1.226.897</b>

- (1) A taxa média de capitalização foi de 5,39% a.a. em 2020 (6,79% a.a. em 2019).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

## Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissor	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (6)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (3)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida EBITDA/Resultado Financeiro Líquido Dívida Líquida/EBITDA	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,3 Igual ou maior que 2,5 Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	- - - -	Anual Anual Anual Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (4)	EBITDA/Serviço da Dívida Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou maior que 1,3 a partir de 31/12/2020 Igual ou menor que 3,0 a partir de 31/12/2020	- -	Anual Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Parajuru e Volta do Rio (5)	Patrimônio Líquido/Passivo Total Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio) Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	- -	Permanente Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDES/SPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (4) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (5) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.
- (6) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de dezembro de 2020, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$2.012, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras.

## 23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2020	2019
<b>Passivo</b>		
Reserva global de reversão – RGR	27.515	30.494
Conta de desenvolvimento energético – CDE	64.179	58.327
Taxa de fiscalização da Aneel	3.200	2.620
Eficiência energética	264.952	254.595
Pesquisa e desenvolvimento	224.632	199.385
Pesquisa expansão sistema energético	3.776	3.206
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	7.557	6.325
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	7.435	8.353
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	12.976	9.767
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	89.825	16
Outros	4.624	4.624
	<b>736.996</b>	<b>604.037</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>445.807</b>	<b>456.771</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>291.189</b>	<b>147.266</b>

## 24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi deferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A tem a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras**

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

### **Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$472.559 (R\$566.381 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

## Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$540.142 (R\$550.151 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$362.856, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$177.286. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

### Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2020
Valor Presente das Obrigações	13.308.575	3.319.093	64.324	551.135	17.243.127
Valor Justo dos Ativos do Plano	(10.420.081)	-	-	-	(10.420.081)
<b>Passivo Líquido inicial</b>	<b>2.888.494</b>	<b>3.319.093</b>	<b>64.324</b>	<b>551.135</b>	<b>6.823.046</b>
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	20.001	-	-	-	20.001
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>2.908.495</b>	<b>3.319.093</b>	<b>64.324</b>	<b>551.135</b>	<b>6.843.047</b>

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2019
Valor Presente das Obrigações	13.285.833	3.102.178	60.504	573.876	17.022.391
Valor Justo dos Ativos do Plano	(10.366.512)	-	-	-	(10.366.512)
<b>Passivo Líquido inicial</b>	<b>2.919.321</b>	<b>3.102.178</b>	<b>60.504</b>	<b>573.876</b>	<b>6.655.879</b>
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	52.815	-	-	-	52.815
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>2.972.136</b>	<b>3.102.178</b>	<b>60.504</b>	<b>573.876</b>	<b>6.708.694</b>

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018	<b>11.073.328</b>	<b>2.343.799</b>	<b>47.552</b>	<b>427.383</b>	<b>13.892.062</b>
Custo do serviço corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros sobre a obrigação atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
<b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	6.165	290	15	(55)	6.415
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.058.532	575.763	11.311	130.034	2.775.640
Decorrentes de ajustes com base na experiência	83.209	91.155	(434)	(14.295)	159.635
	<b>2.147.906</b>	<b>667.208</b>	<b>10.892</b>	<b>115.684</b>	<b>2.941.690</b>
Benefícios pagos	(899.413)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(1.043.231)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>13.285.833</b>	<b>3.102.178</b>	<b>60.504</b>	<b>573.876</b>	<b>17.022.391</b>
Custo do serviço corrente	1.494	20.987	505	3.691	26.677
Juros sobre a obrigação atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
<b>Perdas (ganhos) atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	134.660	394.768	4.147	-	533.575
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(375.170)	(151.843)	(3.869)	(34.374)	(565.256)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	288.792	(118.782)	1.633	(22.990)	148.653
	<b>48.282</b>	<b>124.143</b>	<b>1.911</b>	<b>(57.364)</b>	<b>116.972</b>
Benefícios pagos	(913.685)	(143.290)	(2.812)	(9.763)	(1.069.550)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13.308.575</b>	<b>3.319.093</b>	<b>64.324</b>	<b>551.135</b>	<b>17.243.127</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018	<b>9.062.611</b>
Retorno real dos investimentos	2.003.879
Contribuições do Empregador	199.435
Benefícios pagos	(899.413)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10.366.512</b>
Retorno real dos investimentos	756.155
Contribuições do Empregador	211.099
Benefícios pagos	(913.685)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.420.081</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2020 e 2019 são como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.494	20.987	505	3.691	26.677
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(682.361)	-	-	-	(682.361)
<b>Estimativa de despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial</b>	<b>205.784</b>	<b>236.062</b>	<b>4.721</b>	<b>44.386</b>	<b>490.953</b>

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	935	14.109	329	2.555	17.928
Juros Sobre a Obrigaçāo Atuarial	963.077	208.235	4.225	38.405	1.213.942
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(767.316)	-	-	-	(767.316)
<b>Estimativa de despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial</b>	<b>196.696</b>	<b>222.344</b>	<b>4.554</b>	<b>40.960</b>	<b>464.554</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
Despesa reconhecida no resultado	196.696	222.344	4.554	40.960	464.554
Contribuições pagas	(199.435)	(131.173)	(2.494)	(10.151)	(343.253)
Ganhos (perdas) atuariais	805.265	667.208	10.892	115.684	1.599.049
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.972.136</b>	<b>3.102.178</b>	<b>60.504</b>	<b>573.876</b>	<b>6.708.694</b>
Despesa reconhecida no resultado	205.784	236.062	4.721	44.386	490.953
Contribuições pagas	(211.099)	(143.290)	(2.812)	(9.763)	(366.964)
Ganhos (perdas) atuariais	(58.326)	124.143	1.911	(57.364)	10.364
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.908.495</b>	<b>3.319.093</b>	<b>64.324</b>	<b>551.135</b>	<b>6.843.047</b>
				31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante				304.551	287.538
Passivo Não Circulante				6.538.496	6.421.156

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
Despesa reconhecida no resultado	32.589	12.255	303	1.649	46.796
Contribuições pagas	(9.812)	(8.588)	(168)	(406)	(18.974)
Ganhos (perdas) atuariais	123.661	47.926	1.504	3.144	176.235
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>503.792</b>	<b>183.781</b>	<b>4.837</b>	<b>21.098</b>	<b>713.508</b>
Despesa reconhecida no resultado	34.794	13.376	360	1.580	50.110
Contribuições pagas	(10.385)	(8.997)	(176)	(317)	(19.875)
Ganhos (perdas) atuariais	(15.264)	12.920	(339)	(2.280)	(4.963)
<b>Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>512.937</b>	<b>201.080</b>	<b>4.682</b>	<b>20.081</b>	<b>738.780</b>
				31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				25.062	23.747
Passivo não circulante				713.718	689.761

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$438.245 (R\$408.464 em 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$52.708 (R\$56.090 em 2019).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2021 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.800	21.048	506	3.245	26.599
Juros Sobre a Obrigaçāo Atuarial	883.788	231.050	4.554	39.303	1.158.695
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(685.058)	-	-	-	(685.058)
<b>Estimativa da despesa total em 2021 conforme laudo atuarial</b>	<b>200.530</b>	<b>252.098</b>	<b>5.060</b>	<b>42.548</b>	<b>500.236</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2021 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	928.497	171.735	2.987	17.793	1.121.012

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2021 no montante de R\$221.079 para amortização de déficit do Plano A e de R\$81.133 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
11,58	12,81	13,8	15,01	18,66

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2020	2019
Ações	9,25%	9,51%
Títulos de Renda Fixa	72,17%	72,28%
Imóveis	3,71%	3,79%
Outros	14,87%	14,42%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2020	2019	2018
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	338.431	398.652	379.786
Ações emitidas pela Companhia	4.328	23.852	34.947
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	285.293	502.751	662.429
	<b>628.052</b>	<b>925.255</b>	<b>1.077.162</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2020			2019		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,83%	7,14%	7,25%	6,87%	7,09%	7,19%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	6,83%	Não aplicável	Não aplicável	6,87%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,32%	3,32%	3,32%	3,61%	3,61%	3,61%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,32%	Não aplicável	4,56%	3,61%	Não aplicável	4,85%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1%	-	-	1%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	336.386	79.475	1.328	(15.226)	401.963
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(337.866)	(79.948)	(1.341)	16.183	(402.972)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.512.761	482.913	10.160	110.852	2.116.686

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## 25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

## Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações / Estornos (1)	Saldos oriundos da combinação de negócios (2)	31/12/2020
Trabalhistas	497.320	106.594	(60.267)	(116.132)	-	427.515
Cíveis						
Relações de consumo	18.314	21.806	(45)	(17.986)	-	22.089
Outras ações cíveis	17.767	21.361	-	(6.633)	-	32.495
	<b>36.081</b>	<b>43.167</b>	<b>(45)</b>	<b>(24.619)</b>	-	<b>54.584</b>
Tributárias	1.260.441	113.312	(38.625)	(40.841)	-	1.294.287
Regulatórias	36.789	16.473	(857)	(745)	-	51.660
Outras	57.433	13.424	(7.364)	(2.233)	3.131	64.391
<b>Total</b>	<b>1.888.064</b>	<b>292.970</b>	<b>(107.158)</b>	<b>(184.570)</b>	<b>3.131</b>	<b>1.892.437</b>

- (1) Inclui os valores das provisões para contingências referentes ao aproveitamento de créditos de ICMS revertidos em contrapartida à conta de tributos a recuperar, no montante de R\$38.740, em razão do trânsito em julgado a favor da controlada Gasmig, em 09 de junho de 2020.  
 (2) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Centroeste, que passou a ser consolidada a partir do primeiro trimestre de 2020. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 16 – Investimentos.

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	456.889	179.913	(43.766)	(95.716)	497.320
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	20.642	(795)	(20.409)	18.314
Outras ações cíveis	29.011	16.119	(12.286)	(15.077)	17.767
	<b>47.887</b>	<b>36.761</b>	<b>(13.081)</b>	<b>(35.486)</b>	<b>36.081</b>
Tributárias	51.894	1.236.419	(8.314)	(19.558)	1.260.441
Regulatórias	36.691	2.368	(590)	(1.680)	36.789
Outras	47.310	13.752	(2.519)	(1.110)	57.433
<b>Total</b>	<b>640.671</b>	<b>1.469.213</b>	<b>(68.270)</b>	<b>(153.550)</b>	<b>1.888.064</b>

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	42.178	17.226	(14.004)	(17.248)	28.152
Cíveis					
Relações de consumo	547	398	(1)	(394)	550
Outras ações cíveis	1.256	2.198	-	(276)	3.178
	<b>1.803</b>	<b>2.596</b>	<b>(1)</b>	<b>(670)</b>	<b>3.728</b>
Tributárias	161.413	10.794	(819)	(764)	170.624
Regulatórias	17.211	1.482	(84)	(3)	18.606
Outras	822	523	-	(70)	1.275
<b>Total</b>	<b>223.427</b>	<b>32.621</b>	<b>(14.908)</b>	<b>(18.755)</b>	<b>222.385</b>

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2019
Trabalhistas	32.807	17.663	(2.266)	(6.026)	42.178
Cíveis					
Relações de consumo	931	267	(390)	(261)	547
Outras ações cíveis	759	1.041	(531)	(13)	1.256
	<b>1.690</b>	<b>1.308</b>	<b>(921)</b>	<b>(274)</b>	<b>1.803</b>
Tributárias	11.269	178.351	(6.816)	(21.391)	161.413
Regulatórias	17.180	476	(175)	(270)	17.211
Outras	1.258	179	(615)	-	822
<b>Total</b>	<b>64.204</b>	<b>197.977</b>	<b>(10.793)</b>	<b>(27.961)</b>	<b>223.427</b>

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.386.147 (R\$1.678.903 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$427.515 foram provisionados (R\$497.320 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

*Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e

- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

### Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$142.481 (R\$67.771 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$22.089 (R\$18.314 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$359.122 (R\$299.921 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$32.495 (R\$17.767 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$166.348 (R\$203.872 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$13.505 (R\$42.999 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$84.525 (R\$78.883 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$3.844 foram provisionados (R\$4.002 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

### *Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.520.054 (R\$1.450.963 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.275.808 (R\$1.213.440 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$202.975 (R\$160.277 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.130 foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$345.475 (R\$280.293 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$51.660 (R\$36.789 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$46.312 (R\$40.762 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

### *Projeto Luz para todos*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$356.236 (R\$321.567 em 31 de dezembro de 2019) dos quais R\$687 (R\$4.002 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### *Outras Ações*

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$621.398 (R\$451.941 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$17.392 foram provisionados (R\$12.614 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## **Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do anuênio*

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuêniros futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$285.836 (R\$282.071 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$294.613 (R\$289.086 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é, aproximadamente, R\$110.436 (R\$112.311 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

### *Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária*

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$234.113 (R\$229.906 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$425.023 (R\$400.075 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### *Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS*

Entre dezembro de 2019 e março de 2020, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou quatro autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$55.204, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco.

Os autos são compostos de R\$17.047 de principal, R\$27.465 de multas e R\$10.692 de juros. Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$107.000.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.072.398 (R\$959.269 em 31 de dezembro de 2019), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$376.228 (R\$343.469 em 31 de dezembro de 2019). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

#### Majoração tarifária

##### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$356.907 (R\$326.719 em 31 de dezembro de 2019). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

## Questões Ambientais

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma estadual que impõe à concessionária de energia elétrica o investimento de parcela da receita adquirida em proteção e preservação de recursos hídricos é inconstitucional por caracterizar intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União. Em decorrência desta decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda para remota. O montante envolvido na discussão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$186.064 (R\$165.299 em 31 de dezembro de 2019).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$105.552 (R\$95.215 em 31 de dezembro de 2019).

## Outros Passivos Contingentes

### *Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar*

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$448.066 (R\$425.927 em 31 de dezembro de 2019) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

### *Desequilibrio Contratual*

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$167.168 (R\$148.904 em 31 de dezembro de 2019). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

### *IDPJ Renova*

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$76.005 em 31 de dezembro de 2020 e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$7.593.763 (R\$7.293.763 em 31 de dezembro de 2019), representado por 507.670.289 ações ordinárias e 1.011.082.312 preferenciais (487.614.213 e 971.138.388 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente), ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2020					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	258.738.711	51	11.788	-	258.750.499	17
Outras Entidades do Estado	20.713	-	7.442.037	1	7.462.750	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	114.172.677	22	43.975.272	4	158.147.949	10
BNDES Participações	56.578.175	11	27.299.432	3	83.877.607	6
BlackRock	-	-	153.689.970	15	153.689.970	10
Outros						
No País	55.717.246	11	212.704.725	21	268.421.971	18
No Exterior	22.442.767	5	565.959.088	56	588.401.855	39
<b>Total</b>	<b>507.670.289</b>	<b>100</b>	<b>1.011.082.312</b>	<b>100</b>	<b>1.518.752.601</b>	<b>100</b>

Acionistas	Quantidade de Ações em 2019					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	248.516.953	51	11.323	-	248.528.276	17
Outras Entidades do Estado	19.896	-	1.411.276	-	1.431.172	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	48.700.000	10	55.133.744	6	103.833.744	7
BNDES Participações	54.342.992	11	26.220.938	3	80.563.930	6
Outros						
No País	101.170.317	21	328.982.856	34	430.153.173	29
No Exterior	34.864.055	7	559.378.251	57	594.242.306	41
<b>Total</b>	<b>487.614.213</b>	<b>100</b>	<b>971.138.388</b>	<b>100</b>	<b>1.458.752.601</b>	<b>100</b>

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

## Aumento de Capital

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 31 de julho de 2020, aprovou a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgada nas demonstrações financeiras de 2019, incluindo o aumento do capital social de R\$7.293.763 para R\$7.593.763, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$536.646.

O aumento do capital social foi realizado com emissão de 60.000.000 novas ações, sendo 20.056.076 ações ordinárias e 39.943.924 ações preferenciais, mediante a capitalização de R\$300.000 provenientes da reserva de lucros, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 4,11%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e valor nominal de R\$5,00.

### b) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue, sendo que as informações comparativas de 2019 são ajustadas retrospectivamente para refletir o aumento de capital:

	Quantidade de ações	
	2020	2019
Ações ordinárias já capitalizadas	507.670.289	507.670.289
Ações em tesouraria	(71)	(71)
<b>Total ações ordinárias</b>	<b>507.670.218</b>	<b>507.670.218</b>
Ações preferenciais já capitalizadas	1.011.082.312	1.011.082.312
Ações em tesouraria	(583.709)	(583.709)
<b>Total ações preferenciais</b>	<b>1.010.498.603</b>	<b>1.010.498.603</b>
<b>Total</b>	<b>1.518.168.821</b>	<b>1.518.168.821</b>

### Lucro básico e diluído por ação

As ações preferenciais da Companhia têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito no item “e”.

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 32 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.864.110</b>	<b>3.193.678</b>
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	986.516	508.639
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	919.835	1.617.073
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	1.906.351	2.125.712
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	495.630	255.542
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	462.129	812.424
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	957.759	1.067.966
<b>Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)</b>	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)</b>	<b>1,89</b>	<b>2,10</b>

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas</b>	<b>2.864.110</b>	<b>3.193.678</b>
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade	986.516	508.639
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações preferenciais	919.835	1.617.073
Total do lucro para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade (A.1)	1.906.351	2.125.712
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade	495.630	255.542
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações ordinárias	462.129	812.424
Total do lucro para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade (B.1)	957.759	1.067.966
<b>Lucro básico e diluído por ações preferenciais – operações em continuidade (A.1/número de ações)</b>	<b>1,89</b>	<b>1,95</b>
<b>Lucro básico e diluído por ações ordinárias – operações em continuidade (B.1/número de ações)</b>	<b>1,89</b>	<b>1,95</b>

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2020 e 2019 foram de R\$1,89 e R\$2,10, respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em 31 de dezembro de 2020, ajustando-se o lucro por ação comparativo de 2019.

### c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2020	2019
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(340.327)	(343.602)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(2.660.312)	(2.650.198)
Custo atribuído de imobilizado	569.429	586.379
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	(575)	139
	<b>(2.091.096)</b>	<b>(2.063.318)</b>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>(2.431.423)</b>	<b>(2.406.920)</b>

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

#### d) Reservas

##### Reservas de Capital

	2020	2019
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	<u>2.249.721</u>	<u>2.249.721</u>

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

##### Reservas de Lucros

	2020	2019 (reapresentado)
Reserva legal	995.332	853.018
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	6.650.741	5.500.330
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	102.868	85.039
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído	1.419.846	1.419.846
	<u>10.060.605</u>	<u>8.750.051</u>

##### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

##### Reserva Estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

### Reserva de Retenção de Lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

### Reserva de Lucros a Realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2020, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$2.704.326, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$505.541, conforme descrito em maiores detalhes na letra “f” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2019 e a nova constituição de reserva em 2020 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

### Reserva de Incentivos Fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$17.829 (R\$18.256 em 31 de dezembro de 2019), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2020 alcança o montante de R\$102.868 (R\$85.039 em 31 de dezembro de 2019). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

### Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

	2020
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	<b>1.419.846</b>

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Administração da Companhia, face às incertezas presentes no cenário macroeconômico atual e as exigilidades de caixa previstas para o próximo exercício, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

#### e) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir.

#### f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

#### *Cálculo dos dividendos mínimos propostos*

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais</b>		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	5.055.412	4.855.692
	<b>5.055.412</b>	<b>4.855.692</b>
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<b>505.541</b>	<b>485.569</b>
Valor do patrimônio líquido	17.472.666	15.886.615
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	11.629.806	<b>10.574.131</b>
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<b>348.894</b>	<b>317.224</b>
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	<b>505.541</b>	<b>485.569</b>
<b>Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício</b>		
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	2.864.110	3.127.398
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<b>1.432.055</b>	<b>1.563.699</b>
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2019	834.603	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	50.091	35.085
	<b>1.482.146</b>	<b>764.181</b>
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	553.488	400.000
Dividendos ordinários	928.658	364.181
	<b>1.482.146</b>	<b>764.181</b>
<b>Total dos dividendos para ações preferenciais</b>	<b>986.516</b>	<b>508.639</b>
<b>Total dos dividendos para ações ordinárias</b>	<b>495.630</b>	<b>255.542</b>
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	0,98	0,52
Dividendos propostos - ON	0,98	0,52
Dividendos propostos – PN	0,98	0,52

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>863.703</b>	<b>861.420</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	764.181	764.181
Dividendos propostos – Participação de não controladores	727	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(35.085)	(35.085)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 11)	(147.798)	(147.798)
Dividendos pagos	(701.137)	(700.199)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>744.591</b>	<b>742.519</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	1.482.146	1.482.146
Dividendos propostos – Participação de não controladores	579	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(50.091)	(50.091)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 11)	(130.244)	(130.244)
Dividendos pagos	(598.135)	(597.385)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.448.846</b>	<b>1.446.945</b>

### Destinação do Resultado de 2020 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2021, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2020, no montante de R\$2.864.110, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$16.950, do ajuste de exercícios anteriores, no montante de R\$211.640 e da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603, seja dada a seguinte destinação:

- R\$142.314 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$1.482.146 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2021 e a segunda até 30 de dezembro de 2021, conforme segue:
  - R\$553.488 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 22 de setembro de 2020 e 23 de dezembro de 2020;
  - R\$928.658 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$1.450.411 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2021 conforme orçamento de capital;
- R\$17.829 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2019 e a nova constituição de reserva em 2020 de mesmo valor.

### **g) Aumento de Capital – Proposta da Administração**

Considerando que, em 31 de dezembro de 2020, as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, excedem o capital social em R\$1.529.371, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social de R\$7.593.763 para R\$8.466.810, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, a ser realizado através da capitalização do saldo de R\$873.047 da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

## 27. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	26.432.081	26.927.559
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	3.021.614	2.722.444
CVA e outros componentes financeiros (c)	454.741	57.988
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	266.320	-
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção (d)	279.263	351.837
Receita de construção de transmissão (d)	201.451	311.759
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	438.393	327.995
Receita de construção de distribuição	1.434.823	979.308
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	15.464	17.839
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	347.057	318.266
Liquidão na CCEE (g)	153.762	431.994
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	234.347	-
Fornecimento de gás	2.011.084	2.298.114
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(50.532)	(57.897)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS (nota 9)	-	1.427.786
Outras receitas operacionais (i)	1.709.486	1.723.059
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (j)	(11.721.729)	(12.351.078)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25.227.625</b>	<b>25.486.973</b>

(1) Maiores informações na nota explicativa nº 9a destas demonstrações financeiras.

### a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

São receitas reconhecidas pela entrega de energia elétrica, com base nas tarifas especificadas nos termos contratuais, homologadas pelo órgão regulador, ou vigentes no mercado, à medida do faturamento. A receita referente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês é estimada com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período.

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Residencial	10.980.626	10.538.342	9.875.239	9.668.228
Industrial	12.731.167	14.873.005	4.170.940	4.759.705
Comércio, serviços e outros	8.571.078	9.335.454	4.978.987	5.438.774
Rural	3.766.186	3.795.197	2.189.786	2.058.354
Poder público	713.984	904.879	522.319	653.551
Illuminação pública	1.242.760	1.357.293	550.376	614.318
Serviço público	1.362.402	1.371.992	721.488	724.904
Subtotal	<b>39.368.203</b>	<b>42.176.162</b>	<b>23.009.135</b>	<b>23.917.834</b>
Consumo Próprio	34.089	37.827	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	8.867	133.930
	<b>39.402.292</b>	<b>42.213.989</b>	<b>23.018.002</b>	<b>24.051.764</b>
Suprimento a outras concessionárias (2)	13.906.848	11.919.773	3.363.012	2.942.687
Suprimento não faturado líquido	-	-	51.067	(66.892)
Total	<b>53.309.140</b>	<b>54.133.762</b>	<b>26.432.081</b>	<b>26.927.559</b>

(2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

### b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”), definida pelo órgão regulador. O total da energia transportada, em MWh está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (1)	
	2020	2019
Industrial	18.612.418	17.723.153
Comercial	1.299.871	1.319.934
Rural	31.835	17.226
Concessionárias	315.142	341.427
Total	<b>20.259.266</b>	<b>19.401.740</b>

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

### c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

#### d) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executadas, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	2020	2019
Receita de construção e melhorias	201.451	311.759
Custo de construção e melhorias	(146.652)	(220.390)
Margem	54.799	91.369
<b>Mark-up (%)</b>	<b>37,37%</b>	<b>41,46%</b>
Receita de operação e manutenção	279.263	351.837
Custo de operação e manutenção	(223.215)	(387.628)
Margem	56.048	(35.791)
<b>Mark-up (%) (1)</b>	<b>25,11%</b>	<b>(9,23%)</b>

(1) A margem negativa apurada em 2019 para a obrigação de performance de operação e manutenção decorre do reconhecimento não recorrente de contingências tributárias, no montante de R\$134.843.

#### e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

#### f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14 destas demonstrações financeiras.

**g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

**h) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes**

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

**i) Outras Receitas Operacionais**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviço taxado	10.821	17.351
Prestações de serviços	138.935	183.292
Subvenções (1)	1.395.247	1.266.021
Aluguel e arrendamento	164.009	188.887
Ressarcimentos contratuais (2)	-	64.640
Outras	474	2.868
	<b>1.709.486</b>	<b>1.723.059</b>

(1) Inclui receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o decreto nº 7.891/2013, no montante de R\$1.035.617 em 2020 (R\$1.079.262 em 2019), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$46.764 em 2020, reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT.

(2) Ressarcimento pela suspensão de fornecimentos de energia – Renova.

### j) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2020	2019 (reapresentado)
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	6.097.534	6.357.695
COFINS	2.214.062	2.407.988
PIS-PASEP	480.903	523.941
Outros	6.124	8.061
	<b>8.798.623</b>	<b>9.297.685</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva global de reversão – RGR	15.962	16.007
Programa de eficiência energética – PEE	72.631	68.584
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.442.553	2.448.472
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	42.774	40.662
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	42.774	40.662
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	21.387	20.331
Encargos do consumidor – PROINFA	38.532	52.042
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	34.613	29.555
Compensação financeira utilização recursos hidrícos	62.461	43.010
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	149.419	294.004
Outros	-	64
	<b>2.923.106</b>	<b>3.053.393</b>
	<b>11.721.729</b>	<b>12.351.078</b>

## 28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019
Pessoal (a)	1.276.076	1.271.518	15.961	26.768
Participação dos empregados e administradores no resultado	141.847	263.008	13.756	17.426
Obrigações pós-emprego (nota 24)	438.245	408.464	47.518	44.036
Materiais	79.077	91.138	190	3.396
Serviços de terceiros (b)	1.264.788	1.238.550	26.126	36.569
Energia elétrica comprada para revenda (c)	12.111.489	11.286.174	-	-
Depreciação e amortização (1)	989.053	958.234	2.954	4.525
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	423.286	2.401.106	54.910	188.461
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.747.811	1.426.278	-	-
Gás comprado para revenda	1.083.089	1.435.728	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	1.581.475	1.199.698	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	295.635	495.357	9.043	6.079
	<b>21.431.871</b>	<b>22.475.253</b>	<b>170.458</b>	<b>327.260</b>

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$1.929 no consolidado e R\$122 na controladora.

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 32 destas demonstrações financeiras.

### a) Pessoal

#### Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação. O custo total para o programa corresponde a R\$58.850, representando a adesão de 396 empregados. Em março de 2019, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$21.491 (155 empregados).

### b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	126.970	127.947	-	-
Comunicação	70.830	68.552	362	2.171
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	442.837	403.690	18	29
Conservação e limpeza de prédios	107.791	109.598	134	248
Mão de obra contratada	9.307	16.912	34	15
Frete e passagens	1.651	6.958	329	1.216
Hospedagem e alimentação	8.545	13.970	109	198
Vigilância	18.987	17.989	-	-
Consultoria	40.541	23.822	17.079	8.327
Manutenção/conservação de móveis utensílios	5.640	5.381	24	15
Tecnologia da informação	80.497	63.026	1.748	1.313
Manutenção e conservação de veículos	2.240	2.944	-	3
Corte e religação	39.107	70.366	-	-
Meio ambiente	9.627	13.853	-	-
Serviços advocatícios	21.283	27.850	1.117	1.616
Poda de árvores	47.600	45.991	-	-
Limpeza de faixa	74.961	61.342	-	-
Reprografia e publicações legais	16.783	21.473	303	428
Inspeção de unidades consumidoras	35.162	14.124	-	-
Outras despesas	104.429	122.762	4.869	20.990
	<b>1.264.788</b>	<b>1.238.550</b>	<b>26.126</b>	<b>36.569</b>

### c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2020	2019
Energia de Itaipu Binacional	1.990.221	1.429.355
Contratos por cotas de garantia física	780.025	714.957
Cotas das usinas de Angra I e II	302.969	269.173
Energia de curto prazo	1.496.785	1.886.472
PROINFA	317.588	375.442
Contratos bilaterais	333.676	310.979
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.334.408	3.021.012
Energia adquirida no ambiente livre	3.976.906	4.097.596
Geração distribuída	678.113	206.863
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.099.202)	(1.025.675)
	<b>12.111.489</b>	<b>11.286.174</b>

#### d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 8) (1)	146.705	237.733	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (2)	94	10.706	(164)	1.277
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas (3) (nota 30)	37.361	688.031	37.361	-
Provisão (reversão) para Contingências (4) (nota 25)				
Trabalhistas	46.327	136.147	3.222	15.397
Cíveis	43.122	23.680	2.595	387
Tributárias (5)	74.687	1.228.105	9.975	171.535
Outras	21.676	13.011	1.921	(135)
	<b>185.812</b>	<b>1.400.943</b>	<b>17.713</b>	<b>187.184</b>
	<b>369.972</b>	<b>2.337.413</b>	<b>54.910</b>	<b>188.461</b>
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	53.314	63.693	-	-
	<b>53.314</b>	<b>63.693</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>423.286</b>	<b>2.401.106</b>	<b>54.910</b>	<b>188.461</b>

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.  
 (2) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.  
 (3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.  
 (4) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.  
 (5) A provisão constituída em 2019 decorre da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 25.

#### e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal e administradores	82.620	85.469
Materiais	774.823	595.244
Serviços de terceiros	598.121	421.430
Outros	125.911	97.555
	<b>1.581.475</b>	<b>1.199.698</b>

#### f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019
Arrendamentos e aluguéis	10.689	19.572	631	2.156
Propaganda e publicidade	6.642	8.655	442	583
Consumo próprio de energia elétrica	24.399	20.582	-	-
Subvenções e doações	21.748	40.103	-	-
Concessão onerosa	2.801	2.958	-	-
Seguros	24.995	12.222	2.989	1.865
Anuidade CCEE	5.709	6.115	1	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	81.137	88.296	157	529
Forluz – custeio administrativo	29.955	30.086	1.474	1.460
Agentes arrecadadores	85.712	87.792	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (1)	9.289	32.088	-	-
Impostos e taxas	7.306	10.347	1.129	895
Outras despesas (receitas) (2)	(14.747)	136.541	2.220	(1.410)
	<b>295.635</b>	<b>495.357</b>	<b>9.043</b>	<b>6.079</b>

- (1) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$119 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$41 milhões (R\$32 milhões em 31 de dezembro de 2019).  
 (2) Inclui a redução ao valor recuperável do ativo intangível relativo à mais valia da concessão da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684.

## 29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicação financeira	95.246	102.440	4.538	11.769
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	398.940	361.044	-	-
Variação monetária	42.323	29.623	14.147	2
Variação monetária – CVA (nota 14)	31.949	105.402	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	52.824	49.702	9.243	17.525
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(96.464)	(128.033)	(64.756)	(64.166)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 32)	1.752.688	997.858	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	30.300	47.654	27.459	59
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 9)	41.694	1.580.463	5.380	306.082
Outras	95.905	60.697	1.935	1.482
	<b>2.445.405</b>	<b>3.206.850</b>	<b>(2.054)</b>	<b>272.753</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 22)	(1.177.769)	(1.226.897)	(1.479)	(2.998)
Amortização do custo de transação (nota 22)	(15.107)	(37.616)	(222)	(173)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(1.742.494)	(225.992)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(46.777)	(13.054)	-	-
Variação monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 22)	(186.610)	(141.782)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(9.165)	(2.912)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 24)	(52.708)	(56.090)	(2.592)	(2.760)
Variação monetária de arrendamento (nota 19)	(26.995)	(33.834)	(292)	(485)
Despesas financeiras de P&D e PEE	(21.452)	(23.598)	(24)	-
Outras	(71.787)	(84.798)	67	(20.274)
	<b>(3.350.864)</b>	<b>(1.846.573)</b>	<b>(4.542)</b>	<b>(26.690)</b>
<b>RESULTADO FINANCIERO LÍQUIDO</b>	<b>(905.459)</b>	<b>1.360.277</b>	<b>(6.596)</b>	<b>246.063</b>

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Controlador</b>								
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e revendedores (1)	334.824	345.929	-	-	127.385	166.263	-	-
<b>Não circulante</b>								
Contas a receber - AFAC (2)	11.614	115.202	-	-	26.656	17.448	-	-
<b>Coligada (3)</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	2.173	5.745	92.054	57.860	34.803	67.648	(1.200.019)	(729.647)
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	14.297	13.622	42.134	39.623	(174.426)	(165.595)
Prestação de serviços (5)	323	626	-	-	4.823	7.195	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	114.430	103.033	-	-	-	-	-	-
Contingência (6)	-	-	41.376	32.088	-	-	(9.289)	(32.088)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	922	924	166	-	(8.410)	(7.958)
Prestação de Serviços (5)	211	-	-	-	775	1.021	-	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	130	-	25.154	24.459	28.113	21.566	(265.330)	(227.625)
Adiantamento de entrega futura de energia (7)	-	40.081	-	-	-	-	-	-
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.646	1.541	-	-	(22.521)	(21.011)
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.728	1.387	-	-	(25.777)	(18.698)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.680	-	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	144	567	5.348	4.916	(4.785)	(5.210)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	6.474	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Cachoeirão</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	1.767	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.536	-	-	-	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica	-	-	-	-	-	-	4.447	(7.070)
<b>Não circulante</b>								
Contas a receber (8)	-	-	-	-	-	-	93.708	-
Mútuo partes relacionadas (9)	-	16.559	-	6.418	-	58	(37.361)	-
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	5.511	6.213	100	1.311	67.102	97.560	(2.204)	(9.110)
Juros sobre capital próprio e dividendos	71.206	72.737	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	8.128	8.523	164	-	(99.644)	(96.347)
Prestação de serviços (5)	289	170	-	-	979	594	-	-
<b>Hidrelétrica Itaocara</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (10)	-	-	29.615	21.810	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Axxiom</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de serviços (11)	-	-	3.782	3.306	134	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	171.372	36.434	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.355.688	742.561	-	-	32.855	7.947	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (nota 22)	-	(3.031)	-	-	-	-	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	754.555	1.825	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (12)	-	-	158.671	144.828	-	-	(205.784)	(196.696)
Contribuições para suplementação de Aposentadoria - plano de contribuição definitiva (13)	-	-	-	-	-	-	(77.439)	(77.530)
Custeio administrativo (14)	-	-	-	-	-	-	(29.954)	(30.085)
Arrendamento operacional (15)	166.926	178.504	21.754	35.458	-	-	(2.408)	(55.212)
<b>Não circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (12)	-	-	2.749.824	2.827.308	-	-	-	-
Arrendamento operacional (15)	-	-	156.207	149.415	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (16)	-	-	154.152	140.830	-	-	(240.783)	(226.898)
<b>Não circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (16)	-	-	3.229.265	3.021.852	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 encontravam-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D protocolou requerimento na Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para adesão aos termos da Lei Estadual 23.510/2020 no intuito de compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia. Nesse momento, a Secretaria de Estado de Fazenda está validando as faturas apresentadas para autorizar a compensação de créditos ainda não efetivada. Sendo assim, a Companhia reverteu R\$209.935 que estavam provisionadas na forma de PECLD;
- (2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11 destas demonstrações financeiras;
- (3) Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 16);
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$119 milhões (R\$98 milhões em 31 de dezembro de 2019), cabendo à Cemig o valor de R\$41 milhões (R\$32 milhões em 31 de dezembro de 2019).
- (7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregou a energia contratada à Cemig até 31/12/2020, com início em 01/01/2020. Não houve previsão de atualização financeira para o contrato;
- (8) Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 (b), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Cemig GT contra a investida, no montante total de R\$688 milhões;
- (9) Em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020 foram celebrados contratos de mútuo pós-consursal, denominados "DIP", "DIP 2" e "DIP 3", entre a Companhia e a investida Renova Energia S.A., que está em recuperação judicial, nos montantes de R\$10 milhões, R\$6,5 milhões e R\$20 milhões, respectivamente. Os contratos preveem juros correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI acrescidos de sobretaxa ao ano, pro rata die (base 252 dias úteis), de 1,083% para o contrato "DIP", 2,5% para o contrato "DIP 2" e 1,5% para o contrato "DIP 3" até a data do respectivo pagamento integral. A Companhia reconheceu a perda no valor recuperável desses créditos a receber da Renova no montante total do empréstimo concedido, de R\$37.361, no segundo trimestre de 2020. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 16 (c) destas demonstrações financeiras;
- (10) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras);
- (11) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- (12) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras);
- (13) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (14) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;

- (15) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro 2020 e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz e em novembro de 2020, ao término do contrato, a Cemig optou por não realizar a renovação contratual e, portanto, desocupou totalmente as instalações do edifício Aureliano Chaves;
- (16) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 24 destas demonstrações financeiras).

### Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Cemig GT	-	-	891.998	781.769
Cemig D	-	-	309.434	822.183
Gasmig	-	-	-	46.578
Light	71.206	72.737	71.206	72.737
Aliança Geração	114.430	103.033	-	-
Outras	2.691	10.228	240	3.628
	<b>188.327</b>	<b>185.998</b>	<b>1.272.878</b>	<b>1.726.895</b>

### Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas demonstrações financeiras, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/12/2020	Vencimento
Norte Energia (NES) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.600.829	2042
Light	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (2)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	445.458	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.022.883	2034
Norte Energia (NES)	Coligada	Fiança	Debêntures	67.114	2030
				<b>4.819.899</b>	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2020.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019
Remuneração	26.584	24.768
Participação nos resultados	8.528	5.648
Previdência privada	1.488	1.420
Planos de saúde e odontológico	139	172
<b>Total</b>	<b>36.739</b>	<b>32.008</b>

## 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019 (reapresentado)		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado (1)</b>						
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	1.213.875	1.213.875	102.109	102.109	
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.534.044	4.534.044	4.600.605	4.600.605	
Fundos vinculados	2	63.674	63.674	12.337	12.337	
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	11.614	11.614	115.202	115.202	
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	132.681	132.681	881.614	881.614	
Reembolso de subsídios tarifários	2	88.349	88.349	96.776	96.776	
Subvenção baixa renda	2	43.072	43.072	29.582	29.582	
Depósitos vinculados a litígios	2	1.055.797	1.055.797	2.540.239	2.540.239	
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.549.198	2.549.198	2.468.216	2.468.216	
		<b>9.692.304</b>	<b>9.692.304</b>	<b>10.846.680</b>	<b>10.846.680</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		1.587.337	1.587.337	326.352	326.352	
<b>Títulos e valores mobiliários</b>						
Certificados de depósitos bancários	2	545.366	545.366	267	267	
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	730.806	730.806	94.184	94.184	
Letras financeiras – Bancos	2	1.635.016	1.635.016	557.018	557.018	
Debêntures	2	-	-	103	103	
		<b>4.498.525</b>	<b>4.498.525</b>	<b>977.924</b>	<b>977.924</b>	
<b>Instrumentos financeiros derivativos (Swap)</b>						
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	2.987	2.987	2.614	2.614	
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	559.241	559.241	483.374	483.374	
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202	
		<b>8.825.885</b>	<b>8.825.885</b>	<b>3.971.058</b>	<b>3.971.058</b>	
		<b>18.518.189</b>	<b>18.518.189</b>	<b>14.817.738</b>	<b>14.817.738</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado (1)</b>						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(15.020.558)	(15.020.558)	(14.776.031)	(14.776.031)	
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(472.559)	(472.559)	(566.381)	(566.381)	
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(540.142)	(540.142)	(550.151)	(550.151)	
Concessões a pagar	3	(23.476)	(23.476)	(19.692)	(19.692)	
Fornecedores	2	(2.358.320)	(2.358.320)	(2.079.891)	(2.079.891)	
Operações de arrendamento mercantil	2	(226.503)	(226.503)	(287.747)	(287.747)	
Passivos financeiros setoriais	2	(231.322)	(231.322)	-	-	
		<b>(18.872.880)</b>	<b>(18.872.880)</b>	<b>(18.279.893)</b>	<b>(18.279.893)</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Opções de venda (SAAG)	3	(536.155)	(536.155)	(482.841)	(482.841)	
		<b>(19.409.035)</b>	<b>(19.409.035)</b>	<b>(18.762.734)</b>	<b>(18.762.734)</b>	

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precisar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 16 destas demonstrações financeiras.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da Ativas e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de swap foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 133,82% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 8,07%, CDI + 0,16% a CDI + 0,97%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

#### b) Instrumentos financeiros – derivativos

##### Opções de venda

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo em aberto das opções da Companhia são como segue:

Consolidado	2020	2019
Opções de venda – SAAG	536.155	482.841
Opções de venda – Ativas e Sonda	(2.987)	(2.614)
	<b>533.168</b>	<b>480.227</b>

##### Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$536.155, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<hr/> 482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<hr/> 536.155

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

#### **Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda**

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020, sendo que a liquidação deveria ocorrer em até 15 dias contados a partir das manifestações.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo. A administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

## Opções de vendas Ativas e Sonda

A Cemig (como sucessora da Cemig Telecom) e a Sonda Procwork Outsourcing Informática são signatárias do Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda), por meio do qual a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra) relativa às ações da coligada Ativas Datacenter S.A. (“Ativas”). O preço de exercício da opção de venda e da opção de compra é equivalente a 15 (quinze) vezes e 17 (dezessete) vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício, respectivamente. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2020, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2020, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício entre 1º de janeiro de 2021 até 31 de março de 2021, sendo essa a primeira oportunidade para exercício da opção, assim se repetindo nos anos subsequentes, no mesmo período, uma vez que a opção confere à Cemig o direito de exigir a compra, pela Sonda, de sua participação na Ativas, a partir de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis.

## Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$1.752.688 (ajuste positivo de R\$997.858 em 31 de dezembro de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Direito da Companhia (1)	Obrigaçao da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 2020	Valor justo 2020	Valor conforme contrato 2019	Valor justo 2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.772.477	2.110.490	813.534	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	587.945	838.440	108.532	455.842
<b>Ativo circulante</b>					<b>2.360.422</b>	<b>2.948.930</b>	<b>922.066</b>	<b>1.690.944</b>
<b>Ativo não circulante</b>					<b>522.579</b>			<b>234.766</b>
					<b>2.426.351</b>			<b>1.456.178</b>

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. O instrumento derivativo contratado pela Companhia possui teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para especificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.948.930 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2020, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020 (R\$922.066 em 31 de dezembro de 2019).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2021, seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$1.707.842 referente à opção (call spread) e R\$1.097.590 referentes ao swap, totalizando R\$2.805.432.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 31/12/2020	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.996.487	6.616.145	5.866.365	5.147.485
Swap ponta passiva	(5.607.778)	(5.518.555)	(5.595.382)	(5.669.279)
Opção/Call Spread	1.560.221	1.707.842	1.018.860	338.419
Instrumento derivativo de hedge	<b>2.948.930</b>	<b>2.805.432</b>	<b>1.289.843</b>	<b>(183.375)</b>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

### c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

#### Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2020		2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	(1.513.592)	(7.865.684)	(1.515.814)	(6.109.793)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(62.593)	(325.277)	(60.229)	(242.766)
	<u>(1.576.185)</u>	<u>(8.190.961)</u>	<u>(1.576.043)</u>	<u>(6.352.559)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>		<b>(8.190.961)</b>		<b>(6.352.559)</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2021 será uma valorização de 0,06% para o dólar norte-americano (R\$5,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,20	Cenário possível Dólar R\$6,50	Cenário remoto Dólar R\$7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	(7.865.684)	(7.870.679)	(9.838.349)	(11.806.018)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(325.277)	(325.484)	(406.854)	(488.225)
	<u>(8.190.961)</u>	<u>(8.196.163)</u>	<u>(10.245.203)</u>	<u>(12.294.243)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(8.190.961)</u>	<u>(8.196.163)</u>	<u>(10.245.203)</u>	<u>(12.294.243)</u>
Efeito líquido da variação cambial	-	(5.202)	(2.054.242)	(4.103.282)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

### **Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2020. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo (passivo) líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	2020	2019
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de caixa (nota 6) – CDI	1.587.337	326.352
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	4.125.063	753.681
Fundos vinculados – CDI	63.674	12.337
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	132.681	881.614
	<b>5.908.755</b>	<b>1.973.984</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(2.310.590)	(3.771.549)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(72.726)	(243.430)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(231.322)	-
	<b>(2.614.638)</b>	<b>(4.014.979)</b>
<b>Ativo (passivo) Líquido Exposto</b>	<b>3.294.117</b>	<b>(2.040.995)</b>

### Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 5,50% e a taxa TJLP será de 4,87% em 31 de dezembro de 2021. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2020		31/12/2021	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 5,50% TJLP 4,87%	Cenário possível Selic 4,13% TJLP 3,65%	Cenário remoto Selic 2,75% TJLP 2,44%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	1.587.337	1.674.641	1.652.894	1.630.989
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	4.125.063	4.351.941	4.295.428	4.238.502
Fundos vinculados	63.674	67.176	66.304	65.425
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	132.681	139.978	138.161	136.330
	<b>5.908.755</b>	<b>6.233.736</b>	<b>6.152.787</b>	<b>6.071.246</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(2.310.590)	(2.437.672)	(2.406.017)	(2.374.131)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(72.726)	(76.268)	(75.380)	(74.501)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(231.322)	(242.587)	(239.765)	(236.966)
	<b>(2.614.638)</b>	<b>(2.756.527)</b>	<b>(2.721.162)</b>	<b>(2.685.598)</b>
<b>Ativo exposto líquido</b>	<b>3.294.117</b>	<b>3.477.209</b>	<b>3.431.625</b>	<b>3.385.648</b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b>183.092</b>	<b>137.508</b>	<b>91.531</b>

## Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2020, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	2020	2019 (reapresentado)
<b>Ativos</b>		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	559.241	483.374
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 11 e 30)	11.614	115.202
Bonificação de outorga – IPCA (nota 14)	2.549.198	2.468.216
	<b>3.120.053</b>	<b>3.066.792</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 22)	(4.863.087)	(4.729.928)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(472.559)	(566.381)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(540.142)	(550.151)
	<b>(5.875.788)</b>	<b>(5.846.460)</b>
<b>Ativo (Passivo) líquido</b>	<b>(2.755.735)</b>	<b>(2.779.668)</b>

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

## Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,53% e a taxa de IGPM será de 11,65% em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	31/12/2020	31/12/2021		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,53% IGPM 11,65%	Cenário possível (25%) IPCA 5,66% IGPM 14,56%	Cenário remoto (50%) IPCA 6,80% IGPM 17,48%
<b>Ativos</b>				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	559.241	586.653	593.491	600.386
Valores a receber do governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 30)	11.614	12.967	13.305	13.644
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 14)	2.549.198	2.664.677	2.693.483	2.722.543
	<b>3.120.053</b>	<b>3.264.297</b>	<b>3.300.279</b>	<b>3.336.573</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI	(4.863.087)	(5.083.385)	(5.138.338)	(5.193.777)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(472.559)	(493.966)	(499.306)	(504.693)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	(540.142)	(564.610)	(570.714)	(576.872)
	<b>(5.875.788)</b>	<b>(6.141.961)</b>	<b>(6.208.358)</b>	<b>(6.275.342)</b>
<b>Ativo (Passivo) líquido</b>	<b>(2.755.735)</b>	<b>(2.877.664)</b>	<b>(2.908.079)</b>	<b>(2.938.769)</b>
<b>Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M</b>		<b>(121.929)</b>	<b>(152.344)</b>	<b>(183.034)</b>

(1) Parcial do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

## Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de Juros:</b>						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	79.217	1.291.355	1.638.060	12.844.777	1.841.765	17.695.174
Concessões a pagar	247	530	2.454	10.699	14.213	28.143
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	12.568	25.324	115.290	405.796	-	558.978
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	5.557	11.204	51.137	294.621	521.943	884.462
	<b>97.589</b>	<b>1.328.413</b>	<b>1.806.941</b>	<b>13.555.893</b>	<b>2.377.921</b>	<b>19.166.757</b>
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.138.415	218.130	1.775	-	-	2.358.320
	<b>2.236.004</b>	<b>1.546.543</b>	<b>1.808.716</b>	<b>13.555.893</b>	<b>2.377.921</b>	<b>21.525.077</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de Juros:</b>						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	50.273	-	-	-	50.273
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	618	1.246	5.672	19.965	-	27.501
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	273	551	2.516	14.495	25.680	43.515
	<b>891</b>	<b>52.070</b>	<b>8.188</b>	<b>34.460</b>	<b>25.680</b>	<b>121.289</b>
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.985	60	-	-	-	2.045
	<b>2.876</b>	<b>52.130</b>	<b>8.188</b>	<b>34.460</b>	<b>25.680</b>	<b>123.334</b>

## Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$712.369.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) <sup>1</sup>
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

<sup>1</sup> O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

### Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid 19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (e) destas demonstrações financeiras.

### Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

### Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Em razão do processo de fiscalização promovido pela Aneel, foram recalculados os indicadores do Critério de Eficiência com relação à Continuidade do Serviço para os períodos de janeiro de 2016 a maio de 2019, resultando em violação do limite anual global do indicador global de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC para os períodos de 2016 e 2017. Considerando que o indicador DEC apurado para o exercício de 2019 também ultrapassou o limite global regulatório, aplicou-se a disposição prevista no art. 2º da Resolução Normativa Aneel 747/2016 que proíbe a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da distribuidora (Cemig D) quando estes valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido diminuído ou acrescido dos montantes destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências. É importante ressaltar que os indicadores internos (DECi e FECi) para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos em todos os períodos.

Assim, os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

### Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

### Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Total do Passivo	36.605.732	34.423.219	2.589.817	1.865.610
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.680.397)	(535.757)	(422.647)	(64.356)
(-) Fundos vinculados	(63.674)	(12.337)	(349)	(129)
<b>Passivo líquido</b>	<b>34.861.661</b>	<b>33.875.125</b>	<b>2.166.821</b>	<b>1.801.125</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.477.348</b>	<b>16.102.505</b>	<b>17.472.666</b>	<b>16.098.255</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>2,00</b>	<b>2,10</b>	<b>0,12</b>	<b>0,11</b>

## 32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda, bem como os resultados associados de operações descontinuadas e em continuidade, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são conforme segue:

Balanço patrimonial - Consolidado e controladora	2020	2019
Ativo mantido para venda – Investimento em coligada	1.258.111	1.258.111
<b>Demonstração do resultado do exercício - Consolidado e controladora</b>		
Resultado gerado pelo ativo mantido para venda proveniente de operações em continuidade, antes dos tributos	72.738	72.738
<b>Resultado líquido de tributos de operações em continuidade</b>	<b>72.738</b>	<b>72.738</b>
Resultado gerado pelo ativo mantido para venda proveniente de operações descontinuadas, antes dos tributos	309.144	(85.077)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, diferidos, proveniente de operações em continuidade		
<b>Resultado líquido de tributos de operações descontinuadas</b>	<b>224.067</b>	

*Alienação de participação e controle da Light*

*Alienação parcial em 2019*

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações de emissão da controlada Light S.A. (“Light”) de sua propriedade, em condições compatíveis com o mercado e atendendo ao interesse dos acionistas.

Nesse contexto, a Companhia concluiu que o investimento na Light atendia aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, sendo a sua venda altamente provável no futuro próximo. A Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhães e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

Em 17 de julho de 2019, no âmbito da oferta pública de ações, a Companhia alienou 33.333.333 ações da Light de sua titularidade, ao preço de R\$18,75 por ação, no valor total de R\$625.000.

Com a conclusão da oferta pública de ações pela Light, a participação da Companhia no capital social total da investida, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%, correspondente a 68.621.263 ações do total de 303.934.060, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, consequentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o seu controle. Nessas circunstâncias, a Companhia baixou os ativos e passivos da ex-controlada e reconheceu, pelo valor justo, a sua participação remanescente como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nos termos do IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

Uma vez que a Companhia mantinha o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, esta continuou classificada como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, pelo seu valor justo, subtraindo-se as despesas estimadas para a venda. A remensuração a valor justo da participação remanescente na Light considerou o preço de venda das ações na data da perda do controle (nível 1 de hierarquia do valor justo), de R\$18,75 por ação, reduzido dos custos estimados para a venda no montante de R\$28.538. A diferença entre o valor contábil da participação remanescente e o seu valor justo foi reconhecida no resultado líquido de operações descontinuadas do exercício de 2019.

A Companhia baixou, também, na data da alienação do controle, os ativos e passivos das ex-controladas Itaocara, Guanhães, Lightger e Axxiom e reconheceu a sua participação remanescente nessas investidas a valor justo, como investimento em empreendimento controlado em conjunto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos, que são controlados em conjunto com a Light, não foram classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas, tendo em vista que a Companhia não tem a intenção de alienação dessas participações.

Considerando se tratar de investimento em coligada, este foi classificado como ativo mantido para venda, porém não mais como operação descontinuada.

#### Alienação da participação remanescente na Light em janeiro de 2021

Em 07 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação da totalidade de suas ações detidas na Light, correspondentes a 68.621.264 ações ordinárias, no âmbito de uma oferta pública que compreendeu a distribuição primária de 68.621.264 de novas ações ordinárias a serem emitidas pela Light, e a distribuição secundária das ações da Companhia, com esforços restritos de colocação, bem como o não exercício e, consequentemente, a renúncia, ao direito de prioridade na subscrição das ações da Oferta Primária.

Em 22 de janeiro de 2021, foi concluída a oferta pública de distribuição de ações de emissão da Light, contemplando a alienação da totalidade das ações de titularidade da Companhia, ao preço de R\$20,00 por ação, totalizando R\$1.372.425.

Como resultado da alienação, em janeiro de 2021 foi reconhecido um ganho de capital antes de tributos no montante de R\$108.550, considerando como custo o valor registrado do ativo mantido para venda na data da alienação. O custo fiscal do investimento foi ajustado para apuração dos tributos, em conformidade à legislação tributária, considerando o valor patrimonial do investimento, somado ao ágio e à mais valia pagos nas aquisições.

<b>Controladora e consolidado</b>	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	68.621.263
Preço de venda da ação em 22/01/2021	20,00
Valor total da venda	1.372.425
Despesas com venda estimadas (0,42%) (1)	(5.764)
<b>Total do valor justo, líquido das despesas com vendas em 22/01/2021</b>	<b>1.366.661</b>
Valor do ativo mantido para venda em 31/12/2020	(1.258.111)
<b>Ganho de capital contábil</b>	<b>108.550</b>
IRPJ e CSLL (2)	(36.907)
<b>Resultado após ajuste de tributos</b>	<b>71.643</b>

(1) As despesas com a venda do investimento incluem os custos com assessoria financeira, contábil e jurídica.

(2) O ajuste da base tributária gerou um efeito positivo de R\$113.090 no resultado de tributos.

### 33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
<b>Companhia Energética de Minas Gerais</b>				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$8.661	R\$2
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2020 a 29/04/2021 29/04/2020 a 29/04/2021	US\$1.140 US\$4.000	US\$24
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2020 a 02/11/2021	R\$18.981	R\$17
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$240.527	R\$70
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2020 a 08/07/2021	R\$2.650	R\$2
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2020 a 07/12/2021	R\$715.118	R\$941
<b>Cemig Distribuição</b>				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2020 a 29/04/2021	US\$3.370 US\$14.000	US\$51
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2020 a 02/11/2021	R\$74.575	R\$68
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2021 a 08/01/2022	R\$616.157	R\$179
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/07/2020 a 08/07/2021	R\$31.082	R\$28
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2020 a 07/12/2021	R\$545.062	R\$717
<b>Gasmig</b>				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/20 a 15/12/21	R\$60.000	R\$378
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/20 a 07/07/21	R\$500	R\$3
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/20 a 25/10/21	R\$100	R\$2
Multirrisco Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	31/12/20 a 31/12/21	R\$32.667	R\$39

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil

(3) Nova contratação do seguro em processo administrativo

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função destes riscos.

### **34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.514.968	1.548.077	1.595.172	1.595.172	1.595.172	33.498.611	41.347.172
Compra de energia - leilão	3.416.284	3.387.097	3.378.496	3.536.317	3.327.640	47.855.339	64.901.173
Compra de energia - bilaterais	332.339	332.339	332.339	222.118	67.357	79.906	1.366.398
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	288.424	290.699	298.653	301.096	300.273	6.340.033	7.819.178
Transporte de energia elétrica de Itaipu	188.834	215.389	218.223	222.040	158.810	521.088	1.524.384
Outros contratos de compra de energia	4.450.127	4.722.807	4.621.676	3.477.948	3.310.220	28.777.230	49.360.008
Cotas de garantias físicas	811.557	811.557	811.557	811.557	811.557	17.042.697	21.100.482
<b>Total</b>	<b><u>11.002.533</u></b>	<b><u>11.307.965</u></b>	<b><u>11.256.116</u></b>	<b><u>10.166.248</u></b>	<b><u>9.571.029</u></b>	<b><u>134.114.904</u></b>	<b><u>187.418.795</u></b>

### **35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$33.335 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$22.735 em 31 de dezembro de 2019);
- aquisição do controle da Centroeste, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo caixa proveniente da combinação de negócios, no montante de R\$27.110, e do pagamento de R\$44.775;
- incorporação das subsidiárias integrais RME e LUCE, em 24 de abril de 2019, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido das incorporadas, no montante de R\$22.444;
- Adições nos arrendamentos no montante de R\$6.193 (R\$31.111, em 31 de dezembro de 2019);
- Aumento de capital por meio de reservas de lucros, com bonificação de ações, no montante de R\$300.000, em 30 de junho de 2020.

## 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Conta Covid

Em 26 de janeiro de 2021, a Aneel publicou o Despacho nº 181, definindo os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE devidas pelas distribuidoras no âmbito da Conta-Covid, visando a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE para ajudar o caixa das distribuidoras, conforme os termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020, divulgado na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras.

O encargo mensal devido pela Cemig D é de aproximadamente R\$41 milhões mensais que deverão ser recolhidos à CCEE, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente. De acordo com a nota técnica 05/2021 SGT/Aneel, esse valor permanecerá nas tarifas por 48 meses (2021 a 2025) e a Aneel revisitará anualmente os parâmetros para a definição do Encargo e eventual saldo residual será devolvido aos consumidores no final do período. Para garantir o equilíbrio entre cobertura tarifária, pagamento e arrecadação, o Encargo CDE Conta Covid estará sujeito ao cálculo de CVA e Neutralidade.

### Processo de avaliação de estratégias de desinvestimento

A Companhia informa que está em processo de avaliação de estruturas para o desinvestimento da sua participação no capital social da Taesa, com vistas à otimização da sua alocação de capital. O processo se encontra em fase de identificação e avaliação pela Companhia, com o auxílio de assessores especializados, das alternativas disponíveis e não constitui oferta de venda da participação societária da Cemig na Taesa. Assim que as análises acerca do modelo e da estrutura para o potencial desinvestimento da participação da Companhia na Taesa forem finalizadas, a matéria será submetida para apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

\* \* \* \* \*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**  
Diretor-Presidente

**Dimas Costa**  
Diretor Cemig Comercialização

**Leonardo George de Magalhães**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Marney Tadeu Antunes**  
Diretor de Distribuição

**Maurício Dall'Agnese**  
Diretor Cemigpar

**Paulo Mota Henriques**  
Diretor de Geração e Transmissão

**Eduardo Soares**  
Diretor de Regulação e Jurídico

**Mário Lúcio Braga**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 47.822

**Carolina Luiza F. A. C. de Senna**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador – CRC-MG 77.839